

# BOLETIM Conjuntural

# 9

DEZEMBRO/89

## Sumário

Panorama Conjuntural	III
Nível de Atividade	1
Emprego e Salários	9
Inflação	13
Setor Externo	19
Política Monetária e Fiscal	25
Política Agrícola	31
<hr/>	
NOTAS TÉCNICAS:	
A Superação da Crise	41
O Setor Público em 1990 - Perspectivas	45
Desigualdade Salarial, Composição da Força de Trabalho e Estrutura do Mercado de Trabalho	53
Transportes: Desafios e Políticas para a Década de 90	61
A Agricultura e a Crise Econômica	65
<hr/>	
INDICADORES E PREVISÕES INPES	69

IPEA/INPES  
Serv. de  
documentação

Grupo de  
Acompanhamento  
Conjuntural

Boletim conjuntural /



101300

IPEA - RJ

15.11.90

# BOLETIM Conjuntural

---

## GAC

Grupo de Acompanhamento Conjuntural

Vagner Laerte Ardeo  
Flávio Pinheiro de Castelo Branco  
Maria Beatriz de Albuquerque David  
Fabio Giambiagi  
Maria Helena T. Taques Horta  
Ajax Reynaldo Bello Moreira  
José Cláudio Ferreira da Silva

### APOIO COMPUTACIONAL

Mário Cesar Schossler Barboza

### COORDENADOR

Ricardo Andrés Markwald

---

*Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República - SEPLAN*

---

### SUPERVISÃO EDITORIAL

Marco Aurélio Dias Pires

### ARTE/PRODUÇÃO GRÁFICA

Mario Duarte

Nelson Cruz/Luiz Carlos

### PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Nilson Souto Maior

Marilda Barroca/Lucia Duarte/Miriam Nunes

---

Tiragem: 400 exemplares

Trabalho concluído em janeiro de 1990  
(Informações disponíveis até 04.01.90)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

**ipea** Instituto de Planejamento Econômico e Social

**INPES** Instituto de Pesquisas

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 - 13º/17º andares  
20020  
Rio de Janeiro, RJ

**A**s perspectivas da economia brasileira no início dos anos 90 parecem pouco promissoras. Todavia, o desempenho provável das principais variáveis macroeconômicas dependerá crucialmente do plano de estabilização que será implementado pela nova administração a partir do dia 15 de março de 1990.

Fazer previsões de médio prazo, às vésperas de mais um programa de combate à inflação, é tarefa arriscada, sobretudo quando os contornos do novo plano ainda permanecem indefinidos e a economia exhibe taxas de variação dos preços acima de 50% ao mês. Nessas circunstâncias, as hipóteses adotadas são — mais do que habitualmente — arbitrárias, cabendo aos modelos garantir apenas a vigência de algumas relações de consistência.

Mas é exatamente em condições de elevada incerteza que os exercícios de previsão e construção de cenários

alternativos tornam-se especialmente úteis e relevantes. Baseados nessa convicção, apresentamos, no que se segue, cenários prospectivos para a economia brasileira no médio prazo (1990/91). Para tanto foram utilizados dois modelos, ambos elaborados no INPES: o MOPSE e o MSC.<sup>1</sup> O objetivo do exercício é examinar a trajetória prevista por esses modelos – cuja estrutura é bastante diversa – para um mesmo conjunto de variáveis macroeconômicas, partindo de um cenário básico comum.

A Tabela 1 resume as principais hipóteses adotadas nos cenários doméstico e externo projetados.

O cenário externo é moderadamente pessimista, ainda que não incorpore qualquer mudança dramática em relação às condições que têm vigorado nos últimos anos. Seus ingredientes básicos são: desaceleração da economia mundial e, conseqüentemente, do ritmo de expansão do comércio internacional; elevação da taxa de juros

TABELA 1

**HIPÓTESES DO CENÁRIO BÁSICO**

DISCRIMINAÇÃO	PROJETADO		
	1989	1990	1991
● CENÁRIO EXTERNO			
- Crescimento OECD	3,7	2,5	2,5
- Libor	9,0	10,0	10,5
- Inflação (IPA-USA)	5,0	5,0	5,5
- Dólar Efetivo Real	5,0	-6,0	-2,0
- Preço Nominal do Petróleo	7,0	7,0	5,0
● CENÁRIO DOMÉSTICO			
- Dispêndio Total do Governo	5,0	-5,0	-10,0
- Base Monetária	-3,8	0,0	10,0
- Produto Agropecuário	2,5	1,0	4,5
- Taxa de Inflação (Média Anual - Def. PIB)	1.400	1.140	300
- Taxa de Inflação (Fim de Período)	1.700	670	180
- Taxa de Câmbio Real (US\$/Def. PIB)	-23,8	14,3	-5,2
- Taxa Real de Juros (Dívida Pública)	12,0	12,0	8,0

Obs.: Taxas de variação, exceto juros.

1  
 Para uma descrição detalhada dos modelos, ver: S. M. P. Rios, R. Bonelli e E. J. Reis, Estimação e resultados do MOPSE - modelo para projeções do setor externo, Rio de Janeiro, INPES/IPEA, mar. 1988 (Texto para Discussão Interna, 134); e A. R. B. Moreira, Crescimento econômico: financiamento e redistribuição, Rio de Janeiro, INPES/IPEA, out. 1989 (Texto para Discussão Interna, 174).

externa; inflação internacional estável; desvalorização do dólar americano; e pequeno crescimento do preço real do petróleo.

O cenário doméstico, obviamente, incorpora premissas mais relevantes e questionáveis. Sua elaboração obedece a uma rationale que precisa ser explicitada. A hipótese central é uma forte contração fiscal, com o dispêndio total do governo caindo, em termos reais, 5% em 1990 e 10% em 1991. Pressupõe-se, portanto, que o ajuste fiscal seja executado em duas etapas, aprofundando-se o esforço de contração do gasto público (e de elevação da receita tributária) no segundo ano do novo governo. Esta hipótese pretende refletir com algum grau de realismo as restrições políticas e institucionais que dificultam qualquer tentativa de rápida reestruturação das finanças públicas e constitui, também, um reconhecimento de que boa parte do esforço inicial deverá ser despendido para evitar a expansão do gasto público antes mesmo de sua efetiva redução.

A política monetária também é restritiva, admitindo-se expansão nula — sempre em termos reais — da base monetária em 1990, seguida de modesta monetização (10%) em 1991. O rigor da política monetária torna-se evidente quando se explicita o comportamento da taxa de inflação, que é variável exógena em ambos os modelos. A hipótese, neste caso, é que a inflação acumulada no ano deverá cair de 1.700% em 1989 para 670% em 1990, sofrendo nova e drástica queda em 1991, quando passaria para 180%. O pressuposto fundamental é que o novo plano de estabilização optará por uma rápida desindexação da economia. A dificuldade de operacionalizar um programa de estabilização numa economia indexada com taxas de inflação superiores a 50% ao mês, somada à cota de credibilidade da nova administração — que supostamente será aproveitada —, além das injunções políticas decorrentes do calendário eleitoral de 1990, sugere ser

esta uma escolha provável. A queda da taxa de inflação em 1990 aponta para um sucesso apenas parcial desta tentativa. A maior severidade do ajuste fiscal em 1991, acompanhado de nova e drástica queda da inflação — incorporando desta vez uma suave remonetização —, exprime a idéia de que o processo deverá desenvolver-se em duas etapas, sugerindo, portanto, uma visão alternativa à propalada imagem da derrubada da inflação através de um lance único.

O cenário doméstico prevê ainda uma desvalorização da taxa de câmbio real (descontada a inflação externa) de 20% em 1990, bem como sua posterior estabilidade em 1991. O pressuposto para a taxa real de juros incidente sobre a dívida pública é que ela deverá manter-se razoavelmente elevada em 1990 (12% a.a.), caindo em 1991. O cenário para a evolução do produto agropecuário é de modesto crescimento (1%) em 1990 e de retomada das taxas históricas (4,5%) em 1991.

A Tabela 2 resume os principais resultados das projeções. Os valores para 1989 foram parcialmente ajustados e não serão comentados, exceto quando necessário.

Ambos os modelos projetam uma contração do produto em 1990 e uma modesta expansão em 1991. O ajuste fiscal e a política monetária apertada são, em ambos os casos, responsáveis por essa trajetória. O fraco desempenho previsto para o produto agropecuário contribui também para promover a queda do PIB em 1990. A recessão, quando comparada à do início da década de 80, não parece a priori excessivamente severa. O desempenho da atividade econômica no biênio é, contudo, decepcionante.

A taxa de investimento mostra tendência declinante em ambos os modelos, o que reflete a queda do investimento público. O MSC incorpora a hipótese de crescimento moderado do investimento privado, o que explica

TABELA 2  
**PROJEÇÕES DO CENÁRIO BÁSICO**

DISCRIMINAÇÃO	MOPSE			MSC		
	1989	1990	1991	1989	1990	1991
● CONTAS NACIONAIS						
- Taxa de Crescimen- to do PIB	3,8	-1,9	1,5	3,2	-1,2	0,3
- Taxa de Investimen- to	18,8	17,3	15,6	18,7	17,5	17,3
● BALANÇO DE PAGAMEN- TOS (Em US\$ Bilhões)						
- Balança Comercial	13,9	17,4	20,4	16,2	16,7	19,0
- Juros Líquidos	-9,9	-10,6	-10,8	-10,3	-11,2	11,5
- Transações Corren- tes	-1,5	1,4	4,1	1,4	1,1	2,8
● CONTAS DO GOVERNO (Em % do PIB)						
- Carga Tributária Líquida	13,0	13,3	15,5	13,2	13,8	14,4
- Superávit Primário	-2,3	-1,5	2,4	-0,7	0,4	2,2
- Encargos Financei- ros	-2,6	-3,5	-3,0	-3,4	-4,2	-3,8
- Superávit Operacio- nal	-4,9	-5,0	-0,6	-4,1	-3,8	-1,6
- Dívida Interna	15,1	17,8	17,0	15,6	18,0	18,7

a presença de uma taxa de investimento mais elevada em 1991.

Existe um razoável e até surpreendente otimismo de ambos os modelos no que se refere ao setor externo. O saldo da balança comercial parece excessivamente elevado em 1990 (superior a US\$ 16 bilhões), mesmo já considerada a inclusão, no cenário básico, de uma significativa desvalorização real da taxa de câmbio. No caso do MOPSE, é possível argumentar que a subestimativa no ano de 1989 poderia estar sendo compensada por uma superestimativa no ano seguinte. Ainda assim, ambos os modelos projetam um saldo em transações correntes positivo e crescente.

As contas do governo mostram sensível melhoria, que decorre, naturalmente, do ajuste fiscal. A queda do gasto público e o aumento da carga tributária — seja em

decorrência de um choque fiscal e/ou como resultado do efeito Tanzi — promovem o aparecimento de um significativo superávit primário, que mais do que compensa a elevação dos encargos financeiros, fenômeno para o qual contribuem decisivamente as elevadas taxas de juros interna e externa, a desvalorização cambial e a expansão da dívida pública. O MSC é, contudo, mais pessimista que o MOPSE na medida em que aponta para um crescimento persistente da relação dívida interna/PIB e para a ocorrência, ainda em 1991, de um déficit operacional de razoável significação.

Em síntese, os modelos reafirmam uma conclusão amarga: se o ajuste fiscal constitui, de fato, um pré-requisito para a estabilização, a ocorrência de um período recessivo ou de crescimento muito baixo é inevitável. Embora a contração do produto seja em ônus para todos, os modelos nada dizem sobre sua distribuição entre os diversos segmentos da sociedade.

Algumas dessas conclusões poderiam, no entanto, ser amenizadas. Uma renegociação externa com redução significativa dos encargos financeiros externos poderia, sem dúvida, redundar em menor severidade no ajuste fiscal. A mesma consideração seria válida para os encargos da dívida pública. A hipótese de desindexação abrupta da economia coloca ainda dúvidas sobre a probabilidade de ocorrência simultânea de uma recessão, pois não é esta a experiência histórica brasileira. Note-se, contudo, que uma exacerbação do consumo pode ser incompatível com uma efetiva redução dos patamares inflacionários, sobretudo dados os atuais níveis de utilização da capacidade instalada.

Por último, resta destacar que ambos os modelos mostram que a partir de 1992 existe espaço para o crescimento.



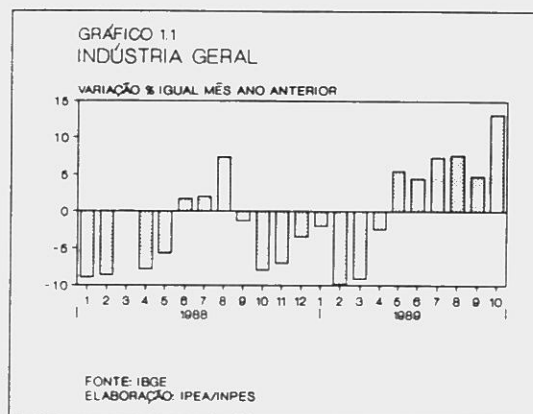
1

## Nível de Atividade

### ● PRODUTO INDUSTRIAL

De acordo com o IBGE, a produção industrial mostrou em outubro último um crescimento de 13,2% em relação a igual mês do ano anterior. Este desempenho representa o melhor resultado neste tipo de indicador desde abril de 1987 (Gráfico 1.1) e demonstra, apesar da base de comparação favorável, a manutenção de um relativo aquecimento no nível de atividade deste setor.

Na Tabela 1.1 são apresentados os principais resultados da produção industrial em outubro, mês em que a taxa de variação da produção a-



cumulada nos últimos 12 meses atinge, pela primeira vez em 1989, valor positivo (1,07%). No tocante às diversas categorias de uso, são dignos de nota os desempenhos, em relação ao mesmo mês do ano anterior, dos bens não-duráveis, que apresentaram o melhor resultado (15,82%), principalmente devido à manutenção do aquecimento da demanda doméstica desta categoria, e dos bens duráveis, que tiveram um resultado mais modesto (5,71%), relacionado, entre outros fatores, com a retração do consumo doméstico destes bens a partir de julho último.

A evolução recente da produção pode ser analisada com mais rigor através dos indicadores dessazonalizados e ajustados para o número

Tabela 1.1

### INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - OUTUBRO DE 1989

CLASSES DE INDÚSTRIA E CATEGORIAS DE USO	BASE FIXA MENSAL (Média de 1981=100)	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
		Out.89 Out.88	Nov.88-Out.89 Nov.87-Out.88
Indústria Geral	140,24	13,19	1,07
Extrativa Mineral	201,66	7,58	1,44
Indústria de Transformação	138,39	13,45	1,05
Bens de Capital	115,47	13,46	-0,45
Bens Intermediários	145,69	10,78	0,77
Bens de Consumo	140,41	13,82	1,50
Duráveis	149,24	5,71	3,05
Não-Duráveis	138,56	15,82	1,13

Fonte: IBGE. Ponderação: Censo Industrial de 1980.

de dias úteis do mês, que são apresentados na Tabela 1.2. A indústria geral teve em outubro um acréscimo de 1,0% em relação ao mês anterior, recuperando, em parte, a queda verificada em setembro último. No entanto, o comportamento entre as diversas categorias de uso mostrou-se bastante asimétrico.

De fato, a produção de bens de capital continuou em outubro sua trajetória levemente contracionista, que, iniciada em setembro, já se encontra 5,5% inferior à de agosto último. Tanto a produção de bens intermediários quanto a de bens de consumo duráveis apresentaram crescimento moderado em relação a setembro (respectivamente, 0,6 e 0,4%). A categoria que teve em outubro o maior crescimento em relação ao mês anterior foi a de bens de consumo não-duráveis (2,2%), que praticamente recuperou o nível de "pico" atingido em agosto último.

A principal explicação para o de-

sempenho favorável da produção industrial nos últimos meses repousa na manutenção de níveis elevados de consumo doméstico, que lograram neutralizar, entre outros fatores, a leve contração da demanda externa observada neste período. Adicionalmente, outro fator explicativo para este aquecimento reside na provável alta demanda por estoques industriais e comerciais. Os resultados da sondagem conjuntural da indústria de transformação realizada pelo Ibre/FGV, referentes a outubro último, indicam uma relativa diminuição das assinalações de nível de estoques insuficientes em relação a julho de 1989, quando se realizou a sondagem imediatamente anterior, o que pode constituir um índice na direção indicada.

#### ● EVOLUÇÃO DO CONSUMO

A sustentação do elevado consumo doméstico é um dos principais responsáveis pelo desempenho acima comentado e, por isso, deve ser analisado em maior profundidade através

Tabela 1.2

### PRODUÇÃO INDUSTRIAL<sup>1</sup>

(Índices Dessazonalizados com Ajuste para Dias Úteis - Média de 1981=100)

PERÍODO	INDÚSTRIA GERAL	BENS DE CAPITAL	BENS IN- TERMEDIÁ- RIOS	BENS DE CONSUMO		
				Duráveis	Não- Duráveis	Total
1988-I	118,6	106,7	126,8	128,1	106,6	110,3
1988-II	120,7	107,0	128,9	132,3	110,4	114,2
1988-III	123,5	102,0	131,7	131,1	123,8	125,1
1988-IV	114,5	100,7	122,0	132,0	110,0	113,8
1989-I	111,9	95,8	120,2	131,8	100,7	106,1
1989-II	123,0	100,3	131,9	131,3	115,5	118,2
1989-julho	131,7	113,1	138,3	144,5	127,9	130,8
1989-agosto	134,2	117,3	139,6	143,3	133,1	134,8
1989-setembro	129,3	112,8	135,4	135,9	130,1	131,1
1989-outubro	130,7	110,9	136,2	136,4	133,0	133,6

Fonte: IBGE. Elaboração: INPES/IPEA.

<sup>1</sup>Cálculos elaborados a partir das séries dessazonalizadas apresentadas na Tabela I.1 do Apêndice (Indicadores e Previsões INPES).

vês dos indicadores dessazonalizados mostrados na Tabela 1.3, que mostram que as vendas no varejo apresentaram em 1989 uma significativa recuperação em relação aos níveis registrados no ano anterior. O nível de consumo nos 11 primeiros meses do ano foi 3,9% superior ao verificado em período equivalente de 1988. Contudo, a trajetória do consumo, após o brusco salto verificado no primeiro semestre, ficou praticamente estabilizada ao longo do segundo semestre, até pelo menos novembro, em um patamar cerca de 3,5% inferior ao verificado no semestre anterior, porém 5,3% superior a igual período de 1988.

O comportamento das vendas dos diversos ramos de atividades foi bastante diverso. O melhor desempenho se deu no ramo de bens duráveis (supermercados, perfumarias e farmácias), que vem sustentando níveis de vendas próximos aos verificados no "pico" ocorrido no segundo trimestre de 1989 e compen-

sando, em parte, a contração de vendas registrada na maioria dos outros ramos. O desempenho menos favorável, por sua vez, ocorre com os bens duráveis, que no período julho/novembro apresentaram uma contração nas vendas de 8,0% em relação a período idêntico em 1988.

A sustentação de elevados níveis de vendas de não-duráveis ao longo do período março/novembro de 1989 não pode ser explicada unicamente por processos de formação de estoques residenciais financeiros com recursos à poupança, devendo estar associada a uma provável elevação da massa salarial real da economia, embora as informações relativas à indústria de transformação em São Paulo não apontem evidências claras neste sentido. Os resultados das vendas de não-duráveis referentes aos meses de outubro e novembro indicam algum arrefecimento deste processo, que poderia estar associado às perdas salariais resultantes da ele-

Tabela 1.3

INDICADORES DO NÍVEL DE CONSUMO COMÉRCIO VAREJISTA EM SÃO PAULO<sup>1</sup>

(Índices Dessazonalizados - Média de 1980=100)

PERÍODO	CONSUMO		BENS DURÁVEIS	BENS SEMI-DURÁVEIS	BENS NÃO-DURÁVEIS	CONCESSIONÁRIAS DE VEÍCULOS	AUTOPEÇAS E ACESSÓRIOS
	Total	Exclusive Veículos					
1988-I	92,5	99,8	63,9	105,6	123,3	66,7	51,2
1988-II	89,0	95,6	60,6	108,6	110,8	65,8	49,2
1988-III	87,4	91,1	54,5	104,5	108,0	74,3	45,8
1988-IV	84,4	85,5	52,1	94,5	102,4	80,6	43,0
1989-I	92,7	92,8	58,6	88,9	121,1	92,2	50,4
1989-II	93,9	100,3	61,3	96,5	133,0	71,5	63,8
1989-jul.	89,8	95,4	48,6	94,3	134,6	70,1	48,7
1989-ago.	89,1	93,4	49,3	92,2	130,8	74,1	53,0
1989-set.	91,4	97,4	50,0	100,7	133,4	70,5	42,0
1989-out.	91,1	96,8	48,4	105,5	130,7	71,2	51,0
1989-nov.	89,3	94,9	48,4	102,0	128,7	69,6	51,1

Fonte: Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Elaboração: INPES/IPEA.

<sup>1</sup>Cálculos elaborados a partir das séries dessazonalizadas apresentadas na Tabela I.2 do Apêndice (Indicadores e Previsões INPES).

vação do ritmo inflacionário nos últimos meses. Por outro lado, o desempenho dos bens duráveis indica que o fenômeno de antecipação de compras concentrou-se fortemente no período março/julho de 1989; posteriormente, a elevação dos juros reais, aliada a uma paulatina diminuição dos temores de explosão inflacionária, parece ter sido suficiente para arrefecer este processo até, pelo menos, novembro último.

Embora informações relativas à evolução destes agregados em dezembro último não estejam ainda disponíveis, existem indicações de que o quadro não tenha sofrido mudanças significativas no último mês de 1989.

#### ● PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A atividade industrial deve ter-se mantido razoavelmente aquecida nos meses de novembro e dezembro de 1989 em virtude de três fatores principais: a) manutenção de elevados níveis de consumo doméstico; b) não esgotamento do pro-

cesso de recomposição de estoques; e c) redução apenas ligeira dos níveis de exportação de industrializados.

A evolução da atividade industrial no primeiro trimestre de 1990 dependerá fortemente da evolução das expectativas inflacionárias (e das taxas realizadas de inflação). Contudo, mesmo a ocorrência de uma aceleração imprevista da inflação, em um contexto não explosivo, poderá não resultar em diminuição brusca do nível de atividade em virtude da intensificação das antecipações de compras que pode ocorrer nestes casos.

As previsões do INPES, baseadas em modelos de séries de tempo, apontam para a manutenção, no período novembro de 1989 a março de 1990, de um nível de produção semelhante (em termos dessazonalizados) ao verificado em setembro/outubro de 1989. Com isto, a produção industrial apresentaria uma taxa de variação, acumulada em 12 meses, de 3,9% em dezembro de 1989 e atingiria surpreendentes 9,3% em março de 1990 (Tabela 1.4). Estas bruscas elevações, caso con-

Tabela 1.4

#### PROJEÇÕES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL<sup>1</sup>

(Taxa de Variação % Acumulada em 12 Meses)

CLASSES DE INDÚSTRIA E CATEGORIAS DE USO	OBSERVADA		PREVISTA	
	Julho de 1989	Outubro de 1989	Dezembro de 1989	Março de 1990
Indústria Geral	-1,4	1,1	3,9	9,3
Extrativa Mineral	-1,0	1,4	3,8	3,7
Indústria de Transformação	-1,4	1,1	4,0	9,7
Bens de Capital	-3,8	-0,5	1,6	9,8
Bens Intermediários	-1,0	0,8	3,0	7,1
Bens de Consumo	-0,5	1,5	4,9	10,9
Duráveis	3,4	3,1	3,3	4,5
Não-Duráveis	-1,4	1,1	5,3	12,5

Fonte: IBGE. Elaboração: INPES/IPEA.

<sup>1</sup>Previsões realizadas para cada componente independentemente.

firmadas, resultariam, principalmente, de efeito estatístico associado ao péssimo desempenho da indústria tanto no último trimestre de 1988 como no primeiro trimestre de 1989, não representando aquecimento adicional da produção industrial. É sempre conveniente lembrar que estes resultados devem ser encarados com alguma cautela, dada a incapacidade dos modelos no sentido de captarem com precisão o atual quadro de incertezas vivido pela economia.

Cabe ressaltar, no entanto, que, mesmo com a utilização do limite inferior de nossa projeção para a produção industrial (intervalo de confiança de dois desvios-padrão), obter-se-iam taxas de variação acumuladas em 12 meses de 2,7 e 5,3%, em dezembro de 1989 e março de 1990, respectivamente, o que confirma amplamente a importância do efeito estatístico neste caso.

#### ● PRODUTO INTERNO BRUTO E INVESTIMENTO

Na Tabela 1.5, que apresenta um resumo da evolução recente dos a-

gregados macroeconômicos do produto e investimentos domésticos elaborados pelo INPES, pode-se observar que o produto trimestral, quando dessazonalizado, apresentou no terceiro trimestre de 1989 um crescimento de 1,9% em relação ao trimestre precedente - coluna (3) -, o que demonstra, em certo sentido, o vigor do processo expansionista que se iniciou no segundo trimestre de 1989.

Por outro lado, o indicador da formação bruta de capital fixo (FBCF) a preços constantes de 1980, quando dessazonalizado, mostrou forte incremento de 8,0% no terceiro trimestre de 1989, em comparação com o trimestre anterior - coluna (4) -, fazendo com que o índice trimestral da FBCF atingisse um dos maiores níveis registrados na década de 80 (ver Tabela I.5 do Apêndice). Esta recuperação é fruto do desempenho favorável generalizado entre todas as suas componentes, sendo que a maior contribuição se deve à elevação de 17,8% na absorção doméstica de bens de capital. Com isto, a taxa de investimento registrou um crescimento - coluna (5) -, atingindo o nível de 17,3%.

Tabela 1.5

#### PRODUTO INTERNO BRUTO E FORMAÇÃO DE CAPITAL FIXO

(Em %)

PERÍODO	VARIACÃO ACUMULADA EM 12 MESES		VARIACÃO SOBRE O TRIMESTRE ANTERIOR <sup>1</sup>		TAXA DE INVESTIMENTO EM 12 MESES <sup>2</sup>
	PIB (1)	FBCF (2)	PIB (3)	FBCF (4)	
1988-I	1,9	-4,8	0,8	4,1	17,9
1988-II	0,1	-7,9	-0,4	-4,9	17,6
1988-III	0,6	-6,8	-0,1	-2,8	17,3
1988-IV	0,1	-6,1	-2,1	-1,7	17,2
1989-I	-0,6	-7,3	-0,2	-3,8	16,7
1989-II	0,4	-4,0	5,8	14,5	16,8
1989-III <sup>3</sup>	1,2	1,1	1,9	8,0	17,3

Elaboração: INPES/IPEA (ver Apêndice: Indicadores e Previsões INPES).

<sup>1</sup>Índice dessazonalizado. <sup>2</sup>Como proporção do PIB. <sup>3</sup>Estimativa preliminar.

Cabem aqui algumas ressalvas a respeito destes resultados: o índice da FBCF é constituído através de informações indiretas sob a ótica da oferta, refletindo apenas a absorção aparente deste tipo de bens; assim, é possível que pelo menos parte da elevação deste indicador seja resultado do incremento do nível de estoque de bens de capital - principalmente o de importados, que têm sido favorecidos pelo atraso cambial - e não propriamente da incorporação efetiva destes no processo produtivo.

#### ● PREVISÃO PARA O PIB E A FBCF

As previsões do INPES para o nível de atividade, baseadas em modelos de séries de tempo para os diversos setores e na metodologia do índice de produto real trimestral (Tabela 1.6 e Gráfico 1.2), apontam para um aquecimento adicional do produto tanto no quarto trimestre de 1989 quanto no primeiro trimestre de 1990, caracterizadas por taxas de crescimento do índice dessazonalizado em relação ao trimestre anterior de, respectivamente, 1,6 a 0,9%. Com isto a taxa de variação do PIB acumulado em 12 meses atingiria 4,1% no final de 1989 e - nova surpresa - 7,4% em março de 1990, devido em grande parte a um efeito estatístico.

Tabela 1.6

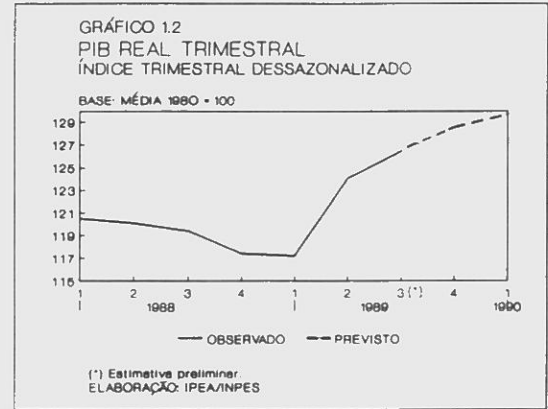
#### PRODUTO INTERNO BRUTO

(Variação % Acumulada em 12 Meses)

SETORES	OBSERVADO		PREVISTO	
	1989-II	1989-III <sup>1</sup>	1989-IV	1990-I
Agropecuária	0,6	1,7	2,7	3,5
Indústria	-1,4	0,0	4,7	10,0
Serviços	2,1	2,3	3,9	5,9
PIB Total	0,4	1,2	4,1	7,4

Elaboração: INPES/IPEA (ver Tabela VII.2 do Apêndice: Indicadores e Previsões INPES).

<sup>1</sup>Estimativa preliminar.



Uma hipótese pessimista implicaria admitir evolução menos favorável do produto, supondo, por exemplo, apenas a manutenção no quarto trimestre de 1989 e no primeiro de 1990 do mesmo nível dessazonalizado verificado no terceiro trimestre de 1989. Neste caso, as variações acumuladas em 12 meses do produto seriam de 3,4% em dezembro de 1989 e 6,0% em março de 1990.

Adicionalmente, são apresentadas previsões para a evolução da formação bruta de capital fixo (Tabela 1.7 e Gráfico 1.3), realizadas com metodologia similar à usada para o produto e que apontam para uma estabilização do investimento até março de 1990 em níveis próximos aos verificados no terceiro trimestre de 1989, com a taxa de investimento acumulada em 12 me-

Tabela 1.7

## FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

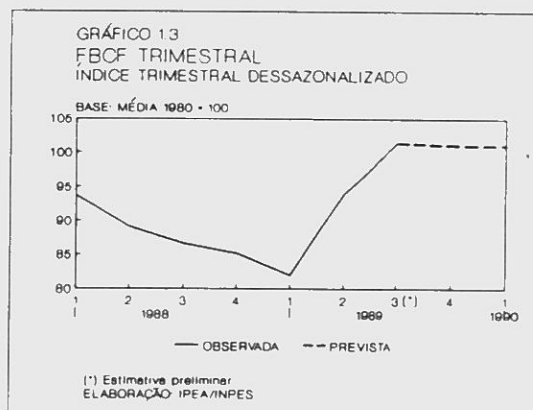
(Variação Acumulada em 12 Meses)

ITENS	OBSERVADA		PREVISTA	
	1989-II	1989-III <sup>1</sup>	1989-IV	1990-I
Construção Civil	-1,0	2,5	8,9	16,2
Prod. Bens de Capital	-4,8	-2,3	1,6	9,8
Import. Bens de Capital	-2,5	14,3	11,2	12,8
Export. Bens de Capital	17,4	11,6	8,5	1,5
FBCF	-4,1	0,9	7,2	16,2
Taxa de Investimento <sup>2</sup>	16,8	17,3	17,7	18,1

Elaboração: INPES/IPEA (ver Tabela VII.3 do Apêndice: Indicadores e Previsões INPES).

<sup>1</sup> Estimativa preliminar.<sup>2</sup> Acumulada em 12 meses (% do PIB).

ses (a preços de 1980) atingindo 17,7% em dezembro de 1989 e chegando a 18,1% em março de 1990.



## Emprego e Salários

### ● EVOLUÇÃO DO EMPREGO

Segundo as várias instituições que se dedicam ao seu acompanhamento, o mercado de trabalho teve um comportamento bastante irregular em 1989. Diferentemente do ano anterior, quando os principais indicadores de emprego mostraram lenta e persistente trajetória de queda, em 1989 ocorreu um declínio brusco até março/abril - consequência direta do Plano Verão -, vigorosa recuperação até agosto/setembro e desaceleração do crescimento no último trimestre do ano, indicando que o novo ano se iniciará em fase de franca retração do volume de emprego. Com mudanças negligentes,

esse comportamento prevaleceu em todos os indicadores de emprego das diversas regiões do país e dos diferentes segmentos da atividade econômica.

O mais atualizado desses indicadores, o nível de emprego industrial no Estado de São Paulo, resultante de pesquisa semanal realizada pela Fiesp - que, embora restrito geograficamente e ao segmento industrial, tem-se mostrado um excelente sinalizador da evolução do restante da economia -, acusou redução, por exemplo, de mais que 30 mil postos de trabalho entre janeiro e abril e recuperação a partir de maio, estabelecendo um "pico histórico" de absorção de mão-de-obra em agosto - quando o número de empregados cresceu 30,5 mil apenas no mês - e acumulando, até novembro, uma elevação de 74,3 mil novos empregos (Tabela 2.1).

Porém, é interessante observar a consistente desaceleração do crescimento do nível de emprego industrial no Estado de São Paulo a partir de setembro, justamente quando se inicia o período em que, tradicionalmente, ocorre elevação do nível da atividade industrial, cabendo registro o fato de que a própria pesquisa da Fiesp já acusou

Tabela 2.1

### NÍVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - 1989

MÊS	EMPREGO ABSOLUTO		VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	No Mês	No Ano	No Mês	No Ano
Janeiro	-7.950	-7.950	-0,40	-0,40
Fevereiro	-9.100	-17.050	-0,45	-0,85
Março	-10.150	-27.200	-0,50	-1,34
Abril	-2.950	-30.150	-0,15	-1,49
Maio	4.700	-25.450	0,24	-1,26
Junho	13.450	-12.000	0,67	-0,59
Julho	20.000	8.000	0,99	0,39
Agosto	30.548	38.548	1,50	1,90
Setembro	18.849	57.397	0,92	2,83
Outubro	11.483	68.880	0,56	3,41
Novembro	5.416	74.296	0,26	3,68

Fonte: Fiesp/Decad.



queda de emprego na última semana de novembro.

Entretanto, apesar dessa desaceleração do crescimento do emprego, a série expurgada da componente sazonal - bastante significativa nas séries de emprego - ainda registra uma pequena elevação em novembro, que, provavelmente, transformar-se-á em um "pico local" (Gráfico 2.1).

Enfim, parece razoável prever que o ano encerrar-se-á com um nível de emprego industrial razoavelmente elevado - entre 3 e 4 pontos percentuais superior ao do final do ano passado -, mas em trajetória de queda, que poderá ser mais forte ou mais fraca, dependendo da evolução das demais variáveis econômicas nos próximos meses.

Uma análise mais ampla da evolução do mercado de trabalho no ano de 1989 pode ser feita a partir das taxas de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas, derivadas de pesquisa nacional realizada pelo IBGE. A taxa média de desemprego aberto dessas regiões oscilou em torno de 4% da população economicamente ativa entre janeiro e abril, caiu para a faixa de 3,2% entre julho e setembro e, em outubro - última informação disponível, e ainda provisória por não incluir os números referentes à região metropolitana de Porto Alegre -, aproximou-se de 3%, taxa semelhante às observadas no período de auge do Plano Cruza

do (ver "Indicadores" no final deste Boletim).

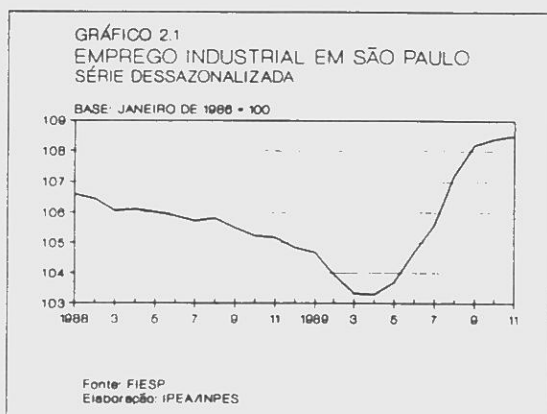
Tratando-se de indicador bastante influenciado pelo movimento do comércio, é possível que a taxa de desemprego ainda se reduza nos meses de novembro e dezembro, devendo elevar-se a partir de janeiro.

#### ● EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS

Neste Boletim Conjuntural e na Carta de Conjuntura, ambos editados pelo INPES, vinha-se utilizando como deflator dos salários nominais de cada mês o Índice de Preços ao Consumidor (IPC/IBGE) do mês seguinte; conhecida a metodologia do IPC, que é "centrado" no início do mês a que se refere, pretendia-se captar o efetivo poder de compra dos salários quando do seu recebimento pelos trabalhadores, supostamente concentrado no início do mês seguinte ao de referência.

Entretanto, existem evidências cada vez mais claras de que a forte aceleração inflacionária que se seguiu ao fracasso do Plano Verão determinou mudanças nas datas e na periodicidade dos pagamentos dos salários em grande parte das empresas, notadamente no segmento industrial paulista. São cada vez mais comuns os casos de empresas que, mensalmente, antecipam o pagamento de parcela significativa dos salários, na prática tornando-os quinzenais e, até mesmo, semanais.

Diante dessa nova realidade, a utilização do IPC do mês seguinte como deflator dos salários nominais deixa de ser a alternativa mais adequada, na medida em que estaria subestimando o poder de compra das parcelas salariais recebidas pelos trabalhadores ao longo do mês de referência. Embora não se possa tratá-lo como o "deflator ótimo", parece mais adequado que, nas atuais circunstâncias,



eleja-se o INPC do próprio mês de referência dos salários como a melhor aproximação possível, na medida em que é um índice centrado em meados do mês.

Na Tabela 2.2 são mostradas as duas séries de 1989 dos salários reais na indústria paulista, obtidos a partir da deflação dos salários nominais pelo IPC do mês seguinte e pelo INPC do próprio mês a que se referem os salários.

A discrepância entre as duas séries é bastante clara. Desprezando os índices dos dois primeiros meses do ano - devido ao Plano Verão, que gerou enorme concentração de reajustes de preços próximo ao dia 15 de janeiro, e ao próprio "vetor" de preços integrante do Plano, que distorce os resultados -, observa-se que, a partir de abril, ocorreu forte queda dos salários reais quando se utiliza o IPC do mês seguinte como deflator e queda bem menos acentuada quando o deflator é o INPC do próprio mês. Embora não se possa afirmar com certeza que a mudança do deflator permitirá análises mais realistas, a presença dessa discrepância e o conhecimento da evolução ao longo do ano de outras variáveis econômicas relevantes ao caso sugere que tal modificação é recomendável.

De fato, a queda dos salários reais - e da massa real de salários -, na magnitude em que se estimava, parecia incompatível com o aquecimento do consumo, da produção e do emprego desde abril/maio, com alguns meses de forte exacerbação. Com a modificação introduzida, observa-se que a redução da massa salarial real (ver "Indicadores" no final deste Boletim) é bem menos sensível, inclusive mostrando crescimento nos meses em que se acusou maior aumento do consumo.

Utilizando, então, o INPC como deflator dos salários nominais do mês, observa-se que, em outubro - última informação disponível e mês de dissídio coletivo de grandes segmentos de trabalhadores da indústria paulista -, o poder de compra dos salários aproximou-se dos níveis de abril/maio, período de "saída" do Plano Verão, e da média entre janeiro e fevereiro, melhor indicador dos salários reais do início do ano. As fortes oscilações observadas nos salários médios reais ao longo do ano devem-se, basicamente, às bruscas variações das taxas mensais de inflação; entretanto, sempre que isto ocorreu a recuperação foi rápida, manifestando-se já no mês seguinte.

Tabela 2.2

## SALÁRIO MÉDIO REAL NA INDÚSTRIA PAULISTA - 1989

(Pesquisa Mensal; Base: Janeiro de 1986 = 100)

MÊS	DEFLATOR: IPC(t+1)	DEFLATOR: INPC(t)
Janeiro	100,7	110,6
Fevereiro	94,2	95,3
Março	98,4	99,3
Abril	103,5	104,4
Maio	97,7	103,7
Junho	88,8	93,8
Julho	93,7	100,5
Agosto	93,2	102,0
Setembro	88,6	97,9
Outubro	92,3	103,8

Fontes: Fiesp e IBGE. Elaboração: INPES/IPEA.

## Inflação

A inflação voltou a mostrar sinais de forte aceleração no final de 1989. A taxa mensal de dezembro, medida pelo IPC-IBGE, alcançou 53,55%, mostrando um salto de 12 pontos percentuais sobre o IPC de novembro e de 5 pontos sobre o INPC último. Com este resultado, a inflação acumulada ao longo do ano ficou em 1.764,8% e a taxa média mensal em 27,6%, números bem superiores aos observados em 1988, quando ficaram, respectivamente, em 933,6 e 21,5%.

A intensificação da aceleração inflacionária captada pelo IPC de dezembro refletiu, sem dúvida, o clima de forte expectativa em relação ao resultado da eleição presidencial e ao provável conteúdo dos programas de estabilização dos diferentes candidatos. Neste sentido, o encerramento da coleta de informações na semana decisiva da disputa eleitoral pode ter influenciado sobremaneira o índice de dezembro. Em sendo assim, a definição política poderá vir a ter impactos redutores sobre a intensidade da aceleração inflacionária, fato que parece estar sendo detectado pelas primeiras estimativas do IBGE para o INPC de dezembro, que indicam uma inflação de 51,3%.

Por outro lado, é inegável a existência de condições objetivas para a trajetória contínua de alta

nas taxas mensais. Contrariamente ao observado ao longo de 1989, as últimas indicações no que diz respeito às contas públicas não alimentam expectativas favoráveis quanto ao controle do déficit público e, portanto, sobre o comportamento dos agregados monetários.

O quadro inflacionário que se apresenta é, pois, extremamente delicado. Aos níveis atuais, qualquer choque exógeno induz a uma mudança significativa no patamar inflacionário. Taxas mensais superiores a 50% começam a exigir reajustes de preços em intervalos muito reduzidos, com conseqüências graves não apenas para o próprio ritmo de crescimento dos preços, como também quanto à eficácia dos instrumentos tradicionais de indexação, a âncora móvel que tem assegurado a inflação em níveis ainda ("quase que") suportáveis.

Afora as condições objetivas e a dinâmica própria do processo inflacionário brasileiro, as expectativas dos agentes seguramente irão dominar o ritmo de crescimento dos preços nos próximos meses. A existência de um presidente eleito mas não empossado inviabiliza atitudes mais audazes por parte dos atuais gestores da política econômica, restringindo sobremaneira suas possibilidades de atuação e tornando quase inevitável que a taxa de inflação passe a ser determinada pelas expectativas dos agentes, formadas continuamente a partir dos mais diferentes tipos de informação.

A mudança de governo, por si só um forte elemento no sentido de alterar favoravelmente as expectativas, não deve, contudo, ser vista como uma panacéia para todos os males da economia, em especial a inflação. A definição da equipe do governo e o anúncio das diversas medidas de política econômica a serem implementadas devem ser consistentes, aos olhos dos agentes, com um efetivo programa de

estabilização da economia, o que implica aceitar os custos de um permanente, mas doloroso, programa de desinflação.

### ● A INFLAÇÃO DE DEZEMBRO

Em dezembro a taxa mensal de inflação, medida pelo IPC-IBGE, alcançou 53,55%, evidenciando o forte ímpeto aceleracionista que se formou neste final de ano e fixando um novo recorde tanto para a taxa mensal quanto para o acumulado no ano, que atingiu 1.764,8%. A característica de forte aceleração do processo inflacionário fica clara quando comparamos a taxa média de inflação dos três primeiros meses do ano (23,2%), mesmo incluindo o vetor de janeiro, com a dos três últimos (44,0%). Estas trajetórias de aceleração contínua e intensa da inflação no ano de 1989, passados os efeitos do Plano Verão, é visualizada no Gráfico 3.1, que mostra a taxa média de inflação para trimestres móveis.

O comportamento dos diversos grupos de produtos que compõem o IPC, contudo, está longe de ser homogêneo. Até novembro os produtos da alimentação mostraram as menores taxas de inflação mensal, o que, dada a sua ponderação no índice geral, contribuiu significativamente para uma redução no ímpeto aceleracionista da inflação. No período setembro/novembro, enquanto a taxa média de crescimento dos preços no grupo "alimentos e bebi-

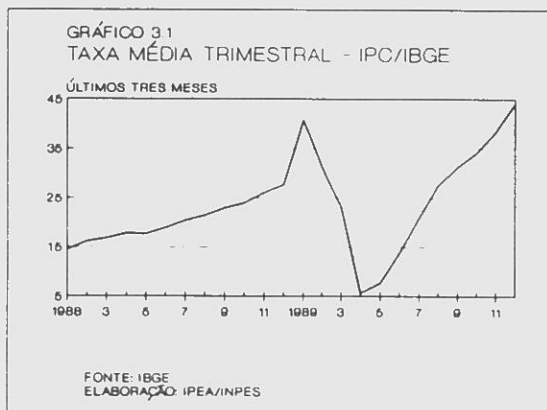
das" ficou em 32,2%, os demais grupos alcançaram 41,7% e a média do IPC foi de 38,3%.

A partir de novembro este comportamento modificou-se substancialmente. No IPC daquele mês a inflação dos produtos da alimentação foi de 35,3%, no INPC já chegava a 47,2%, alcançando 54,8% no IPC de dezembro último. Os produtos não-alimentares, por sua vez, apresentaram uma aceleração mais reduzida, passando de 44,8 para 49,2% e, finalmente, para 52,9% em dezembro.

Ainda assim, os principais responsáveis pelo índice de dezembro, isto é, os grupos de produtos que lideraram a corrida dos preços, foram "habitação" e "saúde e cuidados pessoais", com destaque para os produtos farmacêuticos e as tarifas de energia elétrica. Por outro lado, "vestuário" e "artigos de residência" - dois grupos nos quais o grau de concorrência é mais elevado - evoluíram alguns pontos percentuais abaixo da inflação média, talvez refletindo algum desaquecimento na demanda por este tipo de bens.

Ao longo do ano como um todo, além do grupo "alimentos e bebidas", apenas "habitação" apresentou uma taxa acumulada inferior ao índice geral (Tabela 3.1). Todos os demais grupos evoluíram acima da média dos preços, mostrando assim um incremento no preço real dos produtos que compõem estes grupos.

A evolução dos preços reais de cada grupo é visualizada na série de gráficos apresentados no Apêndice deste Boletim (Gráficos III.1A a III.1G), onde se pode observar a impressionante recuperação dos preços dos "artigos de residência", fruto sem dúvida do aquecimento do mercado destes bens, já que são passíveis de terem seu consumo antecipado na presença de expectativas de forte aceleração



da inflação. Além deste grupo, também "saúde e cuidados pessoais", "vestuário" e "despesas pessoais" apresentaram significativos ganhos reais no ano. No caso dos primeiros, os ganhos foram de origem recente, quando seus preços cresceram com vigor inusitado, apesar de parcela substancial dos itens do grupo - produtos farmacêuticos - terem seus preços sob controle governamental; nos outros dois casos os ganhos remontam ao Plano Verão.

A aceleração da inflação não foi captada com a mesma intensidade pelos diferentes índices de preços ao consumidor. Como mostra a Tabela 3.2, a discrepância entre

os índices, que era bem reduzida em setembro e outubro, é significativa em novembro, quando o INPC alcança 48,47%. Estas diferenças são ainda maiores quando da comparação entre o IPC-IBGE para a cidade de São Paulo e o ICV-Fipe, correspondente ao mesmo período de coleta. Enquanto no primeiro a inflação paulista alcançou 57,0%, a Fipe calculou-a em 47,4%. Embora a abertura dos índices não seja estritamente comparável, as diferenças são substanciais em alguns grupos de produtos como "habitação" e "saúde" (Tabela 3.3). À parte as diferenças esperadas devido às peculiaridades metodológicas e da composição da cesta de produtos, a explicação para as di

Tabela 3.1

### ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC)

(Variação Percentual por Grupo de Produtos)

GRUPO DE PRODUTOS	TAXA DE VARIAÇÃO				
	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro/ Dezembro
Alimentos e Bebidas	31,38	29,98	35,26	54,77	1.517,64
Habitação	39,56	37,68	40,27	62,48	1.636,65
Artigos de Residência	41,77	42,66	40,73	44,09	2.129,35
Vestuário	33,82	43,52	46,01	49,86	2.058,52
Transporte e Comunicações	37,10	42,35	40,63	53,07	1.888,12
Saúde e Cuidados Pessoais	50,26	46,30	59,10	53,20	2.167,69
Despesas Pessoais	36,94	41,09	40,28	56,94	2.121,34
Índice Geral	35,95	37,62	41,42	53,55	1.764,86

Fonte: IBGE.

Tabela 3.2

### PRINCIPAIS ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - 1989

ÍNDICE	INSTITUIÇÃO	TAXA DE VARIAÇÃO			
		Setembro	Outubro	Novembro	Janeiro/ Novembro
IPC	IBGE	35,95	37,62	41,42	1.114,50
INPC	IBGE	36,35	38,76	48,47	1.197,97
IPC-RJ	FGV	34,07	38,67	45,48	1.127,40
ICV-SP	Fipe/USP	35,83	37,29	42,96	1.043,37

vergências podem estar localizadas no levantamento de alguns preços cujos reajustes se verificam a intervalos mais espaçados. Nestes casos, o exato timing da coleta torna extremamente sensível os índices quando a taxa de inflação alcança níveis tão elevados como os verificados atualmente.

A nível do atacado, tanto no conceito de disponibilidade interna quanto no de oferta global, os índices têm apresentado maior estabilidade, com as taxas médias ultrapassando os 40% ao mês desde setembro (Tabela 3.4). Em novembro, ao contrário dos dois meses ante-

riores, as diversas aberturas do índice mostraram menos variância, mas ainda assim os preços dos produtos de origem agropecuária cresceram menos que os dos manufaturados, dando prosseguimento ao processo de deterioração da relação de trocas entre a agricultura e a indústria (ver Gráfico III.2 do Apêndice).

As implicações inflacionárias e as dificuldades do futuro programa de estabilização em evitar as pressões altistas oriundas dos produtos agrícolas são objeto de análise específica em Nota Técnica neste mesmo Boletim.

Tabela 3.3

## TAXA MENSAL DE INFLAÇÃO EM SÃO PAULO - DEZEMBRO DE 1989

GRUPO DE PRODUTOS	IPC-IBGE	ICV-Fipe
Alimentação	59,36	52,66
Habitação	58,57	39,37
Artigos de Residência	47,02	-
Vestuário	55,86	43,23
Transporte e Comunicações	59,00	46,42
Saúde e Cuidados Pessoais	54,94	37,27
Despesas Pessoais	58,99	49,24
Educação	-	51,90
Índice Geral	57,05	47,44

Fontes: IBGE e Fipe/USP.

Tabela 3.4

## ÍNDICE DE PREÇOS NO ATACADO (IPA)

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE VARIAÇÃO			
	Setembro	Outubro	Novembro	Janeiro/ Novembro
Disponibilidade Interna	41,41	40,34	44,32	1.141,70
- Bens de Consumo	40,73	40,61	44,66	1.177,97
. Duráveis	58,15	50,12	40,80	1.157,86
. Não-Duráveis	36,97	38,24	45,70	1.183,32
- Bens de Produção	41,83	40,17	44,12	1.120,07
Oferta Global	41,00	40,45	43,96	1.124,25
- Produtos Agrícolas	27,52	29,56	35,15	823,71
- Produtos Industriais	44,94	43,25	46,00	1.218,32

Fonte: Ibre/FGV.

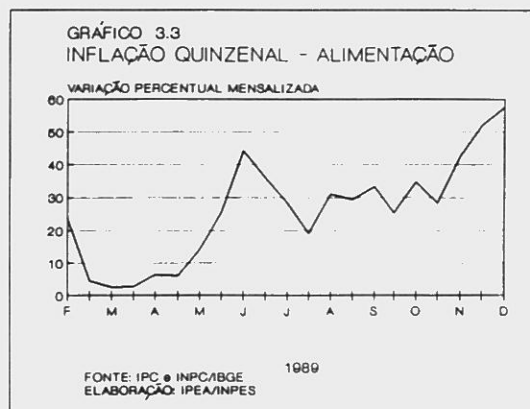
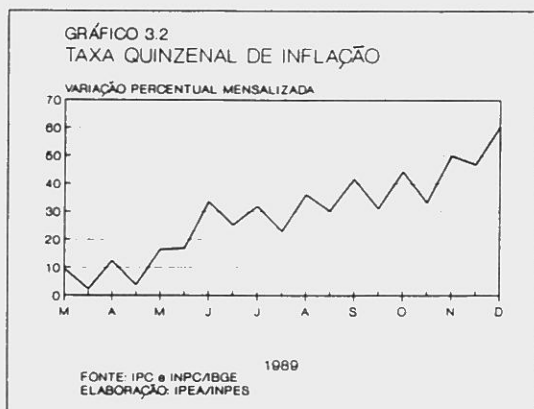
## ● PERSPECTIVAS INFLACIONÁRIAS

O comportamento mais recente das taxas de inflação pode ser acompanhado pelos gráficos a seguir, que retratam a taxa de inflação quinzenal, elaborados a partir da interpolação do IPC e INPC do IBGE, para a taxa média de inflação (Gráfico 3.2) e para o grupo de alimentos e bebidas (Gráfico 3.3). Neles observa-se uma clara mudança no ritmo inflacionário, que no índice médio fica bem definida com a divulgação do INPC de novembro, mas para o caso da alimentação já era observada no IPC relativo àquele mesmo mês. Aliás, no caso dos alimentos a aceleração é bem similar à observada entre maio e junho, quando do período de descongelamento, ocasião em que a taxa média mensal (no IPC) também apresentou alta em torno de 15 pontos percentuais. Note-se ainda que a taxa de crescimento dos preços destes produtos ficou relativamente estável, em torno dos 30% mensais, entre agosto e novembro, o que sem dúvida contribuiu para o relativo controle da inflação do período.

No que diz respeito aos próximos meses, vale dizer, no período de transição do comando político e econômico, o comportamento da inflação irá depender, quase que exclusivamente, da evolução das expectativas quanto à política anti-inflacionária do próximo governo. A tentativa de antecipação aos

efeitos de supostas medidas a serem tomadas no futuro, se generalizada, pode desencadear um ritmo de expansão dos preços que caracterize um verdadeiro processo hiperinflacionário. Neste caso, os instrumentos de política econômica ainda disponíveis ao atual governo, especialmente a política monetária, poderão mostrar-se inócuos, dada a sua incapacidade em acompanhar o ritmo explosivo dos preços. Isto porque os balizadores desta política - os índices de preços - têm uma defasagem temporal que anularia qualquer tentativa de acompanhamento efetivo das taxas de juros ao processo inflacionário. Ainda assim, este constituiu-se praticamente no único instrumento de política econômica ainda disponível ao atual governo.

A possibilidade de relativa estabilidade nos próximos meses estaria condicionada a uma mudança mais brusca no comportamento dos agentes, em especial dos setores oligopolizados, formadores de preços, que têm grande capacidade em sinalizar o comportamento futuro da inflação. Um acordo informal entre estes grupos e os atuais gestores da política econômica - no sentido de evitar práticas defensivas e ater-se à correção inflacionária passada para não agravar ainda mais o quadro inflacionário - poderia sedimentar o caminho para uma solução futura de uma política de desinflação que viabilize a queda contínua das taxas mensais.



Os modelos de projeção do INPES, com base em séries temporais, apontam para um cenário surpreendente no que diz respeito aos índices de janeiro. Imputado o resultado preliminar do INPC para dezembro (51,3%), os diversos modelos, que variam conforme a hipótese quanto à extensão da memória inflacionária da economia, apontam consistentemente para uma queda substancial do ritmo inflacionário, com o IPC de janeiro situando-se abaixo dos 50%. Vale notar que, mesmo considerando-se os limites superiores das projeções - e não seus pontos médios como usual -, o IPC de janeiro ainda assim alcançaria um valor próximo a 52%, inferior, portanto, ao índice do mês de dezembro. A partir do INPC deste mês, as taxas mensais retornariam ao padrão de aceleração moderada apresentado anteriormente, mas mesmo assim os índices do próximo mês ainda estariam abaixo dos 60% mensais (Tabela 3.5).

A explicação para esta surpreendente reversão na trajetória da inflação em janeiro estaria localizada na brusca mudança de comportamento dos preços da primeira

para a segunda quinzena de dezembro - o overshooting praticado anteriormente estaria agora sendo compensado por um menor ritmo de crescimento dos preços -, fato refletido no INPC daquele mês, que, embora superior ao de novembro, mostrou forte desaceleração nos preços relativamente ao IPC de dezembro. Os modelos de série de tempo do INPES captaram, então, o último IPC divulgado como uma observação fora da trajetória normal de alta da inflação, e as projeções para os próximos índices (a partir do INPC de janeiro) refletem este retorno ao comportamento de aceleração moderada.

Ressalte-se, contudo, a extrema importância da informação adicionada pela observação do INPC de dezembro. Sem esta informação as previsões dos nossos modelos indicavam que o próximo IPC deveria situar-se em torno dos 60%, com uma variação para cima ou para baixo, dependendo da extensão da memória inflacionária considerada, resultado basicamente devido a uma mudança no nível das taxas mensais, mudança esta que aparentemente não ocorreu.

Tabela 3.5

TRAJETÓRIAS SIMULADAS DAS TAXAS DE INFLAÇÃO SOB DIFERENTES HIPÓTESES DE MEMÓRIA INFLACIONÁRIA<sup>1</sup>

PERÍODO	TAXA DE VARIAÇÃO MENSAL		
	Hipótese A	Hipótese B	Hipótese C
IPC - janeiro	46,9	47,2	47,0
INPC - janeiro	54,9	55,6	55,1
IPC - fevereiro	57,1	58,0	57,4
INPC - fevereiro	59,3	60,4	59,9

Elaboração: INPES/IPEA.

<sup>1</sup>Na hipótese A, a memória inflacionária é mais curta que nas hipóteses B e C, respectivamente.



## Setor Externo

### ● BALANÇA COMERCIAL

O superávit da balança comercial em novembro, o mais baixo do ano, foi de US\$ 973 milhões - apresentando uma queda de 43% quando comparado a igual mês do ano anterior -, com exportações de US\$ 2.568 milhões e importações de US\$ 1.595 milhões. O saldo acumulado até novembro é de US\$ 15.190 milhões, o que representa uma queda de 14,8% em relação ao mesmo mês de 1988.

Nos três primeiros meses do ano,

a balança comercial apresentou um desempenho excelente, sendo o saldo acumulado do primeiro trimestre 31,8% mais elevado que o dos três primeiros meses de 1988. A partir do segundo trimestre, entretanto, observou-se uma progressiva deterioração, sendo que apenas em julho o saldo foi superior ao de igual mês de 1988, com todos os demais meses apresentando queda.

Esta progressiva deterioração da balança comercial, explicada tanto por um arrefecimento das exportações, basicamente de manufaturados, como por um crescimento das importações, tem gerado apreensão com relação aos saldos do primeiro trimestre de 1990, período que antecede a posse do novo governo.

No entanto, observando-se as séries tendencial e dessazonalizada das exportações e importações, verifica-se que tanto a queda das exportações quanto o crescimento das importações reduziram sua intensidade, tendo as exportações de manufaturados nos últimos três

Tabela 4.1

### BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - JANEIRO/NOVEMBRO DE 1989

DISCRIMINAÇÃO	US\$ MILHÕES		VARIAÇÕES PERCENTUAIS	
	Novembro de 1989	Janeiro/Novembro de 1989	Nov. 1989 Nov. 1988	Jan./Nov.1989 Jan./Nov.1988
<u>Exportações</u>	<u>2.568</u>	<u>31.629</u>	<u>-12,96</u>	<u>2,40</u>
Básicos	748	8.873	-5,03	1,65
Industrializados	1.794	22.425	-15,50	2,45
. Semimanufaturados	485	5.450	11,44	14,44
. Manufaturados	1.309	16.975	-22,45	-2,60
Transações Especiais	26	331	-34,77	22,80
<u>Importações</u>	<u>1.595</u>	<u>16.439</u>	<u>28,32</u>	<u>25,90</u>
Petróleo Bruto	210	3.199	53,28	3,90
Trigo	10	182	-	87,63
Demais	1.375	13.138	24,32	31,93
<u>Saldo Comercial</u>	<u>973</u>	<u>15.190</u>	<u>-43,00</u>	<u>-14,80</u>

Fonte: Cacex.

meses se estabilizado em um patamar de US\$ 1,4 bilhão e as importações exclusive trigo e petróleo em US\$ 1,3 bilhão.

A reintrodução dos depósitos em dólares para os exportadores, rendendo juros pouco inferiores à Libor, e a expectativa do inevitável processo de ajustamento pelo qual deverá passar a economia brasileira, com características certamente recessivas, poderão contribuir para que esta relativa estabilidade perdure ao longo do primeiro trimestre. Não é de todo improvável, no entanto, que diante de uma aceleração inflacionária, que terá como consequência um maior atraso cambial, se exacerbem as expectativas de uma maxidesva-

lorização do cruzado, revertendo este quadro de relativa estabilidade com exportadores retardando vendas e importadores antecipando compras. Diante desse panorama, provavelmente as nossas estimativas para o saldo comercial do primeiro trimestre deverão estar superestimadas.

A projeção dos grandes agregados

da balança comercial para o ano de 1989 - efetuada através de um exercício baseado em séries dessazonalizadas, bem como em estimativas específicas realizadas no âmbito do INPES e outras instituições consultadas - aponta para um saldo comercial de US\$ 15,8 bilhões - 17,2% inferior ao observado em 1988 -, com exportações de US\$ 34,3 bilhões e importações de US\$ 18,5 bilhões. Nas projeções baseadas em séries dessazonalizadas, a hipótese adotada é que tanto as exportações como as importações de dezembro se manterão no patamar médio dos últimos três meses.

Para o primeiro trimestre de 1990, mantida a hipótese da estabilidade das exportações e das importações no patamar médio dos últimos três meses, nossas projeções apontam para um saldo acumulado da balança comercial de US\$ 1.970 milhões, o que implicaria uma queda de 53% com relação ao saldo do primeiro trimestre de 1989, período em que os saldos comerciais foram os mais elevados da história.

Tabela 4.2

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - 1988/89

(US\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	1988 (Efetivo)	1989 (Previsto)	VARIAÇÃO (%)
<u>Exportações</u>	<u>33.784</u>	<u>34.300</u>	<u>1,53</u>
Básicos	9.394	9.600	2,19
Industrializados	24.090	24.300	8,72
. Semimanufaturados	4.890	5.900	20,65
. Manufaturados	19.200	18.400	-4,17
Transações Especiais	300	400	33,33
<u>Importações</u>	<u>14.688</u>	<u>18.500</u>	<u>25,95</u>
Petróleo Bruto	3.194	3.400	6,45
Trigo	97	200	106,18
Demais	11.397	14.900	39,51
<u>Saldo Comercial</u>	<u>19.096</u>	<u>15.800</u>	<u>-17,26</u>

Fonte: Cacex. Elaboração: INPES/IPEA.

Tabela 4.3

## BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - 1º TRIMESTRE 1989/90

(US\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	1989 (Efetivo)	1990 (Previsto)	VARIAÇÃO (%)
<u>Exportações</u>	<u>7.489</u>	<u>6.600</u>	<u>-15,91</u>
Básicos	1.750	1.600	-8,57
Industrializados	5.999	4.900	-18,32
. Semimanufaturados	1.373	1.300	-5,32
. Manufaturados	4.626	3.600	-22,18
Transações Especiais	100	100	-
<u>Importações</u>	<u>3.532</u>	<u>4.630</u>	<u>31,09</u>
Petróleo Bruto	852	900	5,63
Trigo	6	30	400,00
Demais	2.674	3.700	38,57
<u>Saldo Comercial</u>	<u>4.317</u>	<u>1.970</u>	<u>-54,37</u>

Fonte: Cacex. Elaboração: INPES/IPEA.

## ● PROJEÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS EM 1989

Com base nas projeções da seção anterior e admitindo-se uma despesa com serviços líquidos mais transferências unilaterais de US\$ 15.880 milhões, estima-se um saldo em transações correntes negativo de US\$ 80 milhões - computados os juros não pagos -, ou seja, quase US\$ 5 bilhões inferior ao observado em 1988. Esta expressão queda é explicada tanto pela redução do superávit da balança comercial como pela elevação das despesas com serviços, devido não apenas ao aumento no pagamento de juros da dívida, mas principalmente a uma significativa elevação da remessa de lucros e dividendos. De fato, entre 1985 e 1987 estas representavam em média US\$ 1,0 bilhão, passaram em 1988 para US\$ 1,7 bilhão e, finalmente, alcançaram US\$ 2,6 bilhões em 1989.

O saldo em transações correntes, assim estimado, somado às últimas estimativas do Banco Central para a conta de capital publicadas em Brasil Programa Econômico, apontando um saldo negativo na conta

de capital de US\$ 2.250 milhões, resulta em um déficit do balanço de pagamentos da ordem de US\$ 2.330 milhões.

Diversos fatores afetaram negativamente a conta de capital em 1989. No item investimento direto líquido, desconsiderando-se as conversões - que de fato não representam ingresso de bens e moedas -, observa-se uma saída líquida de recursos de US\$ 800 milhões, sendo US\$ 400 milhões referentes a investimentos brasileiros no exterior e US\$ 400 milhões referentes à diferença entre ingresso e repatriação de capital estrangeiro.

Depois de observarmos em 1981 um pico de investimentos estrangeiros diretos líquidos (exclusive conversões) de US\$ 1,8 bilhão, estes passaram a apresentar uma tendência contínua de queda, até atingir em 1989 um valor negativo de US\$ 400 milhões. Houve também crescimento dos investimentos brasileiros no exterior, que nos últimos cinco anos estavam em um patamar pouco superior a US\$ 100 milhões e deverão atingir US\$ 400 milhões em 1989.

Quando analisamos a diferença entre ingresso de novos recursos e amortizações (em dólares), observa-se uma entrada de novos recursos de US\$ 3.312 milhões (computados US\$ 682 milhões de refinanciamento de juros com o Clube de Paris) e uma saída de divisas de US\$ 4.774 a título de pagamento de amortizações, representando, portanto, uma saída líquida de US\$ 1.462 milhões. É interessante ainda observar que parcela significativa dessa saída (US\$ 287 milhões) é devida à diferença entre aporte de novos recursos e pagamento de amortizações ao Banco Mundial e ao BID.

Resumidamente, em 1989 os débitos a título de juros da dívida ascenderam a US\$ 10,3 bilhões, deverão ser remetidos para o exterior US\$ 2,6 bilhões sob a forma de pagamento de lucros e dividendos, US\$ 800 milhões sob a forma de investimento direto líquido (exclusive conversões), além de US\$ 1,5 bilhão referentes à diferença entre amortizações e entrada de novos recursos.

Estes dados sugerem que, independentemente da necessidade de renegociar a dívida externa de médio e longo prazos com os bancos credores, existem áreas ainda pouco exploradas em termos de renegociação com os organismos internacionais e agências governamentais. Novas formas de entendimento com o capital estrangeiro, seja sob a forma de investimentos diretos ou de remessa de lucros e dividendos, também poderão ser exploradas.

Apenas para finalizar, um déficit de US\$ 2,3 bilhões no balanço de pagamentos, acrescido de um pagamento de US\$ 852 milhões para o FMI, na ausência da suspensão do pagamento dos juros ocorrido a partir de setembro, implicaria uma queda das reservas (conceito BOP) de US\$ 3,1 bilhões, apesar do superávit de quase US\$ 16 bilhões na balança comercial.

Tabela 4.4

## PROJEÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS EM 1989

(US\$ Milhões)

<u>Balança Comercial FOB</u>	15.800
Exportações	34.300
Importações	-18.500
<u>Serviços Líquidos</u>	-15.980
Juros	-10.300
Lucros e Dividendos	-2.600
Outros	-3.080
<u>Transferências Unilaterais</u>	100
<u>Transações Correntes</u>	-80
<u>Capital</u>	-2.250
<u>Investimento Direto Líquido</u>	200
Em Moeda	-800
Conversão	1.000
<u>Financiamentos</u>	4.386
Novos	1.900
Refinanciados	2.486
<u>Amortizações</u>	-35.074
Pagas em Dólares	-4.774
Pagas em Cruzados	-700
Refinanciadas	-29.600
<u>Empréstimos em Moeda</u>	28.526
Curto Prazo	0
Longo Prazo	28.526
Intercompanhias	130
Bancos Comerciais Brasileiros	1.462
Novos	-
Refinanciados	1.462
Bancos Comerciais Estrangeiros	26.934
Novos	600
Refinanciados	26.334
<u>Outros Capitais</u>	-288
<u>Déficit</u>	-2.330
<u>Financiamento</u>	+2.330
Haveres (- = Aumento)	-1.637
FMI	-852
Juros Atrasados	4.819

Fonte: Brasil Programa Econômico. Elaboração: INPES/IPEA.

## ● POLÍTICA CAMBIAL

Nos sete primeiros meses de 1989, a política cambial brasileira caracterizou-se por uma série de descontinuidades, começando com a mídiadesvalorização de 15% do cruza-

do - quando do anúncio do Plano Verão - e seguindo-se um congelamento da taxa de câmbio por um período de aproximadamente três meses. Após o descongelamento, regras diferentes foram adotadas quanto à periodicidade das minidesvalorizações, bem como em relação ao índice de preço adotado para servir de balizador destas. Tendo em vista recuperar o atraso cambial acumulado ao longo do congelamento, duas pequenas desvalorizações adicionais foram realizadas em maio e junho e uma nova mídi foi decretada em julho.

Apesar das tentativas de recuperar o atraso cambial ocorrido ao longo do ano, a taxa de câmbio real de julho deflacionada pelo IPA-OG - mesmo com a mídi de 11,98% decretada no dia primeiro do mês - ainda apresentava uma valorização acumulada de 8,6% ao longo dos sete meses.

A partir de julho, as minidesvalorizações voltam a ser diárias, noteadas pela inflação medida pelo IPC. No entanto, em virtude tanto da própria aceleração inflacionária como do fato de a inflação medida pelos índices de preços por atacado - devido à incorporação nestes do ágio após o descongelamento - ter de uma maneira geral superado a inflação calculada pelo IPC, a valorização do cruzado tornou-se ainda mais acentuada: em novembro a taxa de câmbio real apresentava uma valorização acumulada de 23,9% ao longo do ano.

É difícil precisar a ordem de grandeza do atraso cambial em fins de 1989, em virtude das dificuldades em identificar uma taxa de câmbio real estável, que permita um saldo em transações correntes compatível com um fluxo sustentável de capitais externos, na medida em que esta taxa é afetada entre outros fatores pelo nível da atividade interna e do crescimento do comércio mundial.

No entanto, todos os indicadores de competitividade ou rentabilidade apontam para uma valorização acentuada da taxa de câmbio ao longo do ano, sendo as valorizações apontadas pela taxa de câmbio efetiva real para o total das exportações e para manufaturados maiores do que as observadas pelas taxas de paridade do cruzado em relação ao dólar, em virtude de sua valorização ocorrida em 1989 frente às demais moedas dos países industrializados.

Entre os indicadores estimados (ver "Indicadores" no final deste Boletim), foi o índice da taxa de câmbio efetiva real para manufaturados (Gráfico 4.1) que apresentou as maiores perdas ao longo dos últimos dois anos, sendo o seu valor em novembro de 1989 o mais baixo dos últimos 24 meses. A Tabela 4.5 apresenta um resumo das diversas defasagens encontradas a partir de diferentes indicadores de competitividade/lucratividade em diferentes datas-base para o mês de novembro.

Considerando-se que tanto 1985 como 1986 foram anos de taxas de crescimento do PIB elevadas, principalmente para os padrões da década, e que 1988, além da vantagem da proximidade temporal, foi um ano de excepcional desempenho da balança comercial e com um crescimento da economia próximo de zero, situação que deverá estar mais próxima da realidade de 1990, pa-

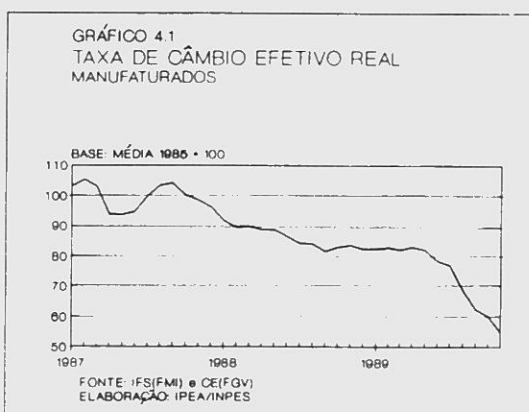


Tabela 4.5

## INDICADORES DE DEFASAGEM CAMBIAL: ESTIMATIVAS PARA NOVEMBRO DE 1989

BASES	INDICADORES				
	Taxa de Câmbio Efetiva Real		Taxa de Paridade		Relação Câmbio Efetivo/Salário <sup>1</sup>
	Total das Exportações	Manufaturados	Total das Exportações	Manufaturados	
Média de 1985=100	32,0	45,1	44,2	49,7	40,9
Março de 1986=100	34,6	47,0	36,1	46,6	39,1
Média de 1988=100	30,5	36,3	24,4	30,8	32,9
Dezembro de 1988=100	27,3	33,3	20,8	27,0	24,8

Elaboração: INPES/IPEA.

<sup>1</sup>O mês de referência da relação câmbio efetivo/salário é outubro.

rece-nos ser 1988 a melhor base de comparação para avaliar a magnitude do atraso cambial. Com relação aos valores médios de 1988, dependendo do indicador utilizado, esta defasagem em fins de 1989 situar-se-ia entre 24,4 e 36,3%. Se considerarmos que indicadores de competitividade calculados a partir de uma cesta de moedas podem ser considerados superiores aos demais, o atraso cambial em novembro de 1989 estaria entre 30 e 36%.

Dada a delicada situação presente - transição política, taxas de inflação extremamente elevadas, alto grau de incerteza que domina todos os mercados -, um drástico reajuste da política cambial no momento parece pouco recomendável,

mesmo admitindo-se os riscos de uma progressiva ou até brusca deterioração da balança comercial.

Com o objetivo de minorar este problema, o Conselho Monetário Nacional reeditou com ligeiras mudanças a antiga resolução nº 1.208 do Bacen, agora sob o nº 1.662, que permite aos exportadores depositar os dólares correspondentes às suas transações com o exterior, rendendo correção cambial mais juros ligeiramente inferiores à Libor. Assim, caberia ao próximo governo definir as novas regras de sua política cambial, que deverá, entre diversos outros fatores, atender à meta do superávit comercial desejado em consonância com a questão da renegociação da dívida externa.

## Política Monetária e Fiscal

Em meados do segundo semestre do ano, o governo parecia ter conseguido readquirir o controle da economia, depois do notável repique inflacionário do fim do primeiro semestre. Além de uma relativa estabilização da taxa de variação dos preços, era possível exibir uma contenção monetária efetiva e, na área fiscal, surgia a notícia alvissareira de que a relação déficit operacional/PIB prevista para este ano, de acordo com a última estimativa oficial da época, seria inferior a 4%, muito aquém dos números de até 7-8% que chegaram a ser mencionados previamente. Embora esta previsão otimista fosse em parte explicada pela mudança de critério do cálculo dos encargos financeiros, ela embutia também a obtenção de um superávit primário significativamente melhor que o resultado de 1988.

Decorridos alguns meses, o contexto econômico apresenta-se hoje muito mais sombrio: de um lado, o espaço para uma maior contenção monetária parece estar prestes a se esgotar, ao mesmo tempo em que as altas taxas de juros não conseguem evitar a aceleração inflacionária; e, de outro, a projeção oficial para o déficit deverá ser ultrapassada, considerando que depois da divulgação do mencionado número houve uma alta da taxa de juros dos títulos públicos e um importante aumento para o funcio-

nalismo federal - pelo lado da despesa -, ao mesmo tempo em que a receita era corroída pela ação do conhecido efeito Tanzi. Em consequência, o ano deverá se encerrar com um quadro das finanças públicas tão crítico como o verificado no final do ano passado. Nesse sentido, embora o Plano Verão tenha contribuído para evitar a eclosão da hiperinflação durante 1989, pode-se dizer que ele apenas adiou mais uma vez um ajuste fiscal severo, cuja adoção é necessária para que se possa implementar uma política antiinflacionária com chances de êxito.

### ● A EVOLUÇÃO DA MOEDA

Depois do cumprimento, durante um trimestre, das metas relativamente apertadas de política monetária fixadas a partir de junho, a base monetária voltou a apresentar taxas de expansão da ordem de 30% ou mais a partir de setembro (Tabela 5.1). Isto foi interpreta-

Tabela 5.1

### TAXAS DE EXPANSÃO MONETÁRIA - 1989

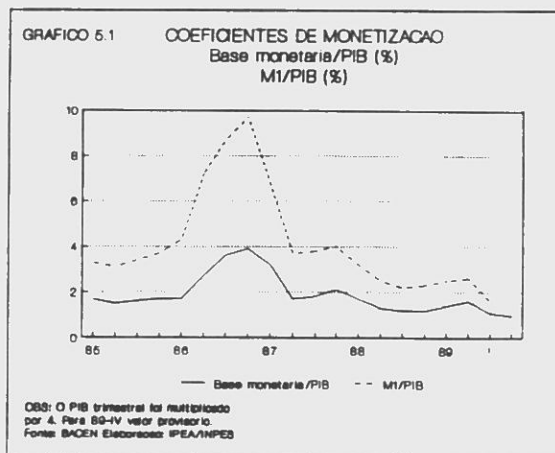
(Final do Mês)

MÊS	BASE MONETÁRIA	Ml
Janeiro	13,2	17,0
Fevereiro	19,6	5,2
Março	17,2	13,8
Abril	13,4	37,6
Maió	33,6	4,6
Junho	15,9	13,9
Julho	8,7	10,6
Agosto	18,2	17,0
Setembro	32,3	35,5
Outubro	29,5	37,2
Novembro	61,8	n.d.

Fonte: Banco Central do Brasil.

do por alguns críticos como uma suposta prova de que a autoridade monetária estaria negligenciando a condução da sua política e como um indicador antecedente de uma futura explosão dos preços. Contudo, tais argumentos devem ser encarados com certa cautela, pois, embora seja importante evitar a verificação de taxas de expansão monetária muito superiores à inflação - e que nesse caso tendem a sinalizar uma alta desta -, a obtenção de taxas muito inferiores à variação dos preços, quando o coeficiente de monetização da economia já é muito pequeno, não é nada trivial. O Gráfico 5.1 - complementado pelas Tabelas V.1 a V.3 do Apêndice - ajuda a ter uma visão mais ampla da questão. Considerando que a relação base monetária/PIB é hoje da ordem de 1% e a razão M1/PIB inferior a 2%, é razoável admitir que, mesmo que o incremento da inflação tenda a diminuir a demanda por encaixes monetários, a economia encontra-se numa situação na qual, pelo fato de estes já serem mínimos, o nível do estoque real de moeda tende a ser mais rígido que no passado frente a novos aumentos da inflação. Vale destacar, a propósito, que o valor real da base monetária em novembro foi da ordem de 10% inferior à do mesmo mês do ano passado, que por sua vez foi o mínimo de 1988.

Este problema se vê agravado, além disso, pela perda de graus de li-



berdade das autoridades para operarem a política monetária nas atuais condições institucionais envolvendo a "rolagem" dos títulos públicos. Isto ficou patente mais uma vez em novembro, quando a perspectiva da prática de uma taxa de juros real muito elevada em dezembro levou os bancos a terem um nível de reservas anormalmente alto. Tal fato teve como objetivo compor a média exigida pelo Banco Central para o período e contar com a possibilidade de ficar com reservas mínimas em dezembro, maximizando as aplicações em títulos. Em consequência, o Banco Central fica prisioneiro da estratégia adotada pelos bancos comerciais e a base monetária está, portanto, sujeita a ter grandes oscilações, que, nas atuais circunstâncias, são praticamente inevitáveis.

#### ● A QUEDA DOS DEPÓSITOS DAS CADERNETAS

A desvinculação entre as remunerações da caderneta de poupança e dos títulos públicos a partir de abril - restabelecendo a situação anterior ao Plano Verão -, somada à prática de juros nominais muito superiores à inflação, vem causando desde então uma séria erosão dos depósitos das cadernetas. A Tabela 5.2 mostra como os saldos vêm aumentando a taxas sistematicamente inferiores à remuneração nominal do mês, indicando, portanto, a ocorrência de retiradas líquidas.

Tendo o governo desistido da iniciativa de se opor a esta tendência através de uma maior taxação dos fundos de curto prazo e continuando a atual política de juros elevados, cabe esperar que a tendência mencionada se mantenha inalterada até a posse do próximo governo, quando - supõe-se - os parâmetros de remuneração dos títulos públicos e da poupança deverão mudar. Depois de março, será preciso estancar este processo,



pois, caso continue, a situação do Sistema Financeiro da Habitação se agravará ainda mais em relação à já crítica situação atual. As linhas gerais dessa mudança deverão ser a redução da taxa de juros de curto prazo e o alongamento de parte dos títulos públicos, de modo a segmentar este mercado e evitar que o controle da liquidez gere efeitos perturbadores sobre todo o sistema financeiro.

### ● O COMPORTAMENTO DA RECEITA

A evolução da receita fiscal ao longo do ano vem sendo influenciada pelos novos dispositivos legais decorrentes da aprovação da Nova Constituição, alguns dos quais só passaram a ter vigência a partir do ano em curso. As Tabelas 5.3 e 5.4 mostram o desempenho da receita da União, cuja trajetória desde janeiro apresentou três fases: na primeira, até fevereiro, houve uma queda real expressiva por conta de receitas que

Tabela 5.2

#### CADERNETA DE POUPANÇA: TAXAS DE REMUNERAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS SALDOS - 1989

MÊS	TAXAS DE REMUNERAÇÃO <sup>1</sup>	TAXAS DE VARIAÇÃO DOS SALDOS
Janeiro	29,4	21,0
Fevereiro	23,0	27,5
Março	19,0	20,0
Abril	20,4	17,2
Maiο	11,5	5,7
Junho	10,5	7,8
Julho	25,5	23,6
Agosto	29,4	28,7
Setembro	30,0	25,6
Outubro	36,6	34,7
Novembro	38,3	n.d.
Dezembro	42,1	n.d.

Fonte: Banco Central do Brasil.

<sup>1</sup> Refere-se ao crédito recebido no mês, com base na variação da LFI ou do IPC do mês anterior e nos juros reais de 0,5%.

deixaram de ser pagas quando as multas pelos atrasos eram menores do que a remuneração decorrente da aplicação financeira desses atrasados; na segunda, em março e durante o segundo trimestre, embora a União começasse a perder a receita de tributos cuja competência tributária passou para os estados, ela se beneficiou dos efeitos reais advindos da queda da inflação; e, por último, no segundo semestre, além da continuidade do processo de perda de competência tributária já mencionado, a arrecadação da União foi severamente afetada pelo efeito Tanzi.

Já pelo lado dos estados, embora estes também sejam prejudicados por aquele efeito, a receita vem se recuperando devido à passagem para a sua órbita de impostos anteriormente arrecadados pela União e também em virtude de uma intensificação da fiscalização.

A resultante desse conjunto de fenômenos, no cômputo global, deverá ser aproximadamente nula, isto é, a soma da receita da União e dos estados em 1989 não deverá ser significativamente diferente, em termos reais, à de 1988. Note-se, entretanto, que não estamos falando da destinação desses recursos. Nesse sentido, o quadro, do ponto de vista mais abrangente das contas públicas consolidadas (União + estados e municípios), é bastante crítico. Isto porque a receita disponível da União vem sendo corroída pela dos estados e municípios de duas formas: em primeiro lugar, via queda da arrecadação, por conta da perda de competência tributária da União; e, em segundo, pelo aumento das transferências constitucionais. Este movimento, porém, não foi acompanhado de uma transferência equivalente de encargos. Desse modo, o aumento dos recursos disponíveis dos estados e municípios traduz-se em maiores gastos, ao mesmo tempo em que a União renuncia a parte da receita, mas preserva as suas o-

brigações, o que gera naturalmente uma pressão líquida no sentido de incrementar o déficit, na ausência de medidas compensatórias.

### ● O REAJUSTE DO FUNCIONALISMO

Tendo sido o ano de 1989 marcado por uma aceleração inflacionária muito mais intensa que a do ano anterior, é natural que, devido à defasagem de tempo que se verifica entre o aumento dos preços e o reflexo disto sobre a indexação salarial, a remuneração real dos assalariados que seguem a norma oficial de reajuste tenha sofrido uma queda. De fato, um contingente expressivo dos empregados do governo experimentou ao longo deste ano uma perda real importante em relação às suas remunerações no ano passado. Entretanto, quando se considera o valor do dispêndio global da União com o pagamento de pessoal - civil, militar, aposentados e pensionistas - e encargos sociais, a conclusão é que, excetuando fevereiro - mês em que a

Tabela 5.4

### EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL REAL TOTAL DA UNIÃO EM 1989<sup>1</sup>

MÊS	TAXA DE VARIAÇÃO DA RECEITA REAL ACUMULADA NO ANO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR (%)
Janeiro	-6,9
Fevereiro	-10,5
Março	0,1
Abril	-0,7
Maio	1,5
Junho	0,9
Julho	2,1
Agosto	-1,2
Setembro	-3,6
Outubro	-3,9
Novembro	-5,6

Fonte: STN. Deflator: IGP-DI.

<sup>1</sup>Inclui impostos e contribuições.

Tabela 5.3

### RECEITA FISCAL/PIB (%)

RECEITA	1988					1989		
	I	II	III	IV	Ano	I	II	III
União	7,5	8,1	8,0	9,8	8,9	7,9	8,0	6,5
IR	2,9	2,9	3,4	3,5	3,3	2,9	3,0	2,8
IPI	1,7	1,4	1,4	1,7	1,6	1,6	1,7	1,8
I5 <sup>1</sup>	0,7	0,6	0,5	0,5	0,6	0,7	0,2	0,0
Outros <sup>2</sup>	2,2	3,2	2,7	4,1	3,4	2,7	3,1	1,9
ICM	4,8	4,4	4,2	4,9	4,6	4,8	5,8	5,3

Fontes: STN (receita da União), Conjuntura Econômica (receita do ICM) e INPES/IPEA (PIB trimestral).

<sup>1</sup>Inclui os cinco impostos cuja competência tributária passou aos estados a partir de 1989: impostos sobre energia elétrica, minerais, combustíveis, serviços de comunicações e transporte rodoviário.

<sup>2</sup>Refere-se a demais receitas da União, incluindo contribuições.

União mudou a data de pagamento -, a queda do gasto com pessoal no acumulado janeiro/dezembro em relação ao dispêndio no período análogo de 1988 foi de apenas 1% (Tabela 5.5).

A explicação para a coexistência desses dois fenômenos - perda real da remuneração de muitas pessoas e ausência de uma redução significativa do gasto total com pessoal - reside na mudança do perfil da despesa com esta rubrica verificada este ano. Isto porque, enquanto a União se beneficiou da corrosão inflacionária incidente sobre o seu dispêndio e que depreciou os salários de quem acompanhou estritamente a legislação, houve uma série de pressões que atuaram compensatoriamente. Neste ponto cabe destacar o aumento outorgado aos militares - por conta de direitos adquiridos antes da vigência da Nova Constituição, mas que só foram efetivados em 1989 -, o adicional de férias de 1/3, a concessão de uma série de isonômias a diversas categorias e, por

Tabela 5.5

#### EVOLUÇÃO DO GASTO DA UNIÃO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

(Em NCz\$ Milhões de Novembro de 1989)

MÊS	1988	1989
Janeiro	11.466	11.898
Fevereiro	8.587	902
Março	9.476	9.137
Abril	7.757	8.514
Mai	6.762	7.605
Junho	9.224	10.856
Julho	5.766	6.344
Agosto	7.505	6.549
Setembro	6.828	6.370
Outubro	6.841	5.614
Novembro	7.930	5.700 <sup>1</sup>
Dezembro	16.198	16.250 <sup>1</sup>

Fonte: STN. Deflator: IGP-DI.

<sup>1</sup>Preliminar.

último, o aumento dos benefícios previdenciários como resultado de novos dispositivos introduzidos na legislação.

Esta situação gera perspectivas preocupantes para o ano de 1990, na medida em que as categorias com salários achatados dentro do funcionalismo deverão ser beneficiadas pelos aumentos elevados concedidos a título de reposição, ao mesmo tempo em que os aumentos extraordinários dados a grupos específicos não são suscetíveis de reversão. O adicional de 10% recentemente aprovado para o funcionalismo, referente a dezembro e pago em janeiro, e o reajuste da ordem de 50% além da inflação por ocasião da data-base de janeiro - a ser parcelado em três vezes a partir de fevereiro - permitem prever um cenário crítico para 1990, do ponto de vista das finanças públicas, pelo lado do gasto.

O quadro descrito sugere, também, a necessidade da adoção de medidas de caráter mais duradouro em relação à contenção do gasto com o funcionalismo. A verdadeira ganção experimentada pelo salário real da categoria gerou, tanto em 1988 como em 1989, uma trajetória similar dessa forma de dispêndio. No começo do ano, este é muito alto e a perspectiva para o ano é explosiva; em função disso, adotam-se medidas paliativas que atenuam o problema nos meses seguintes; na ausência de medidas estruturais, porém, as pressões por reposição eclodem no mesmo exercício, e no final do ano há um "estouro" do gasto que se projeta sobre o exercício seguinte, repondo o problema nos mesmos termos iniciais.

#### ● OS DESAFIOS IMEDIATOS

O momento político que o país vive com a transição de governo gerou uma delicada conjugação de fe

nômenos, caracterizada pelo fato de que ao governo atual resulta muito difícil resistir às pressões pelo aumento dos gastos, ao mesmo tempo em que as novas autoridades, não podendo assumir ainda as responsabilidades inerentes ao exercício do cargo, não dispõem de poderes para se contrapor a essas pressões. Paralelamente, a aceleração inflacionária continua corroendo a arrecadação tributária. O quadro previsível para o primeiro trimestre de 1990 é, portanto, um desarranjo fiscal bastante sério.

Nesse contexto, é importante refletir acerca dos resultados rigorosamente frustrantes observados em 1989 como decorrência do combate à sonegação por parte da Secretaria da Receita Federal. Em que pese o objetivo inicial de arrecadar 1,9% do PIB, o benefício obtido mal atingiu 10% da meta. Comprovadas as dificuldades de se reduzir o desequilíbrio das finanças públicas através deste expediente, a conclusão inexorável pare

ce ser a de que este não poderá ser atingido sem a adoção de medidas socialmente duras e politicamente difíceis, relacionadas com o aumento dos impostos e a redução dos gastos.

No futuro imediato, o novo governo viverá uma situação paradoxal. Isto porque, no que tange ao dispêndio com o funcionalismo, ele dependerá de uma aceleração inflacionária para corroer o ganho obtido na data-base de janeiro; já no que diz respeito à receita, a curto prazo um dos poucos instrumentos de que disporá será o aumento de IPI, que é inflacionário. Será preciso, portanto, operar uma cuidadosa articulação política para conseguir que, simultaneamente com a brusca redução da inflação que se espera para depois da posse, se já abandonada a taxa de variação do IPC imediatamente anterior para efeito dos reajustes futuros, sob pena de que o programa antiinflacionário fique seriamente prejudicado.

## Política Agrícola

Ao iniciar-se o plantio da safra de 1989/90, todos os indicadores apontavam para uma expressiva redução da área plantada. Entretanto, os prognósticos atuais desmentem tal previsão e, com exceção de poucas culturas, mantidas as condições climáticas normais, a produção agrícola deve permanecer na média dos últimos três anos. Isto não quer dizer que os problemas estruturais - que impedem a de<sup>fini</sup>ção e, principalmente, a execu<sup>ção</sup> de uma política setorial consistente - estejam superados. Mesmo a falta de recursos para o cr<sup>éd</sup>ito agropecuário e a prática de taxas de juros elevadas não conseguiram influir negativamente no plantio. Este comportamento, porém, não é normal. Uma das explicações poderia ser buscada no temor demonstrado por alguns agricultores de que, ao deixar de plantar, estariam mais expostos ao risco da desapropriação caso vencesse as eleições à Presidência da República um candidato defensor da reforma agrária.

O setor agrícola, portanto, começa a ser afetado pelas condições adversas da conjuntura econômica, e os reflexos deste novo quadro se farão sentir com maior intensidade durante a comercialização da safra de 1989/90. As grandes safras dos últimos anos e a capacidade demonstrada pela agricultura no sentido de suprir as quedas de

preços, via incremento de produtividade, vêm se esgotando. Podemos dizer que o setor está na situação de "fio da navalha", pois qualquer incidente pode gerar séria instabilidade.

Definido o quadro sucessório, as demandas ao novo governo dos segmentos de agricultores organizados deverão crescer. Porém, tornam-se cada vez mais claras as limitações das políticas setoriais nas atuais condições de desorganização econômica. É preciso que se resolvam os grandes problemas macroeconômicos, ou seja, que a economia se ajuste, para que se possa pensar em políticas setoriais. A aceleração inflacionária e a prática de taxas elevadas de juros conspiram contra o investimento e a própria manutenção da atividade agropecuária, pois mesmo se os custos variáveis forem baixos há um forte desestímulo para produzir, já que os custos de oportunidade se tornam excessivamente elevados.

Como não houve redução significativa no plantio e existem estoques de arroz de sequeiro e milho, não devem ocorrer problemas de abastecimento em 1990. Este fato não significa que os preços agrícolas não passem, inclusive, a contribuir para a aceleração inflacionária, uma vez que se encontram em um nível excessivamente baixo e todas as previsões são de recuperação. A determinação governamental de incorporar os custos de estocagem aos preços de venda dos estoques do governo, visando a redução do déficit público, provavelmente também se refletirá nos preços. Ainda que a crise não seja iminente, ela se aproxima a passos largos.

### ● EVOLUÇÃO DOS PREÇOS E DAS COTAÇÕES INTERNACIONAIS

Como foi destacado no número anterior do Boletim Conjuntural, os in

dices de preços pagos ao produtor apresentaram comportamentos diferenciados a partir de março. Os alimentos foram os únicos produtos cujos preços mostraram uma evolução favorável até junho, tendo os demais começado a cair em março e abril (Tabela 6.1). O mais paradoxal é que, em plena entressafra, os preços situaram-se em um patamar inferior aos praticados na safra e, ao mesmo tempo, foram os menores da década.

Embora o comportamento dos preços agrícolas possa ser atribuído ao crescimento da oferta, após três anos de grandes safras, aparente-

mente são as variáveis macroeconômicas que, de fato, estariam determinando essa evolução desfavorável.

As altas taxas de juros influenciavam negativamente a produção agrícola e, ao mesmo tempo, desestimulam a estocagem privada. O governo, por sua vez, com a deterioração das contas públicas, não dispõe de recursos para desempenhar a função de principal detentor de estoques, como no passado, e aqueles produtores que esperaram uma evolução de preços similar à de 1988 tiveram sua rentabilidade comprometida. As perspectivas no cur-

Tabela 6.1

## EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AO PRODUTOR - PRODUTOS AGRÍCOLAS

(Média de 1987/88/89)=100

PERÍODO	TODOS OS PRODUTOS	PRODUTOS DE ALIMENTAÇÃO <sup>1</sup>	PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO <sup>2</sup>	OUTROS PRODUTOS <sup>3</sup>
1988				
Janeiro	101,57	90,68	111,21	107,57
Fevereiro	97,94	88,14	106,65	103,22
Março	97,90	90,84	104,20	101,67
Abril	95,35	91,14	101,50	89,67
Maio	93,88	95,27	94,36	87,44
Junho	100,16	99,19	101,78	98,16
Julho	103,72	99,72	109,12	99,83
Agosto	100,44	95,84	105,86	98,50
Setembro	99,33	94,44	106,50	92,65
Outubro	100,89	97,57	108,89	85,97
Novembro	104,68	99,39	113,65	93,48
Dezembro	107,45	105,45	114,42	91,34
1989				
Janeiro	99,80	96,75	109,07	79,83
Fevereiro	107,18	108,30	110,41	92,66
Março	113,42	121,45	110,84	94,02
Abril	114,82	123,69	112,40	91,97
Maio	113,32	124,43	108,50	90,62
Junho	104,55	125,63	89,33	81,51
Julho	87,67	105,73	75,75	64,29
Agosto	73,55	84,98	62,30	70,95
Setembro	69,42	76,71	62,06	68,37
Outubro	65,89	69,87	60,29	70,50

Fonte: Fundação Getulio Vargas. Deflator: IGP-DI.

<sup>1</sup>Arroz, banana, batata, cebola, feijão, mandioca, milho, tomate e trigo.

<sup>2</sup>Algodão, amendoim, cacau, café, fumo, laranja e soja.

<sup>3</sup>Cana, pimenta e uva.

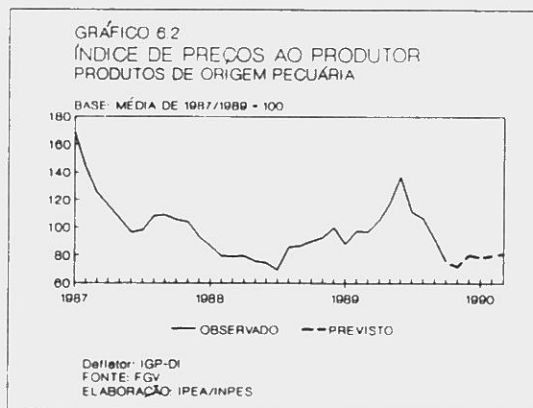
tíssimo prazo não são tão assustadoras, mas em um horizonte de seis meses já se prenunciam problemas, uma vez que as alternativas são: ou os preços sobem ou haverá redução no plantio das safras de inverno e da de 1990/91.

As previsões de evolução dos preços para a próxima safra indicam que novembro representará mais um mês de queda. No entanto, essas mesmas previsões induzem a esperar alguma recuperação a partir de dezembro, o que poderá representar um fator de pressão inflacionária adicional no início de 1990 (Gráfico 6.1), mesmo que não sejam atingidos os níveis de 1987 (os mais baixos até então). Até junho os preços das carnes e derivados indicaram uma tendência de alta completamente anormal, tão anormal quanto a queda que se observou depois de junho, inclusive durante a entressafra. As razões expostas para explicar o decréscimo dos preços dos produtos agrícolas podem ser estendidas aos da pecuária, acrescentando-se alguns elementos novos: o primeiro relaciona-se com as condições climáticas excepcionais que propiciaram uma entressafra extremamente suave; o segundo diz respeito a uma maior oferta de carnes devido à entrada do gado confinado - cujos engordadores apostaram numa trajetória de preços crescentes - e às importações realizadas este ano.

Neste quadro, o leite foi o único produto de origem pecuária cujos

preços continuaram em nível inferior ao praticado em 1988. O desestímulo à sua produção tem sido crescente, o que pode implicar, inclusive, a necessidade de aumentar as importações do produto em 1990.

A projeção do índice de preços dos produtos de origem pecuária aponta para uma reversão da tendência de queda, com crescimento dos preços no final do ano. O aquecimento da demanda de carnes e derivados que ocorre tradicionalmente neste período, com o conseqüente incremento de preços, prolongar-se-ia ao início do próximo ano. A perspectiva, portanto, é de preços ligeiramente superiores aos praticados em igual período de 1988, mas inferiores aos de 1989.



O índice de preços de arroz, milho, feijão, soja e algodão no atacado (Gráfico 6.3), que vinha caindo desde o início do ano, recuperou-se ligeiramente em setembro, consolidando esta tendência

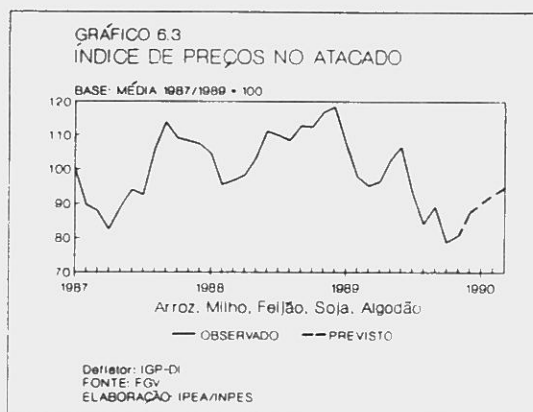
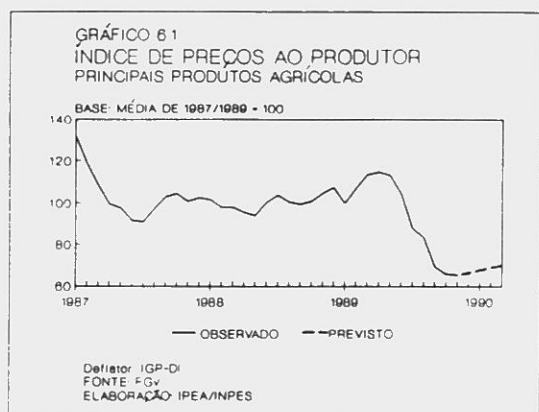


Tabela 6.2

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AO PRODUTOR - PRODUTOS DE ORIGEM  
PECUÁRIA

(Média de 1987/88/89)=100

PERÍODO	TODOS OS PRODUTOS	BOI	FRANGO	LEITE	OVOS	SUÍNO
1988						
Janeiro	86,61	85,80	83,19	100,23	66,27	75,90
Fevereiro	79,41	73,96	80,21	93,38	74,17	70,08
Março	79,19	70,23	81,19	89,13	95,62	77,71
Abril	79,54	72,90	80,16	86,07	95,64	78,62
Maió	75,60	66,09	75,35	87,43	91,50	76,36
Junho	74,50	65,42	74,19	87,89	84,90	73,70
Julho	69,52	51,27	77,55	87,97	88,35	80,59
Agosto	85,56	83,80	82,11	87,51	98,68	82,20
Setembro	86,73	89,81	85,78	84,33	83,55	81,68
Outubro	89,84	96,26	89,89	83,95	77,38	84,54
Novembro	92,46	96,15	96,75	87,20	83,50	89,04
Dezembro	99,90	106,81	104,10	86,14	87,67	108,89
1989						
Janeiro	88,15	86,93	91,57	84,94	84,29	103,21
Fevereiro	97,20	85,70	102,96	108,65	94,24	119,54
Março	96,95	88,44	110,01	91,12	106,69	129,67
Abril	105,48	97,07	115,27	95,30	128,96	143,23
Maió	118,07	111,84	141,04	92,20	147,91	160,84
Junho	136,77	139,80	153,82	84,86	185,25	201,39
Julho	111,39	110,90	122,93	81,33	143,08	154,84
Agosto	106,46	113,22	107,14	83,75	124,65	119,48
Setembro	91,68	95,30	97,12	82,31	87,43	94,63
Outubro	75,81	73,55	81,58	80,50	65,55	73,52

Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Deflator: IGP-DI.

em outubro. Do mesmo modo que o preço ao produtor, o do atacado deve situar-se em patamar semelhante ao observado em 1987, mas ainda abaixo dos níveis dos dois últimos anos. Este resultado confirma a idéia de que as margens estavam elevadas e puderam ser com primidas.

A previsão de comportamento das cotações internacionais das 16 principais commodities agropecuárias - feita com base em um modelo de séries temporais utilizando um índice de Laspeyres - mostra uma clara tendência de recuperação a partir de novembro. Para 1990, o nível dos preços se colocaria num patamar semelhante ao da

safrá de 1989. Todos os preços agropecuários estão, portanto, em ascensão.

#### ● CRÉDITO AGRÍCOLA

Considerando a intenção de plantio dos agricultores, que normalmente recorrem ao sistema de crédito agropecuário para financiar sua produção, a necessidade de financiamento para a safrá de 1989/90 foi calculada em NCz\$ 39 bilhões a preços de novembro. Os recursos provenientes do Tesouro Nacional atenderam a menos de 10% deste total: normalmente, a participação do Tesouro tem sido de 35% do crédito concedido ao setor agropecuário.



Neste caso, torna-se importante relacionar a crise fiscal com o desmoronamento do financiamento à agricultura. Em 1988, a contribuição do Tesouro foi 55% superior à de 1989, e as condições das fontes alternativas também eram mais favoráveis, pois se contava com os recursos da "Caderneta de Poupança Verde" do Banco do Brasil.

Com o Plano Verão, criou-se uma diferença entre o custo de captação e a remuneração dos empréstimos ao setor, o que gerou um déficit de cerca de NCz\$ 8 bilhões a preços de novembro de 1989. Portanto, a retração do Tesouro não pôde ser coberta por recursos da caderneta. Os fundos provenientes da exigibilidade bancária também se tornaram escassos em consequência da aceleração inflacionária, e os bancos comerciais emprestaram, entre junho e dezembro, em torno de NCz\$ 5 bilhões, destinados em sua quase totalidade (cerca de 90%) ao custeio agrícola.

Nesse quadro, menos de 50% do total demandado foram atendidos, mas o problema não se limita à escassez de recursos. A composição das

taxas cobradas pelo Banco do Brasil, em 1989, foram da ordem de 24% reais a.a. - mais do dobro da taxa cobrada em 1988, que variou entre 7 e 12% a.a. -, dependendo do tipo de produtor e do produto.

A escassez de crédito tem levado à restrição no uso de insumos. Seu principal efeito, até o momento, faz-se notar na redução da área plantada de arroz e soja e na que da relativamente modesta de 5% da produção de grãos. Espera-se que o impacto sobre a produtividade seja ainda menos significativo, uma vez que as culturas que apresentaram redução na área plantada são as mesmas que usam intensivamente fertilizantes e defensivos.

#### ● RENTABILIDADE DO SETOR EM 1989

Pode-se afirmar que, concluída a safra de 1988/89, pouco se altera a última análise sobre a rentabilidade dos 20 principais produtos agrícolas. O momento ideal de comercialização da produção agrícola teria sido logo em março, primeiro mês da safra, mas os dados disponíveis permitem concluir que

Tabela 6.3

#### EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL: ORÇAMENTO DE CRÉDITO - DESPESAS

(Milhões de NCz\$ de outubro de 1989)

PERÍODO	CUSTEIO AGROPECUÁRIO		TRIGO		INVESTIMENTO AGROPECUÁRIO		COMERCIALIZAÇÃO	
	1988	1989	1988	1989	1988	1989	1988	1989
Janeiro	394,5	0,0	1.036,2	0,0	13,3	0,0	560,5	0,0
Fevereiro	1.033,3	0,0	672,0	0,0	63,2	0,0	283,6	0,0
Março	855,9	0,0	560,9	0,0	6,6	0,0	996,0	0,0
Abril	804,2	493,8	836,8	2.116,2	0,0	307,5	2.586,2	1.729,4
Maió	293,5	718,5	797,7	579,6	0,0	360,2	3.936,7	2.044,8
Junho	866,6	368,9	384,2	511,3	83,4	155,6	3.375,5	589,4
Julho	125,0	521,0	260,6	280,2	0,0	62,8	1.079,7	1.127,0
Agosto	1.271,6	631,9	375,4	350,5	45,7	183,8	905,9	935,2
Setembro	2.012,9	715,8	1.708,8	946,3	11,3	78,2	495,5	583,8
Outubro	963,5	370,0	2.068,7	866,0	0,0	584,0	182,9	75,0
Janeiro/Outubro	8.621,0	3.819,9	8.701,4	5.650,2	223,5	1.732,0	14.402,6	7.084,7
Varição 1989/ 88(%)		-55,69		-35,07		674,90		-50,81

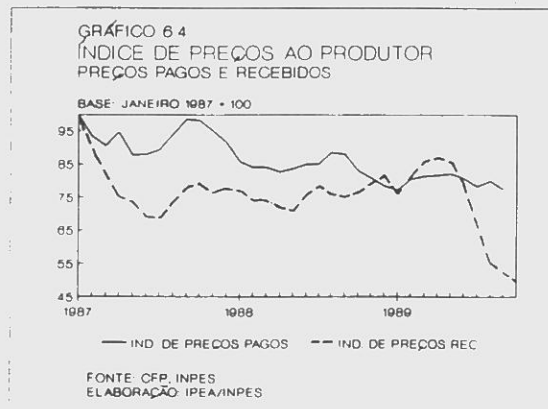
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Dados deflacionados pelo IGP-DI.

os agricultores venderam parte substancial da produção no período de março a junho, quando os preços ainda estavam favoráveis. Uma parcela dos sojicultores e dos rizicultores apostaram no incremento dos preços, entre julho e agosto, e amargaram uma rentabilidade menor. Como resultado da frustração dessa expectativa e da escassez de crédito, está ocorrendo redução na área plantada de arroz e substituição de soja por milho.

O retorno dos produtores para os 20 principais produtos agrícolas para 1989 foi 10,35% superior ao de 1988 (ver tabela sobre renda no Apêndice). Esta taxa de crescimento pode variar entre 18 e 10,35%, dependendo do mês de comercialização, sendo que 18% corresponderia à venda de toda a produção em março e 10,35% às vendas distribuídas entre março e junho para os produtos da safra do verão.

A relação de troca agricultura/indústria segue indicando que a partir de junho os preços recebidos pelos produtores tornaram-se inferiores aos pagos pelos insumos consumidos (Gráfico 6.4). A redução de cerca de 15% no consumo de fertilizantes não é tão drástica se considerarmos que: a) houve redução de 8,5% na área plantada com soja, cultura que mais demanda fertilizantes; e b) a escassez de crédito pôde contribuir para a racionalização do uso de insumos. Estes dados reforçam a tese de que



a taxa de retorno da atividade agrícola foi positiva em 1989, uma vez que os agricultores, mesmo em condições adversas, compraram insumos, ainda que menos do que na safra de 1988/89; a redução da área plantada limitou-se a certas culturas e foi menor do que se previa.

#### ● PRODUÇÃO

A safra de 1988/89 está praticamente concluída, e as previsões do IBGE podem sofrer alterações apenas marginais. A produção de grãos atingiu 71,6 milhões de toneladas, e o produto agrícola pôde apresentar um acréscimo de 3,64% em relação à safra anterior. O produto animal melhorou sensivelmente sua performance nos últimos meses, pelas razões expostas na seção de preços, devendo situar-se em 1,7%. O PIB agrícola apresentaria, assim, uma taxa de crescimento de cerca de 2,9%.

Para 1989/90 foram construídos alguns cenários, elegendo-se a estimativa que pressupõe: a) na região Centro-Sul, a área plantada do segundo prognóstico do IBGE e um rendimento médio igual ao da safra de 1988/89; b) para os produtos com informação de área plantada no Centro-Sul, consideraram-se, para o Nordeste, as mesmas variações estimadas na área plantada no Centro-Sul; c) no Nordeste, manutenção do rendimento médio de 1989 para as culturas que não apresentaram queda entre 1988 e 1989 e uma redução de 5% para as demais; e d) para as segundas safras (amendoim, batata e feijão), manutenção das relações destas mesmas com as primeiras safras de 1989.

A previsão da produção de grãos para 1990 é de 68,5 milhões de toneladas, resultado que significa uma queda de cerca de 5% em relação a 1989. Dados os pressupostos relacionados acima, o produto agrícola deve ficar estagnado, com uma

taxa de crescimento próxima a zero (-0,4%). Este decréscimo está amortecido pelo incremento da produção de café, estimada em 26,6 milhões de sacas para 1990.

Deve-se ressaltar que este comportamento do produto agrícola para 1990 pressupõe condições climáticas satisfatórias e pouca influência, sobre o rendimento médio, do menor uso de insumos. Assim, a falta de crédito não teria maiores repercussões sobre os tratamentos culturais e, portanto, sobre a produtividade.

#### ● LEI AGRÍCOLA

A discussão da Lei Agrícola no Congresso está se desenvolvendo em um clima similar ao observado durante a aprovação do capítulo da Constituição referente às políticas agrária e agrícola. O prazo instituído pelo Artigo 50 das Disposições Transitórias da Constituição esgotou-se em 5/10/89, e o projeto aprovado em 7/12/89 pela Comissão de Agricultura vem sendo contestado pelos representantes dos partidos de centro-esquerda, que alegam irregularidades no processo de votação.

A primeira proposta apresentada ao Congresso foi o Projeto de Lei nº 1.068/88, que recebeu 175 emendas no plenário da Câmara e foi seguido de 15 outros projetos. Destes, três destacaram-se, tendo em vista representarem segmentos sociais bem definidos. A Lei nº 1.068 e seu substitutivo, que foi finalmente aprovado, surgiu de setores representativos de produtores rurais, do Centro-Sul, a segunda partiu da proposta elaborada pelas secretarias estaduais de agricultura e pelo Ministério da Agricultura, enquanto que a terceira veio da Central Única dos Trabalhadores (CUT). As diferenças mais significativas entre as duas primeiras propostas e a da

CUT davam-se nos aspectos referentes à intervenção estatal, à orientação da política e do crédito agrícola e à atuação e formação do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA).

A proposta da CUT está voltada para atender, preferencialmente, o pequeno produtor agrícola e os trabalhadores rurais, assim como fortalecer o papel do governo no planejamento e execução da política agrícola. O projeto da Frente Ampla, por sua vez, prega a redução drástica da intervenção do Estado na atividade agrícola, com a liberalização dos mercados interno e externo para produtos e insumos.

A composição do CNPA na proposta da CUT é de seis representantes do Executivo, dois do Congresso, seis dos trabalhadores (indicados pela Contag) e seis das cooperativas de pequenos produtores rurais, com uma clara predominância de trabalhadores e pequenos produtores. Para a Frente Ampla, o CNPA terá caráter deliberativo e será integrado por cinco representantes do Executivo, cinco do Congresso, dois do setor de cooperativas, um da associação dos trabalhadores, um de sindicato patronal, um de sindicato de trabalhadores, um do setor de comercialização, um de armazenamento e um de transporte. Os proprietários e empresários teriam sete representantes e os trabalhadores somente dois.

Por sua vez, o Senado aprovou o Projeto nº 4.086/89, cujo conteúdo se aproximava muito do da segunda proposta, aqui referida, formulada pelas secretarias de agricultura, a qual a Câmara descartou porque o relator da Comissão de Agricultura considerou-a inserida no substitutivo aprovado pela Comissão. A aprovação final do projeto pelo Congresso deve enfrentar, ainda, um intenso processo de negociações.

## **NOTAS TÉCNICAS**

- A SUPERACÃO DA  
CRISE
- O SETOR PÚBLICO  
EM 1990 -  
PERSPECTIVAS
- DESIGUALDADE  
SALARIAL,  
COMPOSIÇÃO DA  
FORÇA DE TRABALHO  
E ESTRUTURA DO  
MERCADO DE  
TRABALHO
- TRANSPORTES:  
DESAFIOS E  
POLÍTICAS PARA  
A DÉCADA DE 90
- A AGRICULTURA E  
A CRISE  
ECONÔMICA

## A Superação da Crise

Eustáquio J. Reis\*

A economia brasileira chega ao final da década de 80 em meio a crises econômica e social cuja gravidade e dramaticidade não encontram paralelos.

É com esse pano de fundo que se deve avaliar a magnitude dos desafios que se colocam para a política econômica na atualidade. Evitar a hiperinflação constitui, no curto prazo, o desafio mais premente. Mesmo para um país com um sistema de indexação complexo e sofisticado, como é o caso do Brasil, conviver com taxas de inflação acima de 50% ao mês implica aceitar como inexorável a hiperinflação que será desencadeada por uma crise de credibilidade dos títulos públicos ou por uma crise cambial provocada pelas próprias incertezas políticas e econômicas da atual conjuntura. Nesse aspecto, cabe lembrar que o valor da dívida mobiliária federal em poder do público no final de outubro representou algo como 13% do PIB e 13,4 vezes o valor da base monetária, sendo seu prazo médio de maturidade em torno de 90 dias. Existe, portanto, um risco considerável de descontrole da expansão monetária, caso venha a ocorrer fuga dos títulos públicos.

Na raiz do problema inflacionário brasileiro encontra-se o desequilíbrio financeiro do setor público, que se explica tanto pela crise de endividamento externo como pela persistência dos déficits públicos. Nesse sentido, a redução drástica das necessidades de financiamento constitui um pré-requisito básico para se conter a hiperinflação. Os dilemas enfren-

tados, bem como as dificuldades que se colocam interna e externamente, parecem quase intransponíveis. Internamente, as pressões políticas e a tentativa de se minimizar os efeitos recessivos e inflacionários acarretaram, no período recente, timidez na contenção do déficit primário e um processo perverso de ajustamento fiscal, que se faz, sobretudo, via cortes nos programas de investimentos públicos, sacrificando o potencial futuro de crescimento. A alternativa de se atuar sobre os estoques ou o serviço da dívida interna é refreada pelo perigo de se desencadear uma crise de credibilidade, provocando fuga dos recursos aplicados em títulos públicos. Como resultado, o déficit público operacional, que, em termos do PIB, havia sido reduzido de 5,9% em 1987 para 4,3% em 1988, deverá voltar a crescer em 1989.

A urgência do ajuste fiscal é dramaticamente evidenciada pela magnitude da fuga de capitais, da crise cambial e da evasão fiscal atualmente vivenciadas pela economia brasileira. Essas distorções constituem, na verdade, a reação do setor privado com o intuito de escapar à taxação pendente sobre a economia brasileira, que ocorrerá, inexoravelmente, via ajustamento fiscal ou como consequência da hiperinflação. Incerto quanto à magnitude, ao timing, à forma e à incidência do ajuste fiscal (em termos de ativos, rendimentos, setores e atividades que serão mais fortemente taxados), o setor privado procura se antecipar, colocando seus ativos fora da jurisdição fiscal e monetária do Estado

\* Do INPES/IPEA.

brasileiro até o momento em que a taxaço já tenha ocorrido, o que explica tanto o ágio no paralelo como a crescente "informalização" ou "submersão fiscal" da economia. Nesse sentido, pode-se dizer que o corte do déficit público deve ser feito em caráter de absoluta urgência e no mais curto espaço de tempo possível. Postergá-lo é aumentar ainda mais os custos de sua execução e torná-lo mais injusto: a evasão e a fuga de capitais reduzem a participação dos segmentos mais privilegiados na base fiscal e, conseqüentemente, no ônus do ajuste.

As linhas básicas do ajuste fiscal são conhecidas e apontam para a recuperação da carga tributária e para cortes no dispêndio corrente da União.<sup>1</sup> Merecem destaque as possibilidades de se reduzir benefícios da previdência social, de forma a torná-los mais seletivos e mais justos. O corte de subsídios às exportações - tanto os explícitos como os implícitos nos preços e tarifas do setor público - também merecem menção especial, por reduzirem, simultaneamente, o déficit público e a transferência de recursos para o exterior. Além disso, é preciso fixar metas menos ambiciosas para o programa de investimentos públicos e tarifas mais realistas para o setor energético. Por fim, é conveniente alertar mais uma vez para a necessidade de se indexarem tanto quanto possível as receitas fiscais e a dívida ativa do governo, pois só assim se pode estancar a deterioração da carga tributária real, que é, simultaneamente, causa e efeito da hiperinflação.

A magnitude do problema do endividamento interno implica, contudo, a necessidade de medidas complementares para suavizar os efeitos da crise de credibilidade dos títulos públicos desencadeada pelo processo de sucessão presidencial. Nesse sentido, faz-se necessário pensar em alternativas de re-

escalonamento dos prazos e vencimentos dos títulos da dívida pública. Os riscos inerentes a medidas dessa natureza serão minimizados na medida em que as linhas básicas do ajuste fiscal estejam claramente definidas para a sociedade.

No front externo, reduzir as necessidades de financiamento do setor público significa diminuir a transferência de recursos para o exterior. Portanto, é necessário reduzir os gigantescos superávits comerciais, negociar com os credores estrangeiros um acordo que contemple um montante significativo de financiamento externo e impedir toda e qualquer forma de pagamento antecipado da dívida externa. Na medida do possível, os superávits devem ser reduzidos através do aumento das importações, preservando-se ao máximo as exportações, na tentativa de minimizar os efeitos do ajuste sobre o nível de atividade, a eficiência e a competitividade da economia. A redução do superávit aumenta a oferta doméstica de bens e diminui tanto as necessidades de financiamento do governo como também, nessa medida, as pressões inflacionárias da economia; por outro lado, ao aumentar a contribuição da poupança externa, permite ainda aumentar a taxa de investimento sem reduzir ainda mais o já deprimido nível de consumo per capita da população.

Na medida em que a proposta de ajustamento fiscal seja efetivamente implementada, não há por que temer a crise cambial, usualmente brandida a qualquer menção de redução do superávit comercial ou de nova postura de negociação externa. Nas condições atuais, a crise cambial e o ágio no paralelo refletem, como já apontado, a tentativa do setor privado de se proteger contra um ajustamento fiscal dado como certo, mas que ainda está por se concretizar. Nesse sentido, pode-se afirmar que o a-

1. Para uma tentativa de quantificação, ver F. Rezende e outros, "A questão fiscal", in Perspectivas da economia brasileira - 1989, Rio de Janeiro, INPES/IPEA, 1989.

juste fiscal tem precedência sobre a questão cambial e a renegociação da dívida externa. Naturalmente, isto não significa que se possa descuidar da política cambial: o controle do câmbio deve ser mantido com uma taxa suficientemente desvalorizada.

Além disso, o ajustamento fiscal prévio legítima - e, sem dúvida, aumenta as chances de sucesso de - uma postura mais firme na renegociação da dívida externa, a qual não deve ser necessariamente de confrontação, mas requer dos credores e - igualmente importante - dos seus intermediadores financeiros domésticos o reconhecimento de que a dívida não será paga pelo valor de face. Preferivelmente, os pagamentos de juros devem ser recontratados a taxas fixas e incorporando o deságio. Terminantemente, deve ser proibida a conversão em investimento direto ou qualquer outro tipo de recompra dos títulos da dívida externa. Se

necessário para atraí-los, os investimentos diretos, feitos em moeda conversível, poderiam ser convertidos em cruzados por uma taxa de câmbio preferencial.

Infelizmente, não há como negar que, no curto prazo, a consequência do ajuste fiscal proposto será um período recessivo para a economia. Cortes no dispêndio público - e, sobretudo, a elevação real de tarifas e preços públicos - implicam a necessidade de uma reestruturação do setor produtivo privado, cujos efeitos imediatos serão, certamente, a redução do investimento, do nível de atividade e do emprego. Os custos sociais e políticos do ajuste fiscal, contudo, poderão ser minimizados com uma redução da transferência de recursos para o exterior. Ademais, a alternativa é a hiperinflação e suas imprevisíveis sequelas políticas, sociais e econômicas, inclusive um período recessivo ainda maior e mais profundo.

## O Setor Público em 1990 - Perspectivas

Fernando Rezende\* - José Roberto Afonso\*\*

### ● INTRODUÇÃO

Mais uma vez, o encerramento do exercício financeiro confirma as expectativas pessimistas acerca das reais possibilidades de o governo federal promover os ajustes necessários ao reequilíbrio financeiro do setor público. As esperanças quanto à contenção do déficit operacional do setor público em níveis razoáveis desfazem-se à medida que sucessivas revisões das estimativas a respeito apontam para um distanciamento cada vez maior das metas fixadas pelo governo para o exercício de 1989. Como se sabe, a última revisão das contas governamentais feita há menos de quatro meses - quando do detalhamento da proposta orçamentária para 1990 - indicava um déficit público da ordem de 3,9% do PIB para o ano de 1989.<sup>1</sup> Se à época em que foi feita a estimativa citada já parecia demasiadamente otimista, ela é hoje inteiramente descartada. Prognósticos independentes apontam agora para um déficit até duas vezes maior que o da estimativa oficial do mês de setembro.

A enorme distância entre a realidade de dezembro e os números oficiais de setembro - transcorridos apenas três meses - reforça a tese de que a forte deterioração das

contas públicas no segundo semestre de 1989 estaria determinada pelo crescente enfraquecimento da capacidade de manejo, pelas autoridades econômicas federais, dos instrumentos de política econômica e o conseqüente relaxamento das condições de controle da economia nos derradeiros meses do mandato presidencial. Sob essa perspectiva, portanto, o "choque de credibilidade" produzido pela posse de um novo Presidente, eleito pela maioria absoluta da população brasileira, poderia gerar um ambiente propício à adoção das medidas corretivas necessárias para evitar o progressivo descalabro das contas públicas e para reverter a tendência ao descontrole econômico.

Nada garante, no entanto, que a transição presidencial, por si só, seja capaz de promover mudanças instantâneas na sociedade brasileira de forma a viabilizar a adoção das providências necessárias para reduzir o déficit. As resistências a alterações tributárias que promovam a recuperação das receitas públicas pela via da eliminação de privilégios e da correção das notórias injustiças do sistema fiscal não serão eliminadas automaticamente, por mais que seja forte a vontade do futuro Presidente para enfrentá-las.<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Ver "Política Fiscal para 1990", Mensagem Presidencial nº 199, de 24/10/89 (Quadro 4.2).

<sup>2</sup>Quanto à redução de iniquidades fiscais, importa recordar que, atendendo dispositivo introduzido por parlamentares na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1990, o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, no segundo semestre de 1989, uma série de projetos de lei "fechando" as brechas fiscais mais notórias. O único projeto aprovado pelo Congresso Nacional (projeto de lei 3.736/89), que reduzia ou cortava incentivos fiscais, teve seu impacto sensivelmente limitado por emendas parlamentares (foram rejeitados os cortes em incentivos às microempresas, às importações de bens de capital nas regiões Norte/Nordeste, às indústrias de informática e gráfica, dentre outros). Por outro

\*  
Do INPES/IPEA.

\*\*  
Do BNDES.



Igualmente difíceis serão os enfrentamentos necessários para modificar hábitos arraigados de distribuir favores às custas do Erário Público, sem que se definam as responsabilidades pelo pagamento da conta - hábitos esses que se manifestam com maior intensidade de nos períodos finais de cada mandato executivo e na proximidade de renovação dos mandatos legislativos.

De nada adianta buscar nas propostas orçamentárias para 1990, que estão sendo aprovadas pelo Congresso Nacional neste final de ano, números que sirvam de fundamento para uma avaliação precisa das perspectivas financeiras do setor público para o próximo ano. O projeto de lei orçamentária para 1990 aprovado pelo Congresso Nacional, apesar dos avanços quanto à sua abrangência e transparência, como no passado, continua sendo uma peça ilusória. O importante, neste momento, não é procurar transmitir uma falsa aparência de acuidade, mediante exercícios imaginativos de quantificação das perspectivas quanto ao comportamento do déficit, mas sim antecipar possíveis fatores agravantes do desequilíbrio.

O primeiro ano da década de 90 não assistirá à eliminação do déficit, mas espera-se, sim, que registre ao menos a reversão da atual tendência de agravamento. Para tanto, será necessário que o futuro governo enfrente a crise fiscal com determinação, firmeza e, principalmente, habilidade. Uma nego-

lado, foi rejeitado, na íntegra, a tributação (via IOF) dos ganhos de capital na bolsa de valores; não teve tramitação legislativa concluída no ano o projeto que revia a incidência do IOF e instituiu o imposto sobre grandes fortunas; e sequer foi apreciado nas comissões pertinentes o projeto que suspendia os incentivos à tributação da renda agrícola. Em suma, com as propostas acima mencionadas o Executivo esperava arrecadar em 1990 cerca de US\$ 2,5 bilhões; o Congresso Nacional, a exemplo do que já tinha feito ao final de 1988, reduziu o "pacote" tributário a uma receita adicional de aproximadamente US\$ 700 milhões, na melhor das hipóteses.

<sup>3</sup>Ver, dentre outros: M. H. Simonsen, A conta corrente do governo, nov. 1988, mimeo; F. Rezende, J. Afonso, R. Villela e R. Varsano, "A questão fiscal", in: Perspectivas da economia brasileira - 1989, INPES/IPEA, 1989; J. Serra, "A crise fiscal e as diretrizes orçamentárias", Revista de Economia Política, 9(36); e P. N. Batista Jr., "Ajustamento das contas públicas na presença de uma dívida elevada", Revista de Economia Política, 9(36):70-87.

ciação política hábil é indispensável para obter a aprovação e a execução de um programa de saneamento das finanças públicas nacionais em um contexto que deverá ser marcado, segundo a opinião de eminentes cientistas políticos, por difíceis condições de governabilidade.

#### ● AGRAVANTES

É impossível - e indispensável - reproduzir aqui as extensas análises que têm sido divulgadas recentemente sobre os principais fatores determinantes do agravamento da crise fiscal.<sup>3</sup> A erosão das bases de tributação, associada à preservação de incentivos e privilégios indevidos, a deterioração dos sistemas de arrecadação e controle (evasão), as perdas reais de receita acarretadas pela aceleração do processo inflacionário (o efeito Tanzi), o crescimento explosivo dos encargos financeiros e a incapacidade de o governo exercer um controle rigoroso sobre o crescimento de seus gastos são fatos amplamente conhecidos, embora varie a ênfase dos analistas quanto à predominância de cada um deles na determinação dos desequilíbrios recentes. A esses fatores conhecidos sobrepõem-se, agora, alguns agravantes que irão tornar mais difícil a tarefa a ser executada no primeiro ano do próximo governo.

#### ● A Queda Livre da Arrecadação

Os números relativos à progressiva perda da capacidade de financi-

amento do Tesouro Nacional tornam-se cada vez mais preocupantes. Estimativas do INPES indicam que a carga tributária bruta (excluindo contribuições previdenciárias sobre folhas de salários e FGTS) teria atingido, no terceiro trimestre de 1989, um dos índices mais baixos de toda a década: 6,5% do PIB. Ressalte-se que, no mesmo trimestre do ano anterior a carga tributária apresentava-se 1,5 ponto percentual do PIB superior à atual e que, naquela época, o coeficiente já era significativamente inferior aos níveis alcançados nos anos 70.

Além do efeito da inflação e da dificuldade encontrada para aprovar sugestões de revisão no sistema tributário que impliquem o cancelamento de situações privilegiadas, a queda livre da arrecadação federal decorre da deterioração dos mecanismos de arrecadação e controle provocada por frequentes - e quase sempre desastradas - mudanças na legislação fiscal. Os sistemas de controle e os técnicos encarregados de sua execução não conseguem acompanhar o ritmo frenético no qual as diversas normas legais que regulam a cobrança dos tributos são alteradas. Cria-se uma situação caótica que só favorece aos grandes contribuintes. O Estado, falido, não dispõe de recursos para adaptar as rotinas administrativas à velocidade das mudanças nos regulamentos, enquanto os grandes contribuintes podem extrair vantagens cada vez maiores da contratação de assessorias especializadas.<sup>4</sup>

Além do aumento da evasão, a cômputa - apressada e indevida - das alterações introduzidas pelo governo norte-americano nas regras do imposto sobre a renda pessoal no sentido da redução de sua progressividade, a redução para 30% da alíquota aplicada ao imposto sobre o lucro das empresas, a instituição da contribuição social sobre o lucro para cobrança ainda sobre o resultado gerado em 1988 (contrariando a opinião unânime dos principais juristas do ramo que argumentam pela sua inconstitucionalidade), a antecipação para setembro de 1989 do recolhimento desta mesma contribuição em 1990, dentre outras medidas, tanto comprometeram o comportamento da receita do Imposto sobre a Renda no exercício de 1989, como deixam efeitos retardados para 1990, que poderão tornar-se ainda mais graves caso a Receita Federal seja obrigada pela Justiça a restituir o que cobrou indevidamente no ano que se encerra através de contribuições sociais.

A desorganização do sistema de fiscalização e cobrança não permite que se criem expectativas irrealistas acerca dos ganhos de receita que serão possíveis obter no curto prazo através de medidas voltadas para a redução dos índices de evasão. A reorganização da administração tributária federal é uma tarefa urgente, mas não poderá produzir resultados imediatos. A questão da evasão terá que ser enfrentada, inicialmente, através de campanhas que melhorem o relacionamento fisco-contribuinte e de

<sup>4</sup> A dimensão da frenética revisão legislativa é dada pela mera leitura da relação de medidas fiscais apresentada em boletins do Banco Central (ver edições do "Brasil Programa Econômico") ou, no caso das mais recentes, na Mensagem Presidencial que acompanha a proposta orçamentária para 1990. Atendo-se a este último caso, observa-se que a estimativa das receitas tributárias para 1990 considera, pelo menos, seis mudanças na legislação do IR adotadas no período janeiro/agosto de 1989, quatro no caso do IPI e seis no caso das contribuições sociais vinculadas à seguridade social. Destaca-se que, neste ano, já foi suprimida integralmente a sistemática de correção monetária dos impostos federais, a qual foi posteriormente reintroduzida em diferentes etapas (atualização pela variação do IPC, depois pelo BTN e, por fim, pelo BTN fiscal); a tributação sobre aplicações financeiras também sofreu sucessivas alterações, as alíquotas da contribuição do Finsocial foram majoradas duas vezes no mesmo exercício e o cálculo das contribuições sociais sobre folha de salários sofreu mudanças radicais, inclusive estabelecendo-se alíquotas, datas e recolhimentos diferenciados por categoria de contribuinte.

medidas simplificadoras dos procedimentos de cobrança, além da compatibilidade com a política de controle de preços a fim de evitar que os possíveis ganhos de receita com cobrança de débitos atrasados ou impostos sonegados não sejam diluídos pelo repasse aos preços dos bens e conseqüente aceleração inflacionária.

● **Novas Pressões do Calendário Político-Eleitoral sobre os Gastos**

Conforme a tradição evidenciada no passado, os momentos caracterizados por final de mandato e/ou proximidade de eleições são marcados por forte elevação do gasto decorrente de revisões salariais e da ampliação de programas clientelistas. Nesse sentido, algumas decisões adotadas em 1989 terão impactos significativos sobre a execução orçamentária de 1990, como, por exemplo, as seguintes:

a) A aprovação de créditos adicionais, ao final deste exercício, destinados à cobertura de novos projetos na área de transportes e à suplementação, em proporção superior à exigida pela corrosão inflacionária, de verbas atribuídas a distintos programas orçamentários. A destinação do excedente inflacionário para o financiamento de novos projetos forçou o governo a emitir títulos da dívida pública (no montante de NCz\$ 28 bilhões correntes) para cobrir os gastos com a folha de pagamento de seus funcionários ao fim do exercício, contrariando a prática que vigia anteriormente de limitar o crescimento da dívida às necessidades de seu próprio giro ou, no máximo, ao financiamento de investimentos.

b) A inclusão, no orçamento aprovado pelo Congresso para 1990, de uma figura inédita na história orçamentária da República: a programação de gastos sem o devido respaldo financeiro. A saída encon-

trada pela Comissão de Orçamento do Congresso Nacional para abrigar centenas de emendas apresentadas à proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo (que não tinha espaço financeiro para revisão) foi a de aprová-las, condicionando a efetiva realização do gasto a futuras disponibilidades financeiras. Este artifício abriu espaço para a acomodação das pressões políticas associadas às eleições gerais de 1990.

Pela primeira vez, portanto, o "excesso de arrecadação" de natureza puramente inflacionária foi comprometido antecipadamente sob o título de "programação especial", introduzindo um fator de desequilíbrio na execução do orçamento. Como alguns componentes do gasto (caso dos encargos financeiros e das compras de bens e serviços) tendem a crescer a um ritmo semelhante ou superior à inflação, o comprometimento prévio do excedente inflacionário de receita implicará a necessidade de usar, posteriormente, a colocação de títulos da dívida pública para a cobertura de gastos correntes (o que está proibido pela LDO) para evitar a inadimplência do Tesouro e o atraso no pagamento do funcionalismo.

c) A aprovação de recentes medidas provisórias que promoveram o reenquadramento de servidores e estendem, a eles, as reposições de perdas salariais decorrentes dos Planos Bresser e Verão (já concedidas a servidores da administração indireta e das estatais) aumentam os gastos com pessoal sem que haja contrapartida de dotações orçamentárias. Embora não se possa questionar sua justiça, é inegável que essas medidas terão um efeito significativo sobre a folha de pagamento da administração federal em 1990. As estimativas conhecidas indicam que os gastos de pessoal poderão saltar de um valor equivalente a 3,9% do PIB em 1988 para mais de 5% do PIB em

1990, a menos que sejam retomadas ao longo do ano as práticas de conceder reajustes salariais inferiores à inflação.

d) A dívida externa do setor público estadual e municipal, que conta com garantias do Tesouro Nacional, é outro renovado foco de pressões sobre as finanças federais. A LDO/90 limitou em 75% a rolagem da dívida vincenda em 1990 e, o mais importante, respaldou a cobrança pelo Tesouro Nacional dos juros e da amortização de 5% da dívida vencida até dezembro de 1989 (o estoque de empréstimos do chamado Aviso MF-30 e sucedâneos). Desta forma, os recursos que os governos subnacionais desembolsariam em favor da União, honrando parte da dívida vencida, seriam suficientes para financiar as despesas federais em 1990 com a rolagem da dívida vincenda (cerca de US\$ 2 bilhões). Essa estratégia, porém, foi derrubada posteriormente pelo Congresso Nacional, que aprovou uma lei dando carência de cinco anos para o pagamento da dívida vencida e ampliando na lei orçamentária de 1990 as possibilidades de rolagem da dívida externa estadual e municipal, a despeito de inexistirem recursos sequer para cobrir a programação inicialmente proposta pelo Executivo.

#### ● Possibilidade de Aumento dos Encargos Financeiros

A maior parte dos analistas da dívida pública concorda com o argumento de que o principal problema que decorre do elevado endividamento é a velocidade em que a dívida do Tesouro Nacional gira no mercado financeiro. Sugestões de alongar o perfil da dívida e retirar a garantia de recompra pelo governo - componentes usuais de propostas sensatas para a reestruturação da dívida interna - poderão, todavia, acarretar, de imediato, um aumento nos seus encargos, embora constituam medidas necessárias para o ajustamento financeiro do setor público no médio pra-

zo. A troca de títulos em circulação por papéis de prazo mais longo provavelmente exigirá um aumento das taxas de remuneração.

A reintrodução no mercado da opção por títulos com cláusula de correção cambial é outro componente inquietante. Informações não-oficiais indicam que grande parte do estoque da dívida pública vence antes da posse do novo Presidente. Em face das incertezas geradas no mercado quanto às medidas a serem tomadas pelo novo governo a partir de março, é possível que venha a ocorrer uma maquiagem de papéis na data do vencimento, com a preferência pela correção cambial impulsionada pelas expectativas de uma maxidesvalorização do cruzado novo. Nessa hipótese, o impacto sobre os encargos financeiros do Tesouro será de grande magnitude.

Ainda com relação ao endividamento, há um aspecto interessante e que tem sido praticamente negligenciado na discussão de medidas aplicáveis à renegociação da dívida interna. Trata-se da cláusula que assegura aos títulos da dívida pública poder liberatório após seu vencimento, isto é, confere aos seus portadores o direito de utilizá-los no cumprimento de suas obrigações fiscais. Isto significa que o espaço para a adoção de medidas mais radicais é restrito, uma vez que eventuais ganhos obtidos por reduções unilaterais no pagamento dos encargos financeiros poderão ser cancelados por perdas na arrecadação tributária federal.

#### ● Dificuldades para Reequilibrar as Repartições de Receita e de Responsabilidades

Os mesmos problemas enfrentados pelo governo em 1989 para promover uma descentralização de encargos coerente com a descentralização de receitas determinada pela Consti-

tuição persistirão em 1990 (talvez ampliados por força do calendário eleitoral), impedindo que algum alívio nas finanças federais possa vir a ser alcançado mediante o repasse de maiores responsabilidades, principalmente no campo das políticas sociais, para estados e municípios. Sabe-se que, contrariamente ao que se vem verificando no plano federal, as receitas de estados e municípios apresentaram em 1989 um comportamento extremamente favorável (estima-se um crescimento real de 20% para o ICMS neste exercício) como resultado da implantação da Reforma Tributária de 1988. É pouco provável, entretanto, que haja disposição para assumir programas até então mantidos pelo governo federal com os recursos provenientes do crescimento da arrecadação - ou para utilizá-los no pagamento de uma parcela maior da dívida externa de responsabilidade dos estados e municípios. Essa disposição deverá manifestar-se de forma ainda mais clara em 1990 em virtude das pressões para a ampliação de gastos de maior retorno eleitoral.

#### ● Retomada dos Desequilíbrios da Previdência Social

Se em 1989 o sistema de previdência social foi capaz de absorver o impacto imediato das regras constitucionais a respeito dos benefícios previdenciários, as expectativas para 1990 já não são tão favoráveis. O novo plano de benefícios aprovado em dezembro durante uma sessão-relâmpago da Comissão de Previdência do Congresso Nacional (embora ainda não tenha recebido aprovação final) é omissivo quanto à definição precisa de suas fontes de custeio e de sua viabilidade financeira, mas é forte o indício de que ele, como se apresenta, provocará uma elevação significativa das despesas com benefícios previdenciários ainda em 1990.

A recuperação do valor das aposen

tadorias e pensões em 1989 fez com que os gastos com benefícios pasassem de 2,5% do PIB em 1988 para cerca de 5% do PIB em 1989. Estimativas preliminares do impacto do novo plano de benefícios para 1990 indicam que os gastos correspondentes poderão subir para 6,5% do PIB, criando sérias dificuldades à sustentação dos programas de saúde e assistência médica, bem como dos demais componentes da seguridade social.

Há, ainda, o impacto decorrente das medidas que vierem a ser adotadas no âmbito da política salarial, principalmente no que se refere ao salário mínimo. Pelas regras vigentes, a despesa de benefícios deve crescer à mesma taxa aplicada para determinar o crescimento do salário mínimo, enquanto as receitas provenientes das contribuições que incidem sobre a folha de salários, em um contexto de baixo nível de atividade econômica, crescem a um ritmo inferior. Mantida esta diferença, quanto maior for o percentual de reajuste do salário mínimo maior será o desequilíbrio entre as taxas de crescimento da despesa e receita, o qual só pode ser compensado na medida em que a expansão continuada do emprego e dos salários ampliar a base de financiamento do sistema.

#### ● À GUIA DE CONCLUSÃO

A despeito das expectativas pessimistas, dois fatores, de resultados ainda imprevisíveis, poderão exercer um efeito atenuante no sentido de evitar o descalabro e reverter a tendência à acumulação de maiores desequilíbrios: a transição política e o aperfeiçoamento normativo. Na medida em que a sucessão presidencial for acompanhada de enérgicas medidas para implantar um clima de austeridade e de confiança, estarão criadas as condições indispensáveis à adoção das medidas corretivas necessárias.

É impossível avaliar o quanto poderá ser obtido de imediato no plano fiscal como resultado das medidas que vierem a ser adotadas para o enfrentamento da crise. Desde logo, sabe-se que ganhos significativos poderão advir da reversão do processo inflacionário, o qual deverá estar no centro das atenções nos primeiros meses do próximo governo.

No plano orçamentário, no entanto, as possibilidades são estreitas. Mesmo que a proposta de alterar o ano fiscal (para julho/junho) venha a ser aprovada, é pouco provável que sejam acatadas, ainda no segundo semestre de 1990, as mudanças tributárias que o Congresso Nacional vem rejeitando há mais de três anos (mesmo que o fosem, só gerariam receitas, no caso do IR, em 1991). Nesse sentido, os esforços imediatos deverão ser concentrados no controle dos gastos, aproveitando e aperfeiçoando as mudanças institucionais consagradas no novo texto constitucional.

As regras instituídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1990, em obediência ao que preceitua a Constituição, impuseram restrições que, se obedecidas, poderão contribuir para um relativo sucesso no esforço de contenção de gastos. Vale destacar a vedação para programação de despesas sem cobertura de receita e para o uso de recursos decorrentes da colocação de títulos públicos no financiamento de gastos correntes (só é permitida a sua rolagem e a cobertura de investimentos priori-

tários em montante limitado a 10% da receita tributária, além da capitalização de empresas estatais rentáveis).

Não há garantia, no entanto, de que as restrições impostas pela LDO venham a ser integralmente obedecidas. A própria medida provisória que propõe o aumento dos servidores públicos e sua forma de pagamento já admite excepcionalidades com respeito ao atendimento dos limites para gastos com pessoal fixados em Disposição Transitória da Constituição e na LDO/90 (até 65% da receita corrente), de forma a viabilizar a concessão do aumento (não necessariamente viabiliza-se o seu pagamento). Inaugurado o precedente, o campo está aberto para que novas iniciativas do mesmo teor venham a ser apresentadas.

Em resumo, o enfrentamento de condições extremamente desfavoráveis com respeito à gestão das contas públicas em 1990 requer firmeza e cautela. É importante fugir à tentação de buscar soluções imaginosas e receitas salvadoras. Estabelecer uma trégua no tocante a mudanças na legislação tributária é indispensável para que a administração fiscal possa preparar-se para recuperar os padrões de eficiência que já havia alcançado no passado. Em 1990, os esforços devem concentrar-se na melhoria da gestão do sistema, tal como ele está hoje definido, e no preparo das condições para a implementação de um conjunto coerente de mudanças para vigência a partir de 1991.

## Desigualdade Salarial, Composição da Força de Trabalho e Estrutura do Mercado de Trabalho

José Guilherme Almeida Reis\* - Ricardo Paes de Barros\*\*

### ● INTRODUÇÃO

Um dos traços marcantes apresenta dos pela economia brasileira é o elevado grau de desigualdade na repartição da renda. O índice de Gini para a população economicamente ativa com rendimento tem permanecido em níveis pouco inferiores a 0,60 desde 1970. Evidências recentes provenientes das PNAD mostram que ao longo da década de 80 esta desigualdade não deu sinais de redução.<sup>1</sup>

A concentração de renda no Brasil tem sido estimada com base nas pesquisas domiciliares do IBGE, que podem subestimar a verdadeira concentração, tendo em vista a subdeclaração de rendas provenientes de outras fontes que não o trabalho, as quais se supõe serem mais concentradas. Do total da renda declarada tanto nos censos demográficos como nas PNAD, algo entre 85 e 90% provém do trabalho, incluindo-se aí os salários, o rendimento dos trabalhadores por conta própria e o pro labore dos empregados. Estes números mostram que os índices de Gini acima referidos são determinados, em larga medida, pela desigualdade prevalecente no interior do conjunto formado pelas rendas do trabalho. Estas, por sua vez, podem ser obtidas a partir do rendimento médio por hora trabalhada (doravante intitulado salário) e pela extensão da jornada de trabalho. No Brasil, a desigualdade salarial é mais elevada do que a desigualdade dos rendimentos do trabalho, uma vez que a extensão da jornada de trabalho tende a ser maior entre os trabalhadores com menores salári-

os. Por exemplo, o índice de Gini calculado com base apenas nos salários oscilou, na década de 80, entre 0,52 e 0,55, considerando-se a média das regiões metropolitanas brasileiras.<sup>2</sup>

Resulta desta evidência que a análise da desigualdade de renda no Brasil não pode prescindir de um exame profundo acerca do elevado grau de diferenciação de salários existente. Consoante esta premissa, parte substancial do esforço de pesquisa na área, incluindo aí o desenvolvido no âmbito do INPES/IPEA, tem-se voltado para a análise da desigualdade de salários, buscando identificar os elementos que a explicam. A seguir, identificam-se os elementos da desigualdade salarial e faz-se um sumário da evidência empírica a este respeito.

### ● AS DUAS FONTES DE DESIGUALDADE SALARIAL

Em uma visão estilizada do comportamento do mercado de trabalho, podemos considerar que: a) os trabalhadores possuem dotações de um conjunto de atributos, uns considerados "produtivos", outros não, enquanto que b) as firmas remuneram os trabalhadores na razão direta em que valorizam tais atributos. Se todos os trabalhadores possuísem dotações idênticas e se todas as firmas os valorizassem igualmente, então não haveria desigualdade salarial. Para que esta exista, é necessário ou que os trabalhadores sejam distintos ou que as firmas valorizem de forma distinta os atributos ou ambos.

\* Do IBGE, cedido ao INPES/IPEA.

\*\* Do INPES/IPEA.

<sup>1</sup> Para uma descrição da evolução da distribuição pessoal de renda no Brasil desde 1960, ver R. Bonelli e G. L. Sedlacek, "Distribuição de renda: evolução no último quarto de século", in: R. Barros e G. Sedlacek, eds., Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: uma coletânea, Rio de Janeiro, INPES/IPEA, 1988 (Série Monográfica, 35).

<sup>2</sup> Ver J. G. A. Reis e R. P. de Barros, Desigualdade Salarial e Distribuição de Educação, Rio de Janeiro, INPES/IPEA, 1989 (Texto para Discussão Interna, 178).

Na próxima seção analisamos a natureza e a evidência a respeito das diferenças salariais decorrentes da heterogeneidade dos trabalhadores quanto à dotação de atributos produtivos. Na seção subsequente procuramos avaliar a importância de diferenças de salários entre trabalhadores identicamente produtivos, introduzindo uma distinção entre diferenciais devidos à discriminação - decorrente da valorização de atributos não-produtivos - e à segmentação - fruto do fato de as firmas valorizarem de forma diferenciada determinados atributos.

### ● HETEROGENEIDADE DOS TRABALHADORES

A relação entre heterogeneidade dos trabalhadores quanto à dotação de atributos produtivos e desigualdade salarial envolve quatro questões, a saber: primeiro, em que extensão a elevada desigualdade salarial existente no Brasil é reflexo desta heterogeneidade da força de trabalho, vis-à-vis a heterogeneidade das firmas ou a discriminação; segundo, que atributos produtivos são os principais determinantes da desigualdade salarial; terceiro, em que medida a contribuição de um atributo para a desigualdade decorre de sua má distribuição na população ou do fato de pequenas diferenças no atributo estarem sendo altamente valorizadas pelas firmas; e, por fim, resta saber, para efeitos de políticas redistributivas, até que ponto a valorização dada a estes atributos é sensível a alterações na distribuição dos atributos.

Embora diversos atributos possam, em princípio, ser responsáveis pela heterogeneidade dos trabalhadores, a atenção da literatura tem-se concentrado apenas em dois deles: a educação e a experiência no mercado de trabalho. A literatura brasileira sobre este tema é rica em qualidade e quantidade.<sup>3</sup>

Dois fatores parecem explicar a concentração de estudos nestes dois atributos: a) a disponibilidade de dados individuais com informações sobre salários ou rendimentos do trabalho, educação e idade; e b) a "moda" da teoria do capital humano (e a onda de críticas a ela), que confere uma racionalidade para o crescimento dos salários com a educação e a idade, esta última usada como proxy para a experiência no mercado de trabalho.

De forma a avaliar a importância da heterogeneidade dos trabalhadores sobre a desigualdade salarial, é comum na literatura decompor a desigualdade global em dois componentes: um associado à desigualdade entre as médias salariais de grupos homogêneos com respeito a um conjunto de atributos observáveis; e o outro associado à desigualdade dentro destes grupos homogêneos. Os estudos mencionados mostram que, no Brasil, as diferenças salariais entre grupos homogêneos com respeito à educação e idade respondem por cerca de 50% da desigualdade salarial total. Ao contrário do observado em países mais desenvolvidos, no Brasil os diferenciais salariais por grupos educacionais são mais importantes para a desigualdade global do que os diferenciais por grupos etários. A eliminação dos primeiros reduziria a desigualdade global em cerca de 40%, enquanto a eliminação dos diferenciais por grupos etários reduziria a desigualdade em algo entre 10 e 15%, aproximadamente.

A contribuição de um dado atributo para a desigualdade salarial é determinada pela interação de dois fatores: sua distribuição na população e a magnitude dos diferenciais entre os salários médios dos grupos. Quanto mais desigualmente distribuído estiver um atributo e quanto maiores forem os diferenciais entre salários médios de grupos homogêneos, maior será sua con-

3  
 Entre os trabalhos mais conhecidos, estão: C. G. Langoni, Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil, 1973; e R. Castello Branco, Crescimento acelerado e mercado de trabalho: a experiência brasileira, 1979. Entre os trabalhos recentes, mencionam-se: D. Lame D. Levison, Age, experience and schooling: decomposing earnings inequality in the U. S. and Brazil, University of Michigan, Population Studies Center, 1987; S. Wajzman, Estrutura demografica da população economicamente ativa e distribuição de renda: Brasil-1970/80, Cedeplar, 1989 (Dissertação de Mestrado); e J. G. A. Reis e R. P. de Barros, op. cit.



tribuição para a desigualdade.

No caso do Brasil, sabe-se que a elevada contribuição da educação deve-se tanto à má distribuição da educação na força de trabalho como à forte inclinação do perfil de salários médios por grupos educacionais. Lam e Levison mostram que a desigualdade na distribuição de educação é cerca de quatro vezes maior no Brasil do que nos Estados Unidos, quando medida pelo coeficiente de variação dos anos de estudo. Já os salários crescem cerca de 15% por ano de estudo, o que representa um aumento bem maior do que o observado internacionalmente, mesmo em países em estágio de desenvolvimento semelhante ao do Brasil.

Quanto à menor contribuição das diferenças etárias para a desigualdade salarial, isto se deve a um perfil etário para os salários muito pouco inclinado em comparação com outros países, indicando que a experiência no mercado de trabalho brasileiro é menos importante.

O fato de a contribuição da educação ser maior que a da idade tem implicações importantes. A primeira é que a heterogeneidade entre trabalhadores no Brasil é mais importante do ponto de vista do bem-estar, uma vez que, ao contrário da idade, a educação é um atributo que diferencia de forma permanente os indivíduos. Mesmo quando os salários variam significativamente por faixa etária - e, portanto, mesmo quando a distribuição etária da população contribui decisivamente para a diferenciação salarial -, cada indivíduo percorrerá durante seu ciclo de vida todo o espectro salarial, de forma que, de um ponto de vista dinâmico, estas desigualdades salariais não existem. Em função disso, alguns autores consideram mesmo que a diferenciação salarial decorrente de diferenças etárias entre trabalhadores deveriam ser des-

consideradas na análise da desigualdade salarial, quando analisada sob o prisma do bem-estar.

A segunda implicação importante diz respeito à possibilidade de ação de política. Do que foi exposto anteriormente, há indicações claras de que políticas de homogeneização da população economicamente ativa com respeito à educação levarão a consideráveis reduções na desigualdade salarial. Tendo em vista que parcela considerável dos investimentos feitos em educação é controlada diretamente pelo governo, tem-se aí um importante mecanismo através do qual o governo pode atuar no sentido de reduzir a desigualdade salarial.

Entretanto, é importante ter em mente que o tipo de política educacional adotada pode ter impactos extremamente diferenciados sobre a desigualdade a curto prazo. Caso, por exemplo, se tente reduzir a desigualdade educacional via crescimento da proporção da força de trabalho com instrução superior, haverá, a curto prazo, uma elevação da desigualdade salarial, em virtude do inchamento da cauda superior da distribuição de salários. É de se esperar que, numa segunda etapa, a oferta adicional de trabalhadores com nível superior conduza a uma redução do salário deste grupo em relação aos demais, levando então à redução na desigualdade salarial. Por outro lado, mudanças na distribuição de educação através da redução do analfabetismo levariam, de imediato, a uma redução na cauda inferior da distribuição de salários e, por conseguinte, a uma redução na desigualdade salarial. Neste caso, a possível mudança no perfil salarial que ocorreria em um momento subsequente reforçaria a redução na desigualdade.

Dessa forma, do ponto de vista distributivo, a escolha entre uma ou outra política de investimentos em educação fica condicionada ao

formato apresentado pelo perfil salarial por grupos educacionais e sua sensibilidade à oferta relativa de trabalhadores qualificados e não-qualificados. Se a principal causa da desigualdade salarial são os elevados salários recebidos pela parcela da população detentora de altos níveis educacionais, então a redução da desigualdade requer a eliminação destes diferenciais, o que é possível através da ampliação da oferta relativa de trabalhadores com níveis elevados de educação. Se, por outro lado, os desníveis salariais entre grupos educacionais são modestos ou relativamente insensíveis à oferta relativa de trabalhadores qualificados, então o caminho para a redução da desigualdade salarial passa por investimentos em níveis básicos de educação.

É essencial, portanto, determinar a sensibilidade dos diferenciais de salário por grupos educacionais a mudanças na distribuição de educação. A esse respeito, cabe registrar (conforme mencionado em J. G. A. Reis e R. P. de Barros, *op. cit.*) que os perfis salariais das regiões metropolitanas onde a força de trabalho é mais educada tendem a ser menos inclinados, o que pode ser tomado como uma evidência da sensibilidade desses perfis a mudanças na distribuição de educação. Outra evidência é o próprio fato de o perfil de salários por grupos educacionais ser mais inclinado no Brasil do que em outros países onde o nível educacional da força de trabalho é mais elevado.

Finalmente, cabe registrar que permanece desconhecido se a forte inclinação do perfil salário-educação se deve a uma insuficiente oferta de mão-de-obra qualificada ou ao próprio funcionamento do mercado de trabalho ou à intervenção do governo neste mercado. O conhecimento das causas desta forte inclinação poderia também muito con-

tribuir para avaliar sua sensibilidade a mudanças na distribuição de educação.

#### ● DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS ENTRE TRABALHADORES HOMOGÊNEOS

A diferenciação salarial entre trabalhadores igualmente produtivos assume duas formas: em primeiro lugar, há os casos em que postos de trabalho idênticos pagam salários distintos para trabalhadores igualmente produtivos (referimo-nos a este tipo de diferenciação como discriminação, uma vez que os trabalhadores estão sendo diferenciados com base em atributos não-produtivos); e, em segundo, existem as situações nas quais a diferenciação salarial decorre do fato de que trabalhadores idênticos ocupam postos de trabalho que valorizam seus atributos de forma distinta. Dizemos, neste caso, que o mercado de trabalho encontra-se segmentado.

#### ● Discriminação

A caracterização empírica da discriminação salarial é dificultada pela necessidade de garantir que os trabalhadores e os postos de trabalho envolvidos na comparação sejam, de fato, igualmente produtivos. Em geral, a metodologia utilizada consiste em verificar a permanência de diferenciais de salários entre grupos de trabalhadores mesmo depois de controlar por diferenças em atributos produtivos, tais como educação e idade, e características dos postos de trabalho.

Dois trabalhos relativamente recentes que analisaram a discriminação no mercado de trabalho brasileiro foram os de Camargo e Serrano e de Lovell.<sup>4</sup> Os primeiros analisaram os diferenciais de salários por sexo, enquanto a segunda concentrou-se nos diferenciais por cor. Em ambos os casos os resultados obtidos mostram não só

4 Cf. J. M. Camargo e F. Serrano, "Os dois mercados: homens e mulheres na indústria brasileira", Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, out. 1983, e P. Lovell, *Racial inequality and the Brazilian labor market*, University of Florida, 1989, mimeo (Tese de Doutorado).

que, após controlar por uma variedade de características observáveis, os diferenciais persistem, como também que os atributos são remunerados de forma distinta, sugerindo que critérios distintos são utilizados na determinação de salários, baseados em sexo e cor. Trata-se de uma evidência, em suma, compatível com a existência de discriminação no mercado de trabalho brasileiro.

### ● Segmentação

O segundo motivo para a existência de diferenciação de salários entre trabalhadores homogêneos é a segmentação no mercado de trabalho. Duas são as razões mais comumente alegadas para a segmentação: aspectos institucionais, aí incluídos a ação dos sindicatos e os efeitos da legislação trabalhista, e a heterogeneidade das firmas, que engloba fatores tão diversos como tecnologia, tamanho, origem do capital, etc. Estes fatores encontram-se, em geral, altamente correlacionados, dificultando a identificação dos determinantes efetivos da segmentação.

Recentemente, vários trabalhos de natureza empírica procuraram testar a hipótese de segmentação no mercado de trabalho na economia brasileira. As análises têm procurado testar tanto a segmentação institucional, avaliando-se os diferenciais de salários entre trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada, por exemplo, como outras formas de segmentação, identificadas através de setores de atividade, propriedade do capital pública versus privada, e regiões.

Entre os indicadores de segmentação, um dos mais analisados tem sido a posse da carteira de trabalho, uma forma específica de segmentação institucional. Supõe-se que nos postos com carteira de trabalho os trabalhadores têm acesso a uma série de vantagens pecuniárias

e não-pecuniárias que não obteriam sem este vínculo legal. É importante mencionar que os postos de trabalho sem carteira constituem-se em uma expressiva fonte de absorção de mão-de-obra, tendo mesmo crescido, nos últimos anos, em termos relativos.

Barros e Varandas<sup>5</sup> constataram que o grupo de trabalhadores com carteira recebe salários em média bem mais elevados do que aqueles sem carteira. Estes diferenciais poderiam ser explicados pelo maior nível educacional e maior experiência dos trabalhadores com carteira, o que os tornaria mais produtivos. Contudo, Barros, Rodriguez e Reis<sup>6</sup> mostram, para vários anos, que persiste um diferencial, da ordem de 15 a 20%, mesmo quando diversos atributos observáveis são controlados. Ainda que diferenças nas dotações de atributos não observáveis possam explicar este diferencial, sua persistência ao longo do tempo tende a corroborar a hipótese de alguma segmentação associada à posse da carteira.

Testes de segmentação decorrente da heterogeneidade dos pontos de trabalho devida a diferenças tecnológicas entre as firmas são mais esparsos e menos conclusivos, até a presente data. Em estudo ainda em andamento, Barros e Ramos constatam que os salários médios dos setores de crédito, administração pública e indústria pesada situam-se significativamente acima de setores mais tradicionais, tais como construção civil, indústria leve e serviços. Este resultado não leva em conta a imposição de controles para atributos observáveis, mas o universo analisado - homens moradores nas regiões metropolitanas com idade entre 25 e 50 anos e com até 11 anos de estudo - é bastante homogêneo.

Já Macedo<sup>7</sup> analisou, com base em dados da RAIS, os diferenciais de salários entre trabalhadores de em

5 Cf. R. P. de Barros e S. Varandas, "A carteira de trabalho e as condições de trabalho e remuneração dos chefes de família no Brasil", Revista da Anpec, Ano X, nº 12, dez. 1987.

6 Cf. R. P. de Barros, J. Rodriguez e J. G. A. Reis, Segmentação no mercado de trabalho: a carteira de trabalho na construção civil, Rio de Janeiro, INPES/IPEA, 1989, mimeo.

7 Cf. R. Macedo, Os salários nas empresas estatais, Ed. Nobel, 1985.

presas estatais e privadas. O estudo restringe-se à comparação de salários de trabalhadores de uma empresa de cada tipo, em apenas um setor de atividade não especificado, o que limita, segundo o próprio autor, as possibilidades de generalização dos resultados. Ainda assim, estes são expressivos: mesmo após controlar o efeito dos atributos sexo, idade e educação, persistem diferenciais expressivos de salários em favor da empresa estatal (cerca de 20% do salário médio pago na empresa estatal).

Por fim, Savedoff<sup>8</sup> revela a persistência de significativos diferenciais de salários entre as regiões metropolitanas do país, mesmo após controlar por diferenças de custo de vida, por características pessoais e pela estrutura setorial e de ocupações. A interpretação do autor para estes diferenciais é que eles refletem o fato de que a proporção de bons e maus empregos é diferenciada entre as regiões, fato que não é captado pelas variáveis setoriais utilizadas.

Em suma, as evidências obtidas parecem indicar a existência de diferenciais significativos de salários entre trabalhadores homogêneos ocupados em empregos distintos. Em outras palavras, a segmentação parece ser um elemento importante para explicar a elevada desigualdade salarial observada no Brasil.

É fundamental observar, no entanto, que as implicações a longo prazo dos diferenciais devidos à segmentação dependem crucialmente do nível de mobilidade entre os diversos segmentos do mercado de trabalho. Por exemplo, o fato de trabalhadores em dado setor receberem menos que em outro tem implicações radicalmente distintas do ponto de vista do bem-estar dos trabalhadores dependendo da mobilidade existente. Se a mobilidade

é zero - ou seja, se são sempre os mesmos trabalhadores que encontram-se no setor privilegiado -, os diferenciais de salários expressam um efetivo diferencial de bem-estar. Já se a rotatividade entre os dois setores é alta - no limite, pode-se imaginar uma mobilidade perfeita de tal forma que cada trabalhador ocupe um posto em um setor durante uma mesma fração de seu ciclo de vida produtivo -, o impacto sobre a distribuição de bem-estar da sociedade pode ser bem reduzido.

No Brasil, a quantificação da mobilidade entre os diversos segmentos do mercado de trabalho é dificultada pela ausência de informações longitudinais ou retrospectivas. Com base em dados da PME para São Paulo, no entanto, Sedlacek, Barros e Varandas<sup>9</sup> mostraram que a mobilidade entre empregos com e sem carteira de trabalho assinada é alta, sendo relativamente curta a permanência de trabalhadores na condição de empregado sem carteira. A conclusão dos autores é de que há evidência de que os diferenciais de salário entre empregos com e sem carteira têm, no longo prazo, conseqüências desprezíveis sobre a distribuição de bem-estar.

Estas evidências são extremamente poderosas, uma vez que relativizam a importância da segmentação com base em um atributo considerado tão forte quanto a carteira de trabalho. Não são, entretanto, generalizáveis, tendo em vista a natureza diversa das outras formas de segmentação. Um exemplo de segmentação onde a mobilidade deve ser muito reduzida é aquela entre empresas públicas e privadas.

#### ● SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Parte significativa da elevada desigualdade de renda que caracteriza a economia brasileira decorre da desigualdade de salários. Nos

<sup>8</sup>  
Cf. Savedoff, The stability of regional wage differentials in Brazil, Rio de Janeiro, INPES/IPEA, out. 1988 (Texto para Discussão Interna, 176).

<sup>9</sup>  
Cf. G. L. Sedlacek, R. P. de Barros e S. Varandas, Segmentação e Mobilidade no mercado de trabalho brasileiro: uma análise da área metropolitana de São Paulo, Rio de Janeiro, INPES/IPEA, ago. 1989 (Texto para Discussão Interna, 173).

últimos anos, tem havido considerável esforço de pesquisa voltado para a identificação dos elementos que explicam a desigualdade salarial no mercado de trabalho brasileiro. Nesta nota procuramos sintetizar as regularidades empíricas observadas nestes trabalhos.

Existem duas fontes de desigualdade salarial: em primeiro lugar, os trabalhadores podem ser heterogêneos com respeito a atributos produtivos; e, em segundo, trabalhadores igualmente produtivos podem ser remunerados pelo mercado de forma distinta, seja porque alguns são discriminados, seja porque o mercado de trabalho é segmentado.

No primeiro caso, a desigualdade de salários decorre do fato de os trabalhadores terem produtividade distinta. A preocupação com a desigualdade, neste caso, decorre da possível existência de barreiras pré-mercado de trabalho, que impedem que certos segmentos da população adquiram atributos produtivos.

As pesquisas realizadas mostram que cerca de 50% da desigualdade salarial observada no Brasil são explicados por diferenças salariais entre grupos homogêneos com respeito à educação e idade. A educação, em particular, parece constituir-se na mais importante fonte de desigualdade de salários. Este fato reveste-se de especial importância para a política econômica, uma vez que grande parte dos investimentos em educação são diretamente controlados pelo governo.

Políticas de homogeneização da força de trabalho com respeito à educação, portanto, constituem-se em importante mecanismo através do qual o governo pode atuar para reduzir as disparidades de salários. Diferentes tipos de política educacional podem gerar impactos diferenciados sobre a desigualdade a curto prazo, ficando a escolha

condicionada à ainda controversa sensibilidade dos perfis salariais a mudanças na distribuição de educação. No atual estágio de conhecimento, a ampliação dos investimentos em níveis básicos de educação parece ser a forma mais segura, ainda que não a mais eficiente, para reduzir a desigualdade salarial.

Existem também evidências de que parte da desigualdade de salários observada no Brasil decorre do fato de trabalhadores igualmente produtivos receberem remunerações distintas, tanto porque atributos não-produtivos são valorizados pelas firmas - caso que identificamos como discriminação -, como porque as firmas valorizam de forma diferenciada determinados atributos, caso que definimos como segmentação.

Diversas evidências de segmentação têm sido geradas pela literatura, demonstrando-se que a remuneração de trabalhadores com idênticos atributos observáveis varia por setor de atividade, região metropolitana, entre postos com e sem carteira e entre empresas públicas e privadas. É preciso cautela, no entanto, na interpretação destes resultados como evidência de segmentação, uma vez que estes diferenciais podem apenas indicar a remuneração a atributos não observáveis ou a compensação pecuniária por diferenças não-pecuniárias entre postos de trabalho.

Ainda que os diferenciais indiquem segmentação, suas implicações para o bem-estar serão atenuadas pela mobilidade entre os segmentos, que, como se viu, é considerável entre postos com e sem carteira de trabalho.

Por fim, mesmo que haja segmentação e que a mobilidade seja reduzida, isto é, quando grupos de trabalhadores idênticos estiverem sendo remunerados de forma persistentemente diferenciada, a definição

de políticas capazes de reduzir estes diferenciais depende da natureza da segmentação, cuja identificação é mais difícil do que a constatação da segmentação. A diferença de salários entre os segmentos pode decorrer de reais diferenças nos postos de trabalho (de natureza tecnológica ou de intensidade de capital), que levam a que trabalhadores idênticos acabem por ter produtividades distin-

tas, ou, alternativamente, a produtividade pode ser idêntica nos segmentos, mas, devido a um poder de barganha diferenciado, as relações entre salários e produtividade podem ser distintas nos segmentos. Enquanto no primeiro caso seria claramente benéfico o crescimento do segmento com maiores salários e produtividade, no segundo isto não é necessariamente verdadeiro.

## Transportes: Desafios e Políticas para a Década de 90

Newton de Castro\*

### ● INTRODUÇÃO

O setor transportes passa atualmente por um importante momento de definição de prioridades e de orientações de política. Começa a se formar um consenso, entre os diversos agentes que atuam no setor, de que a retomada dos investimentos para a necessária recuperação e expansão da capacidade do setor exige a solução dos inúmeros impasses político-institucionais existentes, bem como a definição de uma política adequada e consistente para o setor.

De fato, desde o ocaso da política de expansão rodoviária do país, na primeira metade da década de 70, não dispomos de uma política de transportes. O que se verifica é um amontoado de políticas e programas que foram desenvolvidos de uma forma ad hoc, visando atingir objetivos específicos e/ou imediatos.

Mais ainda, as poucas medidas voltadas para os aspectos da organização institucional das agências governamentais que controlam o setor tiveram um caráter oportunista, resultando tão-somente num agravamento do caos institucional que se propagou nos transportes.

Assim, o objetivo desta nota é discutir alguns dos principais problemas que mantêm o quadro de estagnação em que se encontra o setor transportes e propor linhas de ação voltadas para reverter esta situação, restringindo-nos aos modos rodoviário e ferroviário. Cabe ressaltar que um dos pressupostos fundamentais da argumenta-

ção aqui desenvolvida é precisamente o fato de que a falta de recursos financeiros verificada atualmente não constitui um problema em si. Ao contrário, são o quadro de indefinição político-institucional e a ausência de coordenação e planejamento do setor que bloqueiam efetivamente a mobilização dos recursos potenciais disponíveis.

### ● TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Duas questões destacam-se no âmbito do transporte rodoviário: a) o financiamento da manutenção e expansão do sistema viário; e b) a regulação econômica da operação de transporte.

Com a reforma tributária instituída pela Constituição de 1988, as contribuições dos usuários de rodovias aumentaram de maneira substancial. Além do IPVA, mantido no âmbito da competência estadual, ampliou-se a base do ICMS, de forma a incluir os serviços de transporte e os produtos de petróleo e álcool carburante (estes - gasolina e álcool - são ainda onerados pelo IVV municipal). Os impostos extintos foram o IST e o IULCLG. A nível federal conta-se, basicamente, com o IPI sobre veículos, partes e peças, assim como o selo-pedágio; as receitas deste, no entanto, têm-se situado abaixo das expectativas.

Pode-se argumentar que, na verdade, todas essas receitas tributárias, à exceção do selo-pedágio, são impostos indiretos como quaisquer outros, não guardando nenhuma relação específica com o finan-

\* Do INPES/IPEA.

ciamento ou a manutenção do sistema rodoviário. Não obstante, cabe observar que os serviços oferecidos por uma rodovia são semelhantes a outros, tais como eletricidade, água e esgoto, etc., caracterizados pela participação e/ou responsabilidade de oferta do setor público. Dadas as características do transporte, no entanto, torna-se difícil cobrar por esses serviços; daí a utilização, em muitos países, de taxas indiretas sobre insumos para o custeio e financiamento do sistema viário.

Se, por um lado, o usuário do sistema de transporte rodoviário tem pago, globalmente, bem mais do que o custo de manutenção e expansão do sistema, por outro, a distribuição do ônus não tem sido equânime: aqueles que causam menos danos ao pavimento pagam mais, e vice-versa. Obviamente, os que pagam mais são os usuários de automóveis particulares e os que pagam menos são os que utilizam veículos pesados de carga e passageiros. Note-se, entretanto, que esta regra de distribuição de renda não está explicitada, especificamente, em dispositivo legal.

Apesar dos vultosos recursos arrecadados para os cofres públicos através do sistema rodoviário, este vem-se deteriorando rapidamente desde o início da década, não tendo sido possível reverter esta situação mesmo com os recursos vinculados do selo-pedágio. Este é o tipo de impasse político-institucional a que nos referimos no início do texto: por um lado, os recursos existem (arrecadados ou que poderiam ser arrecadados a mais) e, por outro, a necessidade dos serviços é inescapável, mas o circuito não se fecha e o custo global para a sociedade como um todo acaba por se tornar maior e os usuários permanecem mal servidos.

Espera-se que a discussão sobre a legalidade do selo-pedágio, hoje questionada, permita a definição

da estrutura desejada de custeio e financiamento do sistema rodoviário: se por impostos indiretos ou se por contribuições específicas e vinculadas.

Passando para o campo da regulamentação econômica, destaca-se que o escopo de atuação do governo no setor de transporte rodoviário foi ampliado, em 1983, de modo a incluir a possibilidade de controle da entrada de empresas no setor de carga, além de proibir as empresas de carga própria de venderem serviços de frete para terceiros. A regulamentação desse diploma legal, em 1987, ampliou essas restrições para capacidades mínimas de transporte, áreas de atuação geográfica e tipo de mercadoria transportada. Na prática, porém, a falta de recursos e de apoio político a essas restrições fez com que a letra da lei não saísse do papel.

Uma política que afetasse indiscriminadamente todos os segmentos do heterogêneo mercado de transporte rodoviário de carga estaria fadada a levar a distorções econômicas. A imposição de barreiras à entrada pode levar a uma oferta insuficiente de serviços nas rotas menos densas, que são pouco atrativas para as firmas de maior porte. Por outro lado, medidas que estimulem o crescimento das firmas, de modo a se obterem ganhos de economias de densidade existentes no setor, podem resultar inócuas em virtude do fato de o crescimento das firmas ser limitado pelo tamanho do mercado, conforme sugerido pelas evidências empíricas disponíveis.

Antes que o processo de regulação econômica seja de fato implementado, é fundamental que se realizem estudos aprofundados de seus possíveis impactos econômicos. O setor atravessa mudanças estruturais significativas, destacando-se o enfraquecimento do segmento de transportadores autônomos e a expansão



do segmento de carga própria. Nesse contexto, qualquer medida restritiva à expansão de capacidade poderia implicar maiores custos de transporte. Intuitivamente, entre tanto, acreditamos que o fortalecimento desse subsetor passa pelo restabelecimento do papel do transportador autônomo como principal agente de oferta, através de linhas de financiamento acessíveis a esses operadores.

### ● TRANSPORTE FERROVIÁRIO

A relativa morosidade da evolução da tecnologia ferroviária, vis-à-vis a de outros modos de transporte (em particular o rodoviário), causou em quase todos os países uma mudança estrutural na localização dos eixos de competitividade do transporte ferroviário. Diante desse fato, as empresas ferroviárias viram-se forçadas a empreender esforços radicais no sentido de reformularem, entre outras, suas estruturas organizacionais e comerciais, assim como o tipo de serviço ofertado. Além disso, tendo em vista o grande envolvimento da administração pública no subsetor, na maioria dos países, esta também foi chamada a conduzir um processo de ampla reformulação dos aspectos legais, institucionais, de regulação econômica, financeiros e, principalmente, de definição dos objetivos do subsetor e de suas relações com o setor público.

Outros fatores ainda têm limitado a atuação do subsetor, destacando-se, principalmente, a prioridade explícita dada à expansão do sistema rodoviário nacional, substanciada no texto do Plano Nacional de Viação de 1951, assim como na distribuição dos investimentos públicos entre os modos de transporte das duas décadas que se seguiram. No mesmo sentido, apesar do modelo adequado, para sua época, em que se baseou a criação da RFFSA, em 1957, o setor ferro-

viário não foi dotado de papel bem definido, com objetivos e metas claras. Além do mais, as inconsistências da política ferroviária governamental frustrava qualquer possibilidade de desenvolvimento de um esquema de financiamento, em que pese, principalmente, a ingerência na política de preços e de investimentos e até na própria gestão administrativa da empresa. Em consequência, não se produziram estímulos perenes para estimular ganhos de eficiência, nem se fixaram parâmetros para aferir o desempenho das administrações ferroviárias, nas quais se consolidou, ao longo dos anos, uma cultura voltada para a operação e esquivada ao mercado. Atualmente, os sistemas físico e organizacional encontram-se com dimensões incompatíveis com a agilidade necessária para fazer frente às mudanças estruturais requeridas para um novo modelo ferroviário adequado às necessidades do país.

A razão fundamental para uma mudança do modelo ferroviário seria a constatação de que há um papel claro e objetivo para a ferrovia no sistema nacional de transporte que não vem sendo desempenhado a contento. Isto se baseia nas características do desenvolvimento atual e projetado para o país, tanto em termos dos setores dinâmicos (agrícola, agroindústria, mineração, indústria de insumos básicos), em função da disponibilidade de terras e de recursos naturais, como em termos da desconcentração da distribuição geográfica da produção nacional, ora em curso, e de suas implicações para o comércio inter-regional e com o exterior.

Não há dúvida de que o sistema ferroviário futuro concentrar-se-á em grandes troncos e no transporte de grandes volumes. A tarefa imediata é engendrar um processo consistente e auto-sustentável para levar o sistema atual ao idealizado.

As diretrizes e ações voltadas para iniciar tal processo seriam dis-  
tribuídas segundo quatro catego-  
rias não disjuntas de política: a)  
regulação governamental; b) pro-  
priedade e operação; c) financia-  
mento, política de preços e tribu-  
tária; e d) organização governa-  
mental, planejamento e informa-  
ção.

Em termos da regulação governamen-  
tal, seria fundamental o estabele-  
cimento de relações claras e con-  
sistentes entre governo e empre-  
sas (públicas e privadas) e a eli-  
minação de interferências governa-  
mentais espúrias na administração  
do sistema ferroviário. Nesse sen-  
tido, faz-se mister a regulamenta-  
ção do dispositivo constitucional  
de concessão ferroviária e a revi-  
são do diploma legal de criação da  
RFFSA (Lei nº 3.115/57), conferin-  
do-lhe o caráter de operadora de  
concessão ferroviária e não de ins-  
tituição responsável pelo subse-  
tor, conforme ocorre atualmente.

No domínio da propriedade e da  
operação é necessário permitir que  
o sistema se desenvolva de forma  
a acomodar as complexidades dos  
vários subsistemas em modelos es-  
pecíficos apropriados (e. g., tron-  
cos economicamente auto-sustentá-  
veis do Centro-Sul, seus ramais,  
expansão da malha para a fronteie-  
ra econômica, subsistemas defici-  
tários). Para tanto, carece defi-  
nir as categorias econômicas e os  
critérios de classificação dos sub-  
sistemas ferroviários, nas suas vá-  
rias dimensões e funções (infra-  
estrutura, superestrutura, materi-  
al rodante, manutenção, comercia-

lização, transporte, controle de  
tráfego, etc.), com vistas à par-  
ticipação dos setores públicos (fe-  
deral e estadual) e privado.

As políticas de tarifa e financia-  
mento devem se basear na verdade  
dos custos para todos os modos de  
transporte, inclusive o ferroviá-  
rio. Os subsídios devem ser res-  
tritos àqueles estabelecidos em  
lei e mantidos por recursos orça-  
mentários públicos. Inicialmente,  
porém, faz-se necessário um sanea-  
mento dos subsistemas economica-  
mente auto-sustentáveis, alguns a-  
tualmente sem condições de buscar  
seu equilíbrio econômico. A defi-  
nição de recursos orçamentários pa-  
ra subsistemas deficitários e pio-  
neiros deve ser estudada com vis-  
tas à sua inclusão no Plano Pluri-  
anual de Investimentos a ser sub-  
metido ao Congresso Nacional.

A ação do setor público deve se ba-  
sear na monitoração e manutenção  
da consistência da política gover-  
namental e dos programas de ação,  
a partir de uma visão de longo pra-  
zo, sendo para tanto necessário do-  
tar a Secretaria de Transporte Fer-  
roviário (MT) de poderes e recur-  
sos para coordenar efetivamente o  
subsetor. Atualmente, a coordena-  
ção entre empresas se dá de forma  
tíbia e levando em consideração  
somente os interesses das partes  
envolvidas. Dadas as possibilida-  
des futuras de tráfego mútuo e in-  
tercâmbio de equipamento, entre ou-  
tras, a coordenação do setor deve  
ser feita por agência independen-  
te, a exemplo do que acontece em  
outros setores (e. g., DNAEE, no  
setor elétrico).

## A Agricultura e a Crise Econômica

Gervásio Castro de Rezende\*

O produto agrícola sofreu uma queda relativamente pequena em sua taxa de crescimento na década de 80, em franco contraste com o ocorrido no resto da economia. Com efeito, enquanto a taxa média geométrica de crescimento anual do produto agrícola passou de 4,7% entre 1970 e 1980 para 3,1% entre 1980 e 1988, no caso do produto industrial essas taxas foram de 9,3 e 1,2%, respectivamente.

Ao mesmo tempo, mudou o padrão de crescimento agrícola, com melhoria da posição relativa da produção para o mercado interno, graças ao aumento na taxa de crescimento desse subsetor da agricultura e à redução no ritmo de crescimento do subsetor voltado para a exportação. Assim, um índice de quantum incluindo arroz, feijão, mandioca, milho e trigo, cujo crescimento foi estatisticamente nulo entre 1973 e 1981, mostra um crescimento de 3,4% a.a. entre 1979 e 1988; em contraste, a produção de soja reduziu sua taxa de crescimento de 7,3 para 2,8%, no mesmo período, fenômeno que ocorreu também com outros produtos exportáveis importantes, como laranja, cacau e café. O elevado ritmo de crescimento da produção de cana-de-açúcar entre 1979 e 1988, que teve por base o Proálcool, reforçou a importância do mercado interno como fonte de dinamismo do setor agrícola.<sup>1</sup>

De maneira consistente com esse comportamento da oferta agrícola, e tomando-se por base o comportamento dos preços reais recebidos pelos agricultores, nota-se uma clara tendência de queda dos pre-

ços dos alimentos nesse período mais recente. Várias razões para isso podem ser apontadas: a) tendência de baixa dos preços externos das commodities agrícolas; b) contínua queda dos preços dos insumos agrícolas derivados do petróleo, deixando totalmente para trás o impacto adverso do segundo choque do petróleo; c) redução do custo da mão-de-obra agrícola, em função da diminuição das alternativas de emprego urbano; d) ganhos de produtividade; e, last but not least, e) redução de risco no subsetor voltado para o mercado interno, graças à política de preços mínimos mais efetiva.

Desta maneira, ou seja, garantindo um abastecimento interno mais satisfatório de bens-salário, a agricultura cumpriu um papel positivo nesses anos de crise, evitando que a queda de renda real da população fosse ainda mais grave.

Não bastasse isso, o setor agrícola contribuiu, também, positivamente, com uma maior e melhor absorção de mão-de-obra: a pequena agricultura voltou a expandir-se entre 1980 e 1985 - invertendo uma tendência anterior de rápido declínio - e há razões para se acreditar num aumento do assalariamento de mão-de-obra "fixa" (ou "permanente"), em detrimento do de mão-de-obra "eventual" (como no caso do "bóia-fria"), embora as informações disponíveis a esse respeito sejam muito precárias.

Olhando retrospectivamente, é fácil concluir que a agricultura brasileira não teria conseguido manter-se crescendo a não ser desta

\* Do INPES/IPEA e da UFF.

1. Para uma análise mais detalhada dessas e de outras informações constantes deste trabalho, ver G. C. de Rezende, Controvérsias de economia agrícola: uma revisão crítica, Rio de Janeiro, INPES/IPEA, set. 1989, mimeo.

forma - ou seja, explorando o enorme potencial representado pelo mercado interno -, em face dos fracos incentivos de preços externos das commodities agrícolas. Isso concorreu, aliás, para que tivesse sido pequena a contribuição direta da agricultura para o ajuste externo: o aumento do saldo de exportações e importações agrícolas explicou apenas 15% do aumento do saldo da balança comercial entre 1980/82 e 1985. Felizmente, contudo, a economia brasileira demonstrou poder prescindir da agricultura para esse mister, já que a indústria (inclusive a extrativa mineral) deu conta do recado, seja substituindo importações, seja aumentando exportações.

Neste particular, é notável o contraste entre as economias brasileira e argentina. A maior dependência desta última em relação às exportações agrícolas - da ordem de 70% do total das exportações, e sem qualquer tendência a diminuir, enquanto as exportações agrícolas brasileiras não passam hoje de 40% do total, depois de representarem 60% em 1975 - certamente está na raiz de sua dificuldade crônica de geração do superávit comercial necessário ao pagamento dos juros da dívida externa (isto pode ser visto no gráfico a seguir). Com efeito, a elevação, no curto prazo, das exportações argentinas requer um aumento nos preços relativos internos dos produtos agrícolas exportáveis, o que só é possível se o salário

real cair, já que os bens agrícolas exportados pela Argentina são amplamente consumidos internamente.

Por depender menos das exportações agrícolas - e, menos ainda, das exportações de bens-salário agrícolas -, o Brasil, por outro lado, pode usar mais livremente o instrumento cambial e, também, evitar as consequências negativas, sobre a balança comercial, da grande instabilidade dos preços externos das commodities agrícolas. Ademais, a combinação da política cambial com uma política de preços mínimos mais agressiva para as culturas de mercado interno neutralizou o impacto altista que a desvalorização cambial poderia ter - via substituição de culturas - sobre os preços internos desses bens-salário agrícolas, já que a conseqüente redução do risco de retorno nesse subsetor deslocou para a direita a respectiva curva de oferta.

Além de conciliar, assim, dois objetivos - melhoria do saldo comercial e do abastecimento interno -, em princípio conflitantes, a adoção pelo governo, em 1979, de uma política de preços mínimos mais agressiva serviu também para neutralizar o impacto adverso, sobre a agricultura (especialmente a de mercado interno), de ambientes macroeconômicos desestabilizadores dos preços agrícolas. Esses ambientes incluíram, por exemplo, tanto a recessão de 1981/83 - em que se conjugaram queda de renda per capita e elevadas taxas de juros reais - como os diversos períodos de inflação alta ou crescente, cum indexação financeira.

Entende-se, assim, como a crise externa favoreceu o crescimento agrícola, em particular levando o governo a conceder maiores incentivos à produção para o mercado interno, o que representou uma verdadeira ruptura com a experiência da década de 70. O agravamento do



quadro macroeconômico, entretanto, vem progressivamente minando as bases desse bom desempenho agrícola, através não só de um aumento brutal da instabilidade dos preços agrícolas - e, portanto, do grau de incerteza na agricultura -, como também de uma redução da capacidade de o Tesouro arcar com os custos dos dois instrumentos principais de política agrícola: a garantia de preços mínimos e a concessão de crédito rural.

A este último respeito, foi notável a mudança da política agrícola e de abastecimento a partir de 1988, quando se implementou uma nova estratégia, concebida ainda no final de 1987 - ano em que a política agrícola, inclusive por conta das anistias creditícias pós-Plano Cruzado, contribuiu de forma descomunal para o déficit público -, de menor intervenção do governo nas duas pontas dos mercados agrícolas (junto ao produtor e junto ao consumidor). Essa estratégia deu prioridade à concessão de empréstimos de comercialização (EGF) em vez de aquisições diretas de estoques pelo governo (AGF); além disso, o governo passou a se autolimitar na desova de seus estoques, só o fazendo a "preços de intervenção" anunciados previamente. Posteriormente, essa desova de estoques públicos tornou-se mais restrita ainda, com os preços de revenda tendo de cobrir todos os custos de estocagem, uma exigência impossível de ser satisfeita na prática.<sup>2</sup> (A ironia é que essa cara e absurda política de abastecimento tinha por objetivo reduzir o impacto da política agrícola e de abastecimento sobre o déficit público!) Igual preocupação com o déficit público, aliás, fez surgir a "Caderneta Rural" do Banco do Brasil em 1987, uma nova fonte de fundos do crédito rural que permitiu uma redução significativa do aporte do Tesouro em 1988.

Foi em 1989, entretanto, que a li

mitação orçamentária do Tesouro, ao atingir seu ponto crítico, praticamente desarticulou o sistema de política agrícola montado na primeira metade da década, e que tinha por pilares uma agressiva política de preços mínimos e um sistema de crédito rural indexado à inflação - e, por isso mesmo, mais capaz de auto-reprodução. Como é mostrado na seção de "Política Agrícola" deste Boletim, os fundos alocados pelo Tesouro à garantia de preços mínimos e ao crédito rural em 1989 reduziram-se drasticamente. Em particular no caso do crédito rural, o Plano Verão inviabilizou o instrumento recém-criado da Caderneta Rural, que tanto alívio tinha trazido ao Tesouro em 1988.

Entretanto, não só por conta dessa desarticulação do sistema de incentivos montado na primeira metade da década, a agricultura vem sofrendo com o agravamento da crise inflacionária. A instabilidade macroeconômica de 1989, com destaque para a instabilidade da própria política de estabilização, fez os preços agrícolas flutuarem amplamente e de maneira inédita - aumentando na safra e caindo na entressafra. Isto se passou porque o Plano Verão, ao desindexar (de forma ainda mais radical que o Plano Cruzado) os ativos financeiros, promoveu uma corrida aos estoques de produtos agrícolas e ao rebanho bovino, enquanto a reindexação financeira (a partir de julho) causou um movimento simétrico e de intensidade maior ainda, por conta da política de altas taxas de juros adotada desde então. A dimensão assustadora assumida por essa desestabilização dos preços agrícolas é retratada pelas informações constantes da seção de "Política Agrícola" deste Boletim (note-se que o problema ficou mais grave ainda porque também os preços externos caíram no segundo semestre de 1989, como, por exemplo, os de soja, café, cacau e suco de laranja).

2. Sobre isso, ver G. Delgado, Política de preços mínimos - uma avaliação do sistema de garantia de preços da CFP, Brasília, IPLAN/IPEA, 1989, e A. A. Vasconcelos, "Avaliação da política de garantia de preços mínimos (uma abordagem alternativa)", Informativo CFP, Ano IX, nº 26.

A agricultura brasileira entra, as sim, finalmente (e infelizmente), em sintonia com o dramático quadro geral da economia brasileira, o qual, naturalmente, sô poderá fi car mais dramático ainda com a per da da contribuição que a agricultura vinha prestando. Este quadro macroeconômico não sô desarticula o sistema de política agrícola, como, na verdade, aumenta a tal ponto o grau de incerteza na agricultura que se torna vã qualquer tentativa de, através da manipulação dos instrumentos setoriais (preços mínimos, crédito rural), preservar a agricultura da ação desestabilizadora da macroeconomia.

Dito tudo isto, não se deve perder de vista, contudo, que a agricultura tem um papel importante a desempenhar no contexto de um programa abrangente e efetivo de estabilização, em face do papel estratégico da oferta agrícola na determinação da taxa de inflação e do salário real, e no equilíbrio externo. Para se conseguir essa contribuição da agricultura, entretanto, é necessário que a política econômica lhe conceda prioridade e ma nipule de forma correta os instrumentos setoriais a seu dispor.

A este respeito, a experiência da última década não deixa dúvida quanto à necessidade de se restabelecer, como parte integrante do programa de estabilização, a agres sividade da política de preços mí nimos da primeira metade da década. Com efeito, preços mínimos re muneradores (e não apenas "redutores de risco", que pressupõem estabilidade dos processos de formação dos preços agrícolas, o que não se deve esperar tão cedo no Brasil) são estratégicos para assegurar um desempenho satisfatório da agricultura de mercado interno (arroz, feijão, mandioca, trigo, milho - e, portanto, proteínas animais); esta agricultura ganha, com esses preços mínimos, as seguintes proteções: a) contra a pressão competitiva por parte da

agricultura de exportação, que as sim pode ser mais livremente estimulada pela política cambial; b) contra a tendência à queda dos pre ços dos bens agrícolas domésticos, por efeito do próprio programa de estabilização (ajuste recessivo e liquidez apertada); e, finalmente, c) contra o controle dos preços de alimentos pelo governo, que pode, assim, perseguir mais li vrementemente suas metas de combate à inflação e de garantia do abastecimento urbano. A política de pre ços mínimos, em suma, permite tranqüilidade na área do abastecimento interno, ao mesmo tempo que outros objetivos, em princípio conflitantes com esta meta (como o es tímulo às exportações agrícolas, o controle de preços de alimentos e a própria política de estabilização), são também perseguidos.

Finalmente, não pode haver dúvida, tampouco, quanto à necessidade de se arquivar a estratégia, concebida no final de 1987 e implementada durante 1988, de fazer da política de abastecimento (lei a-se: da política de venda de estoques públicos) um instrumento subordinado à política agrícola - como que em substituição à política de preços mínimos -, na suposição de que mercados mais livres da intervenção governamental proveriam, mais eficientemente, os incentivos de preços necessários à produção agrícola. Além do fato de que a política econômica perde, com isso, um instrumento de combate à inflação (o controle de preços agrícolas) - e isso sem reduzir, de fato, o déficit público -, a mera retenção de estoques públicos é incapaz, num contexto macroeconômico desestabilizador, de dar estabilidade aos mercados agrícolas, como, aliás, ficou mais do que claro em 1989. A política de abastecimento - evidentemente de forma coerente com a provisão de incentivos à produção agrícola - deve ter precedência e abarcar a política agrícola, e não o contrário.

**INPES**  
**INDICADORES E PREVISÕES**

INDICADORES ▶

INDICADORES  
**I. Nível de Atividade**

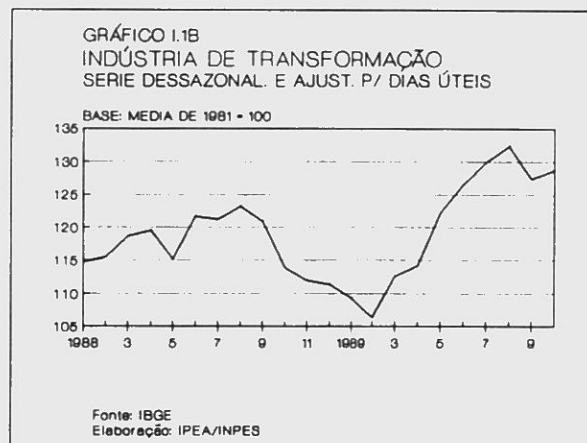
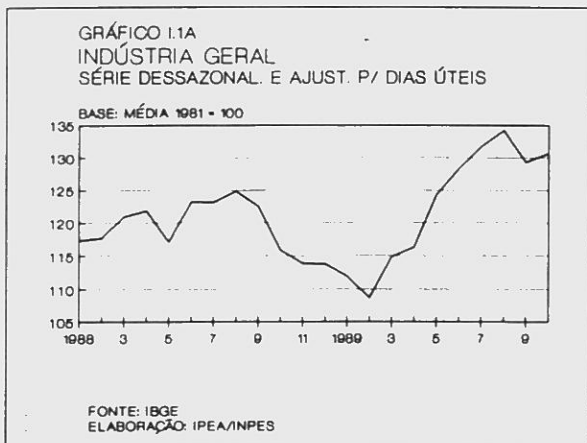


TABELA 1.1

Indicadores Conjunturais da Indústria - Produção Física - Brasil  
(com ajuste sazonal e para dias úteis)

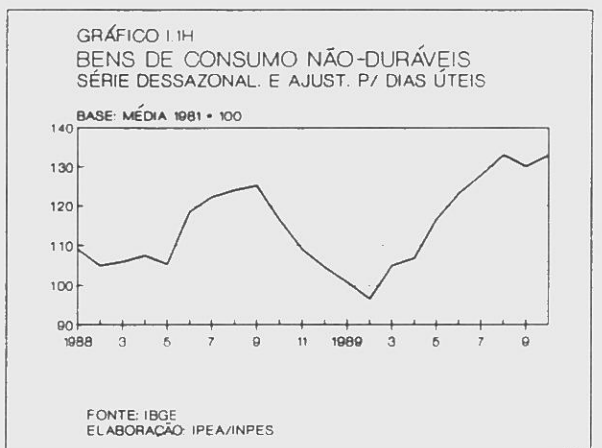
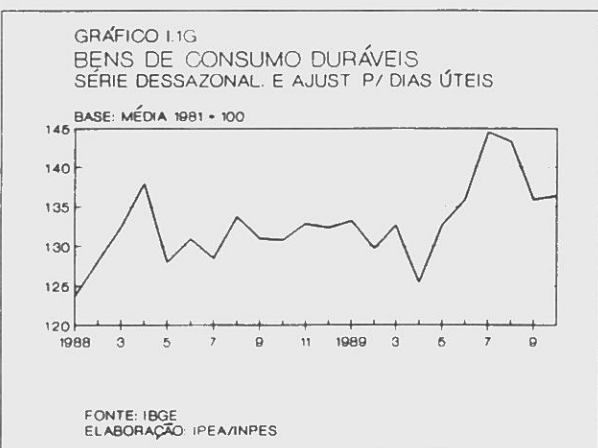
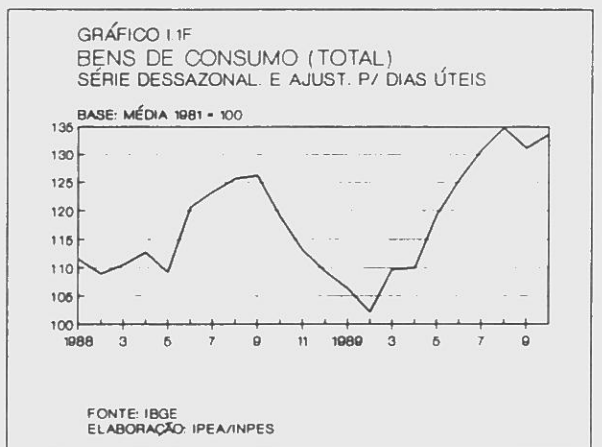
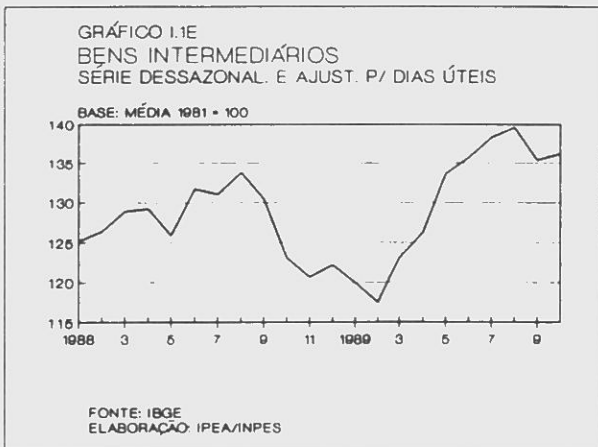
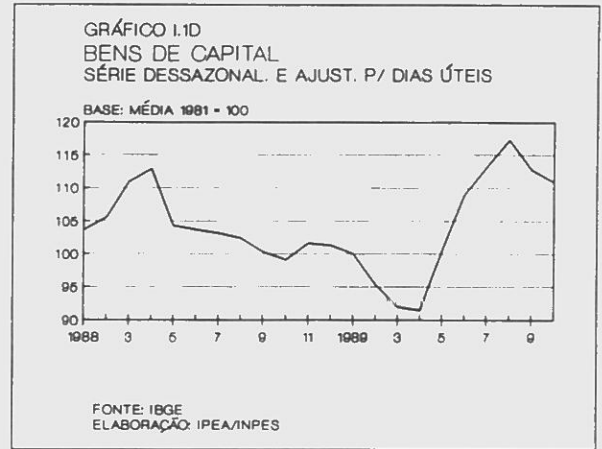
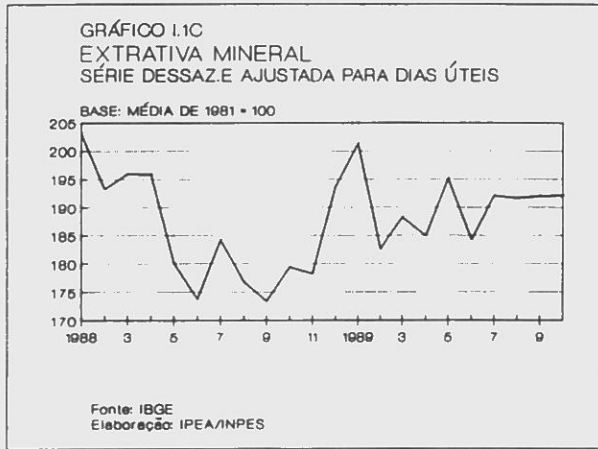
PERÍODO	INDÚSTRIA GERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	EXTRATIVA MINERAL	BENS DE CAPITAL	BENS INTERMEDIÁRIOS	BENS CONSUMO (TOTAL)	BENS CONSUMO DURÁVEL	BENS CONSUMO NÃO-DURÁVEL
JAN 88	117.3	114.7	203.1	103.6	125.2	111.6	123.7	109.1
FEV	117.7	115.5	193.3	105.5	126.4	108.9	128.2	104.9
MAR	120.9	110.6	196.0	110.9	120.9	118.5	132.4	105.9
ABR	121.8	119.5	195.9	112.9	129.2	112.8	137.9	107.5
MAI	117.1	115.2	180.1	104.3	125.9	109.2	128.0	105.3
JUN	123.2	121.7	173.8	103.7	131.7	120.6	130.9	118.5
JUL	123.1	121.2	184.2	103.2	131.0	123.3	128.5	122.2
AGO	124.0	123.2	176.8	102.4	133.8	125.7	133.7	124.1
SET	122.5	120.9	173.4	100.3	130.4	126.2	131.0	125.2
OUT	115.9	113.9	179.4	99.1	123.1	118.9	130.0	116.4
NOV	113.9	112.0	170.2	101.6	120.7	113.1	132.8	109.0
DEZ	113.8	111.4	193.7	101.3	122.2	109.4	132.3	104.6
JAN 89	112.0	109.3	201.3	100.0	120.0	106.4	133.2	100.0
FEV	100.7	106.4	182.5	95.4	117.5	102.2	129.7	96.5
MAR	114.9	112.6	180.2	92.0	123.1	109.7	132.6	104.9
ABR	116.3	114.2	184.9	91.5	126.3	110.0	125.4	106.8
MAI	124.3	122.2	195.2	100.5	133.6	119.3	132.6	116.5
JUN	120.3	126.6	184.2	109.0	135.7	125.4	135.9	123.2
JUL	131.7	129.9	192.1	113.1	138.3	130.8	144.5	127.9
AGO	134.2	132.4	191.7	117.3	139.6	134.8	143.3	133.1
SET	129.3	127.4	192.0	112.8	135.4	131.1	135.9	130.1
OUT	130.7	128.8	192.1	110.9	136.2	133.6	136.4	133.0

Nota: Base Fixa: Média 1981 = 100

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/INPES.



I. NÍVEL DE ATIVIDADE



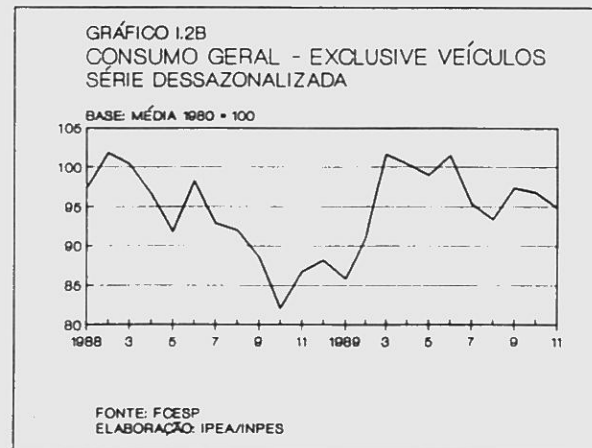
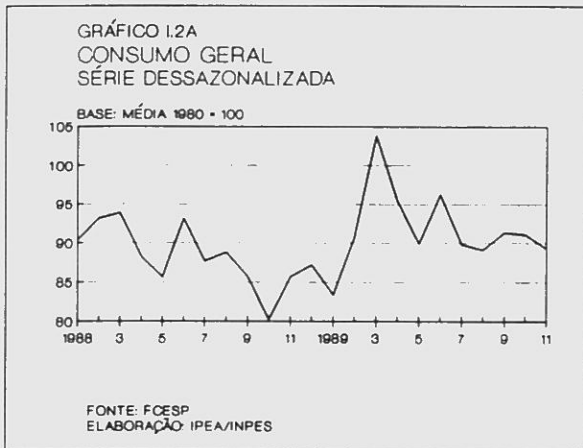


TABELA 1.2

Indicadores de Consumo (Comércio Varejista de São Paulo)  
Séries Dessazonalizadas

PERÍODO	CONSUMO GERAL (*)	CONSUMO EXCL. VEÍCULOS (**)	BENS			OUTROS		
			NAO-DURAVEIS	SEMI-DURAVEIS	DURAVEIS	CONCESSIONARIAS VEÍCULOS	AUTOPECAS ACESSÓRIOS	MATERIAIS CONSTRUÇÃO
JAN 88	90.4	97.3	122.6	104.0	59.2	66.4	129.7	40.2
FEV	93.2	101.8	126.5	105.8	66.0	63.0	146.2	52.6
MAR	93.9	100.4	120.8	106.1	66.6	70.0	151.0	52.8
ABR	88.2	96.6	109.8	111.7	62.0	58.9	147.6	48.7
MAI	85.6	91.8	106.8	104.0	57.7	63.7	141.2	48.3
JUN	93.2	98.3	115.8	110.7	61.9	75.0	145.6	50.7
JUL	87.7	92.9	109.8	104.1	58.3	69.3	139.5	46.0
AGO	88.0	92.0	108.3	106.5	54.2	77.8	142.0	46.5
SET	85.7	88.6	105.9	102.9	51.0	75.0	131.0	45.0
OUT	80.3	82.1	98.4	90.6	50.6	73.9	127.9	42.0
NOV	85.7	86.7	102.4	98.2	51.8	84.1	130.2	42.6
DEZ	87.2	88.2	106.6	94.0	53.9	83.7	150.6	44.4
JAN 89	83.4	85.0	112.1	83.6	51.9	75.2	144.6	46.7
FEV	90.7	91.0	116.9	90.5	56.9	89.7	143.9	48.7
MAR	103.8	101.6	134.3	92.4	67.0	111.7	164.9	55.7
ABR	95.5	100.4	133.0	96.0	61.5	78.2	150.0	65.9
MAI	89.9	99.0	131.1	95.1	62.4	58.1	146.0	61.1
JUN	96.3	101.5	134.9	97.5	59.9	78.1	174.1	64.4
JUL	89.8	95.4	134.6	94.3	48.6	70.1	145.0	48.7
AGO	89.1	93.4	130.8	92.2	49.3	74.1	136.1	53.0
SET	91.4	97.4	133.4	100.7	50.0	70.5	145.3	42.0
OUT	91.1	96.0	130.7	105.5	40.4	71.2	131.4	51.0
NOV	89.3	94.9	128.7	102.0	40.4	69.5	127.0	51.1

Nota: Base Fixa: Média 1980 = 100

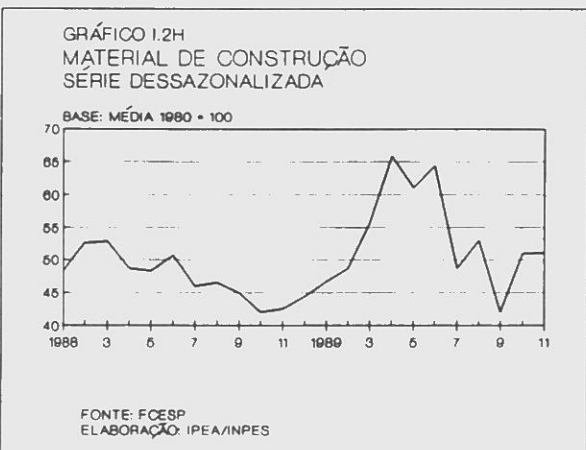
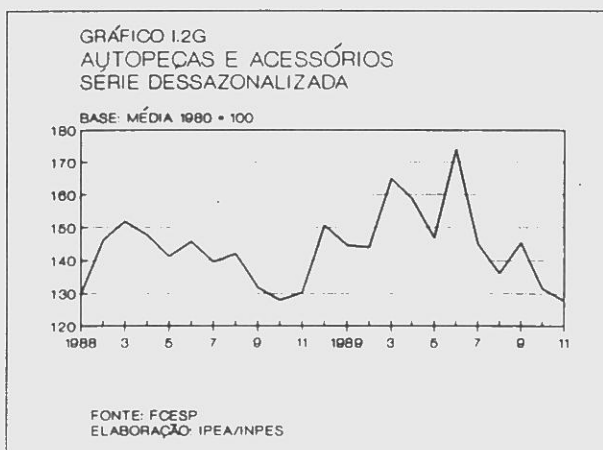
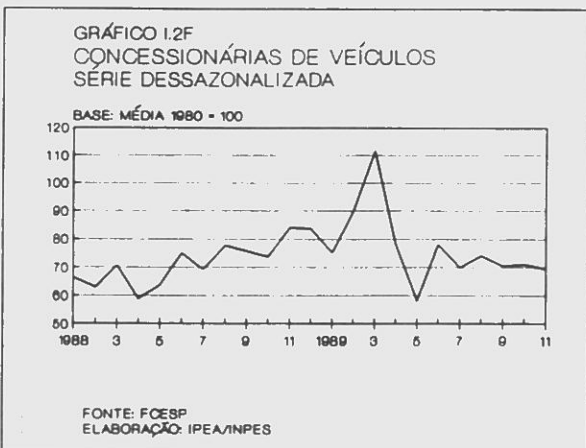
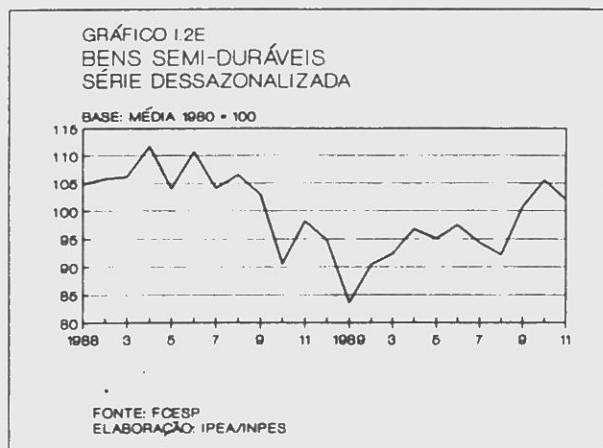
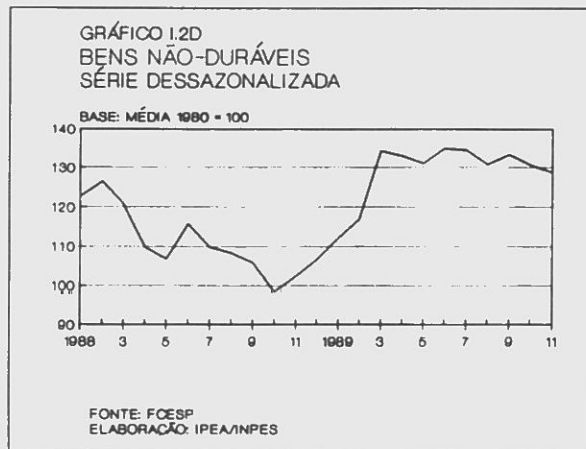
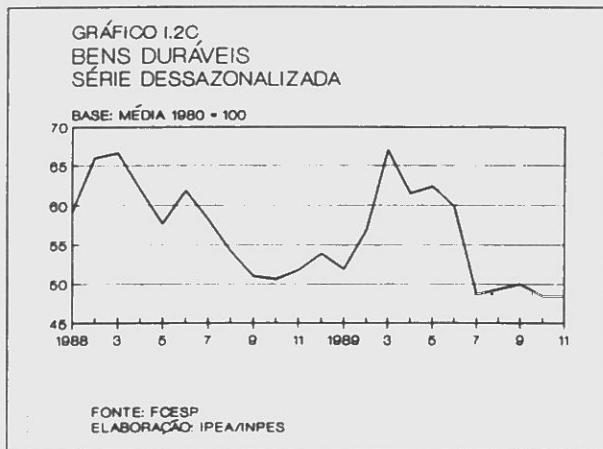
(\*) Não inclui: Material de Construção.

(\*\*) Não inclui: Material de Construção e Concessionários de Veículos.

Fonte: Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Elaboração: IPEA/INPES.

Observação: Metodologia apresentada em Nota Técnica no Bol. Conj. número 7 - junho de 1988.

I. NÍVEL DE ATIVIDADE



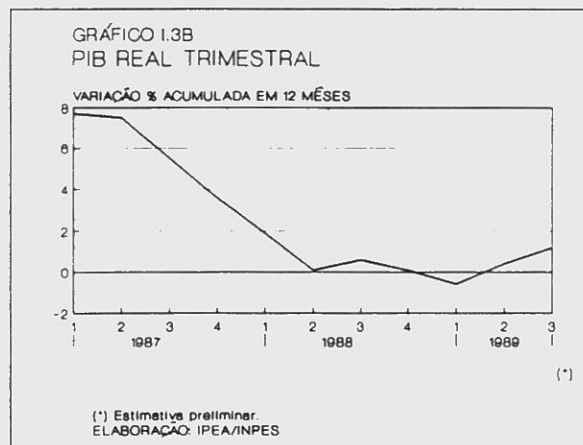
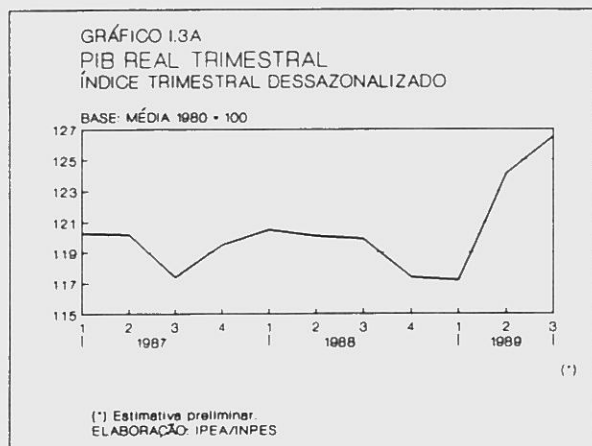


TABELA I.3

Produto Interno Bruto Real - Índice trimestral - Brasil  
Séries Dessazonalizadas

Trimestre	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB Total	Var. % sobre trim. anterior	Var % acum. 12 meses
1987.I	115.7	117.7	124.6	120.3	1.0	7.7
II	120.0	114.3	124.9	120.2	-0.1	7.5
III	134.0	107.3	124.2	117.4	-2.4	5.5
IV	130.7	110.9	126.4	119.5	1.9	3.6
1988.I	131.5	111.8	127.3	120.5	0.8	1.9
II	127.9	110.9	128.3	120.1	-0.4	0.1
III	120.4	110.1	128.9	119.5	-0.1	0.6
IV	132.2	105.1	127.4	117.4	-2.1	0.1
1989.I	132.2	104.2	128.0	117.2	-0.2	-0.6
II	132.0	114.9	132.4	124.1	5.8	0.4
III(*)	120.9	118.8	134.6	126.5	1.9	1.2

Notas: Base: Média 1980 = 100. (\*) Estimativa preliminar.

Elaboração: IPEA/INPES & IBGE

Observação: Metodologia apresentada em Nota Técnica no Boletim Conjuntural número 3, de abril de 1988.

## I. NÍVEL DE ATIVIDADE

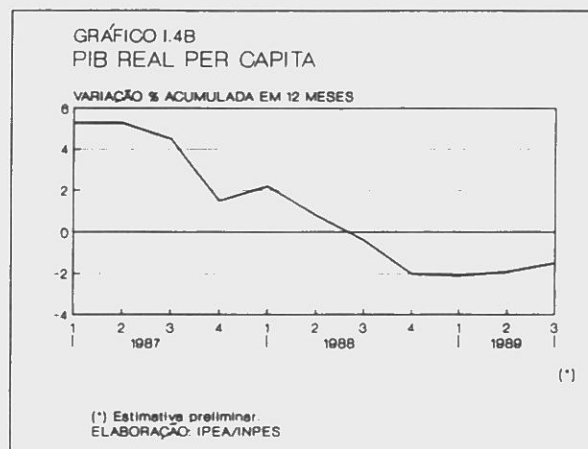
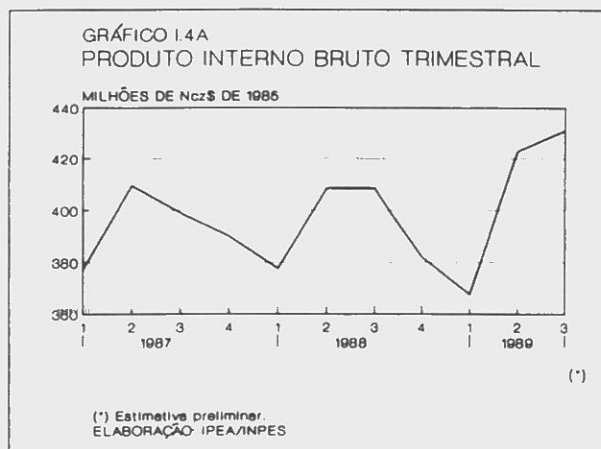


TABELA 1.4

### Produto Interno Bruto Trimestral - Brasil Valores a preços correntes e constantes

Trimestre	PIB TOTAL 10 <sup>6</sup> NCz\$ corrent.	PIB TOTAL 10 <sup>6</sup> NCz\$ 1985	PIB PER CAPITA NCz\$ correntes	PIB PER CAPITA 10 <sup>-3</sup> NCz\$ 1985	Var. % acum. em 12 meses
1987.I	1289.2	377.3	9.2	2688	5.3
II	2477.9	409.4	17.6	2902	5.3
III	3467.1	399.0	24.4	2814	4.5
IV	4650.5	390.1	32.6	2736	1.5
1988.I	7356.9	377.7	51.4	2637	2.2
II	13557.0	408.3	94.1	2835	0.8
III	24689.9	408.5	170.6	2822	-0.4
IV	47389.2	382.0	325.7	2626	-2.0
1989.I	83665.7	367.8	572.1	2515	-2.1
II	127756.7	423.0	869.1	2878	-1.9
III(*)	307437.5	431.1	2080.9	2918	-1.5

Notas: (\*) Estimativa preliminar.

Elaboração: IPEA/INPES.

Observação: Metodologia apresentada em Nota Técnica no Boletim Conjuntural número 5, de outubro de 1988.

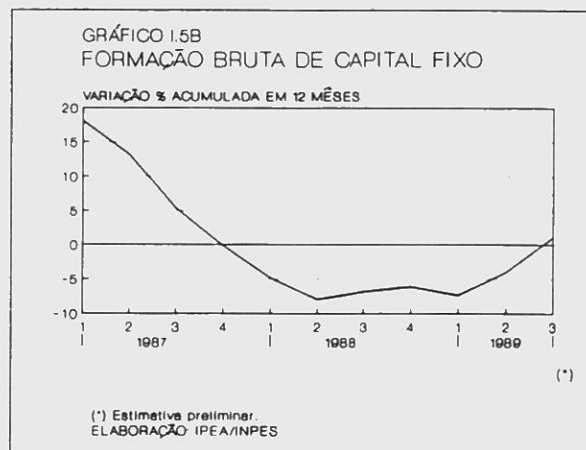
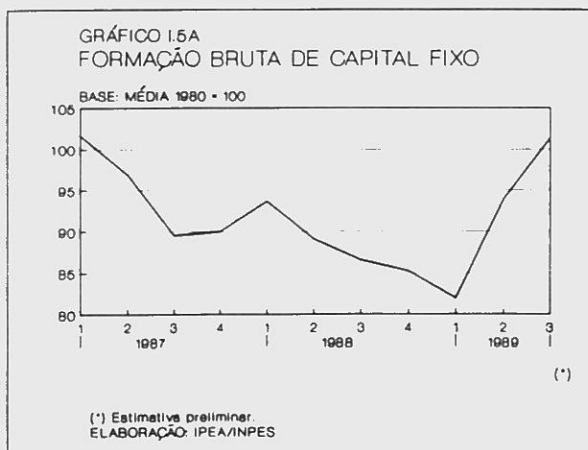


TABELA I.5

Formação Bruta de Capital Fixo  
Índice Trimestral - Brasil - Séries Dessazonalizadas

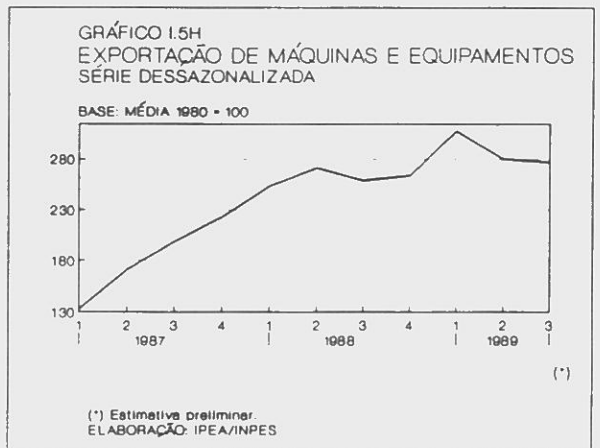
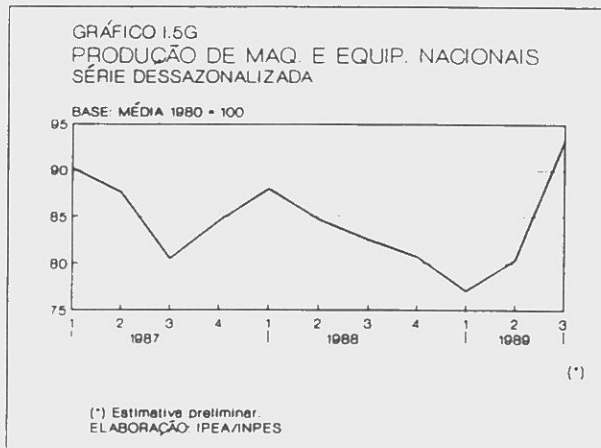
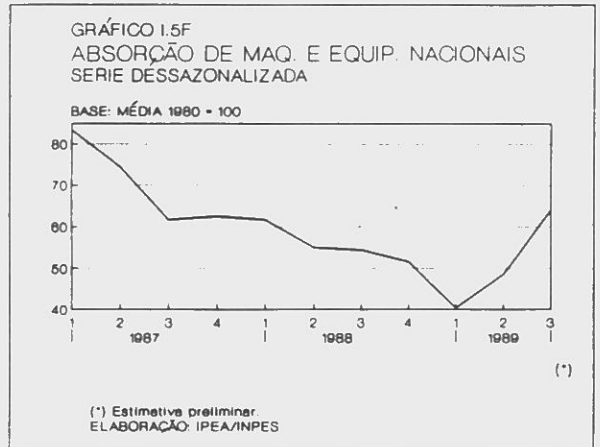
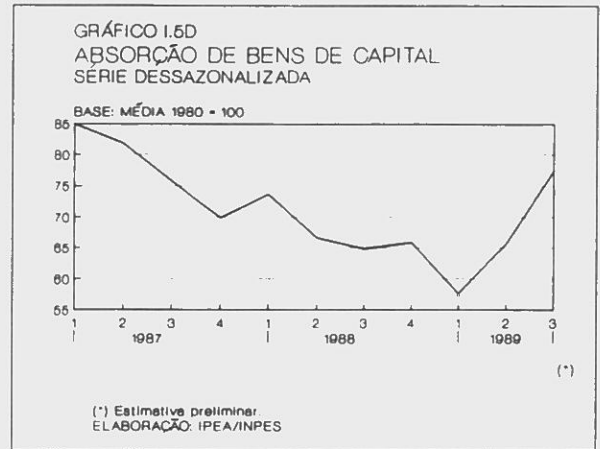
Trimestre	FBCF	Var. % Acum. em 12 meses	Construção Civil	Absorção de Bens de Capital	Absorção Maq. Equip. Import.	Absorção Maq. Equip. Nacion.	Produção Dom. Máq. Equip.	Exportação Máq. Equip.
1987.I	101.7	18.1	109.5	85.0	89.9	83.5	90.2	132.5
II	96.9	13.2	106.4	81.8	105.6	74.3	87.6	171.3
III	89.5	5.4	99.0	75.8	120.1	61.7	80.5	198.6
IV	90.0	-0.1	102.1	69.9	93.2	62.5	84.5	222.8
1988.I	93.7	-4.8	102.6	73.7	111.7	61.7	88.0	253.4
II	89.1	-7.9	103.8	66.7	103.8	55.0	84.7	271.6
III	86.6	-6.8	100.0	64.9	97.7	54.5	82.5	258.7
IV	85.2	-6.1	96.5	65.9	111.0	51.6	80.7	263.8
1989.I	82.0	-7.3	92.9	57.6	111.8	40.4	77.1	307.9
II	93.9	-4.0	112.7	65.7	119.7	40.6	80.4	280.5
III(*)	101.4	1.1	117.3	77.4	119.5	64.0	93.2	277.0

Notas: Base: Média 1980 = 100. (\*) Estimativa Preliminar

Elaboração: IPEA/INPES.

Observação: Metodologia apresentada em Nota Técnica no Boletim Conjuntural número 3, de abril de 1988.

I. NÍVEL DE ATIVIDADE



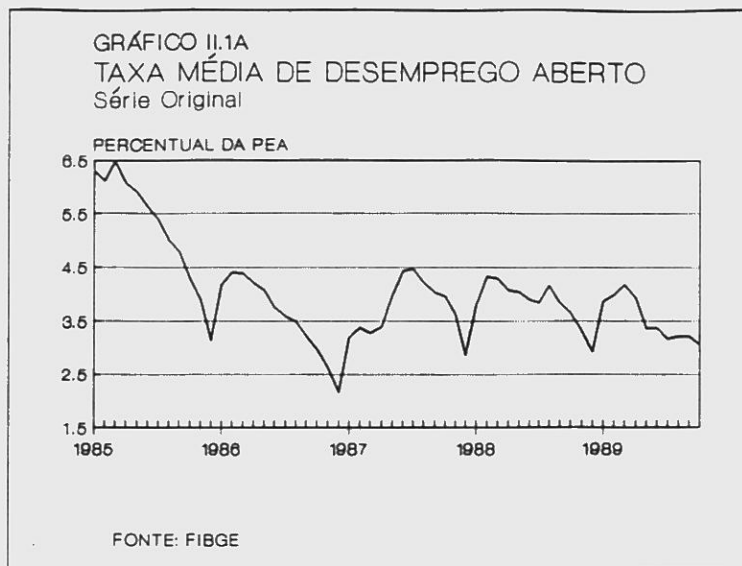


TABELA II.1A

**Taxa Média de Desemprego Aberto**  
**Série Original**

ANO:	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1985	6.31	6.12	6.48	6.08	5.90	5.63	5.40	5.00	4.80	4.30	3.90	3.15
1986	4.18	4.40	4.39	4.21	4.08	3.76	3.60	3.50	3.23	2.98	2.64	2.16
1987	3.19	3.38	3.28	3.39	3.97	4.43	4.47	4.22	4.03	3.96	3.63	2.86
1988	3.80	4.33	4.30	4.08	4.04	3.90	3.84	4.16	3.84	3.65	3.32	2.92
1989	3.87	3.99	4.18	3.94	3.37	3.37	3.17	3.22	3.22	3.06		

Notas: Percentagem da PEA.

OBS.: A taxa de OUT.89 é provisória, não inclui P.Alegre

Fonte: FIBGE.



## II. EMPREGO E SALÁRIOS

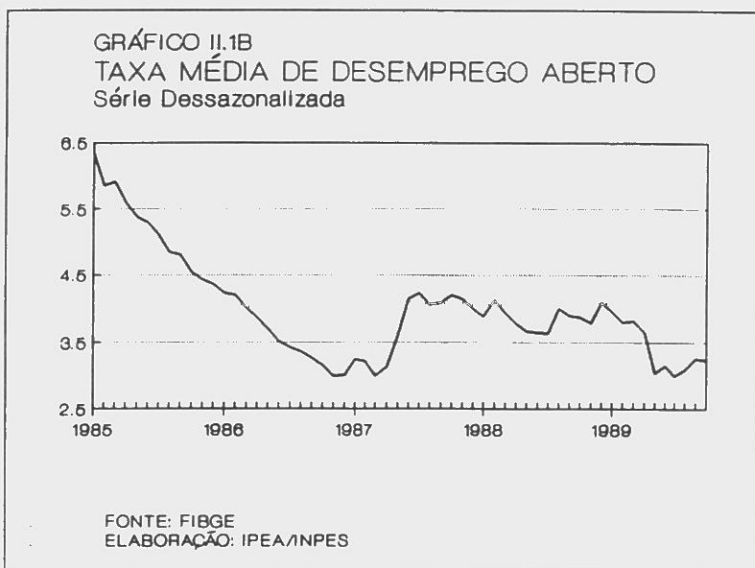


TABELA II.1B

### Taxa Média de Desemprego Aberto Série Dessazonalizada

ANO:	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1985	6.35	5.86	5.91	5.61	5.39	5.30	5.12	4.85	4.81	4.54	4.43	4.36
1986	4.23	4.20	4.01	3.86	3.70	3.52	3.42	3.37	3.27	3.16	3.00	3.01
1987	3.25	3.22	3.00	3.14	3.60	4.14	4.23	4.06	4.08	4.20	4.14	4.00
1988	3.88	4.12	3.93	3.78	3.66	3.64	3.63	4.00	3.89	3.87	3.79	4.09
1989	3.95	3.80	3.82	3.65	3.05	3.15	3.00	3.10	3.26	3.24		

Notas: Percentagem da PEA.

Fonte: FIBGE. Elaboração: IPEA/INPES.

OBS.: A taxa de OUT.89 e provisória, não inclui P.Alegre.

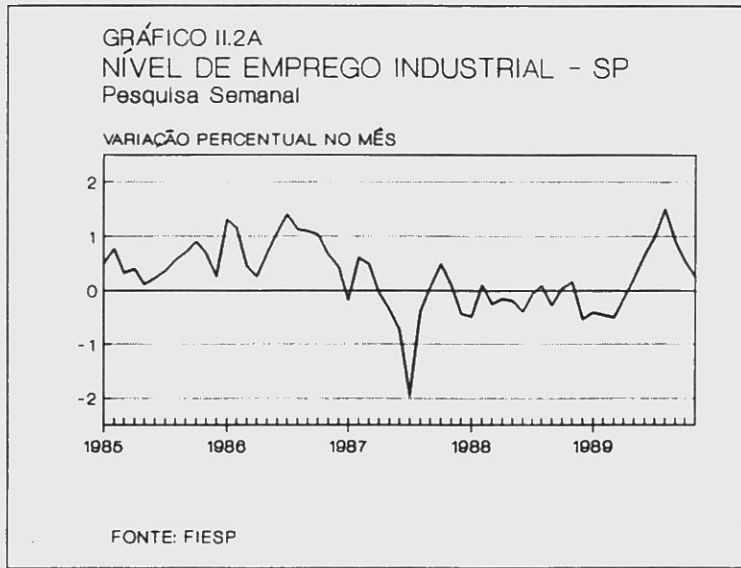


TABELA II.2A

Nível de Emprego Industrial em São Paulo  
Pesquisa Semanal

ANO:	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1985	0.50	0.78	0.33	0.40	0.12	0.23	0.36	0.57	0.71	0.91	0.70	0.26
1986	1.31	1.16	0.46	0.26	0.70	1.09	1.41	1.14	1.10	1.04	0.67	0.44
1987	-0.18	0.61	0.49	-0.04	-0.36	-0.74	-1.95	-0.39	0.07	0.49	0.09	-0.43
1988	-0.49	0.11	-0.25	-0.15	-0.19	-0.39	-0.06	0.09	-0.28	0.05	0.16	-0.54
1989	-0.40	-0.45	-0.50	-0.15	0.24	0.67	0.99	1.50	0.92	0.56	0.26	

Notas: Variação percentual no mês.

Fonte: FIESP.

## II. EMPREGO E SALÁRIOS

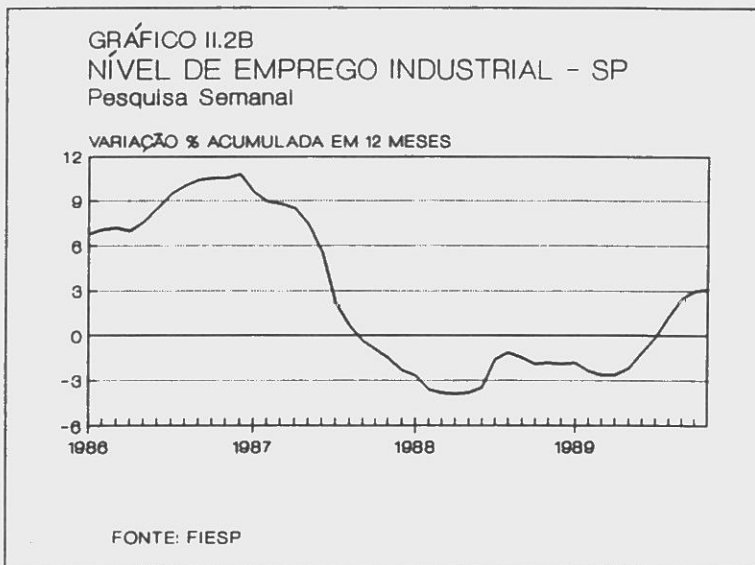


TABELA II.2B

### Nível de Emprego Industrial em São Paulo Pesquisa Semanal

ANO:	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1986	6.80	7.10	7.23	6.98	7.61	8.47	9.46	10.03	10.42	10.55	10.52	10.78
1987	9.58	8.95	8.79	8.47	7.41	5.58	2.19	0.65	-0.36	-0.91	-1.47	-2.33
1988	-2.67	-3.61	-3.81	-3.91	-3.84	-3.50	-1.60	-1.12	-1.47	-1.91	-1.81	-1.92
1989	-1.82	-2.37	-2.61	-2.61	-2.20	-1.16	-0.12	1.28	2.50	3.01	3.12	

Notas: Variação percentual acumulada em 12 meses.

Fonte: FIESP.

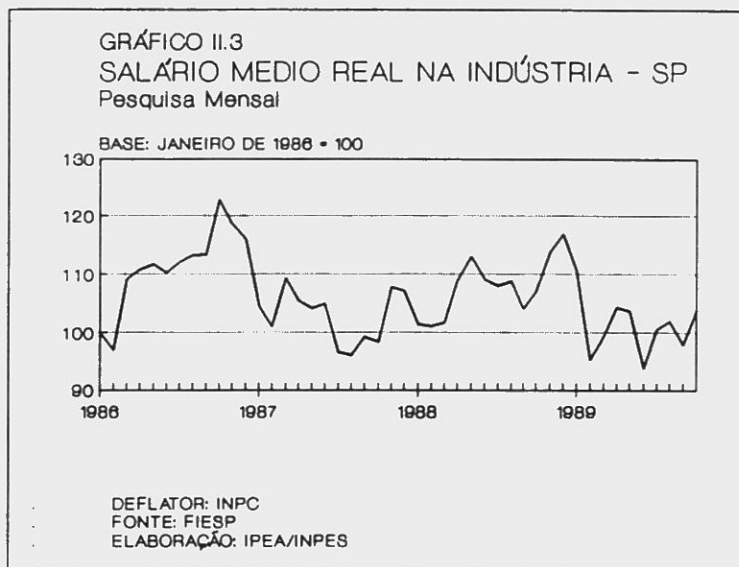


TABELA II.3

**Salário Médio Real na Indústria Paulista  
Pesquisa Mensal**

ANO:	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1986	100.0	96.9	109.1	110.8	111.7	110.2	112.0	113.2	113.3	122.8	118.6	116.0
1987	104.6	101.0	109.4	105.5	104.2	105.0	96.6	96.0	99.2	98.3	107.8	107.1
1988	101.4	101.1	101.7	100.9	113.0	109.1	100.0	100.0	104.1	107.0	113.8	116.9
1989	110.6	95.3	99.3	104.4	103.7	93.8	100.5	102.0	97.9	103.8		

Notas: Base: Jan. 1986 = 100. Deflator: INPC

Fonte: FIESP. Elaboração: IPEA/INPES.

## II. EMPREGO E SALÁRIOS

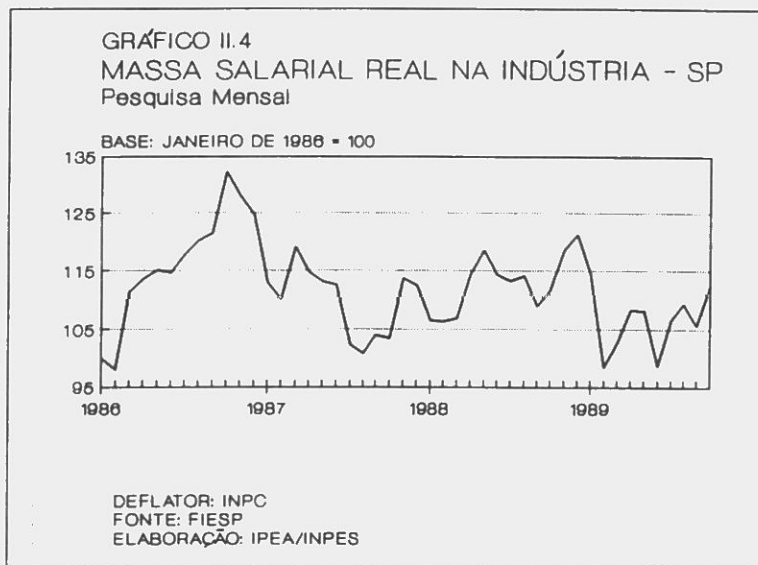


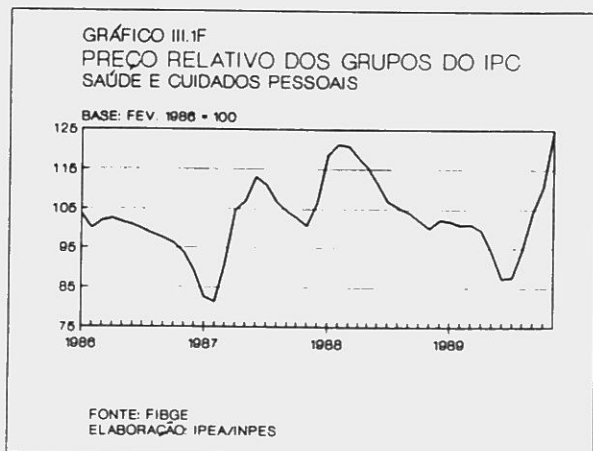
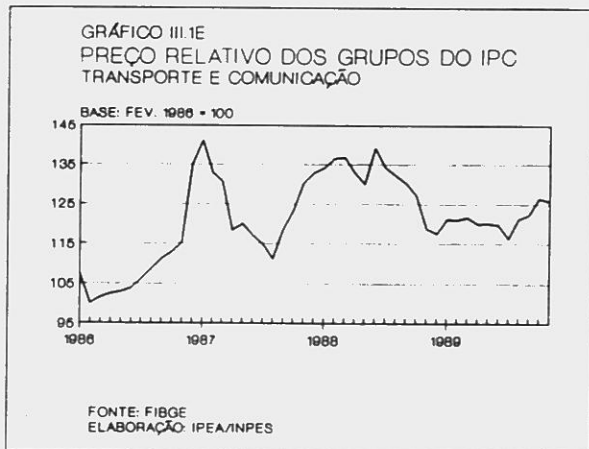
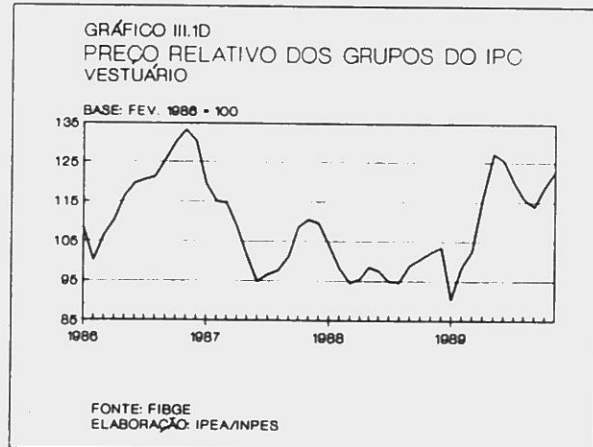
TABELA II.4

Massa Salarial Real na Indústria Paulista  
 Pesquisa Mensal

ANO:	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1986	100.0	98.1	111.4	113.6	115.1	114.7	117.8	120.2	121.5	132.3	128.1	124.7
1987	113.0	110.1	119.1	114.8	113.1	112.6	102.3	100.8	104.0	103.4	113.7	112.5
1988	106.5	106.3	106.9	114.3	118.5	114.4	113.2	114.1	108.9	111.7	118.5	121.3
1989	114.6	98.5	102.7	108.3	108.2	98.7	106.6	109.4	105.6	112.4		

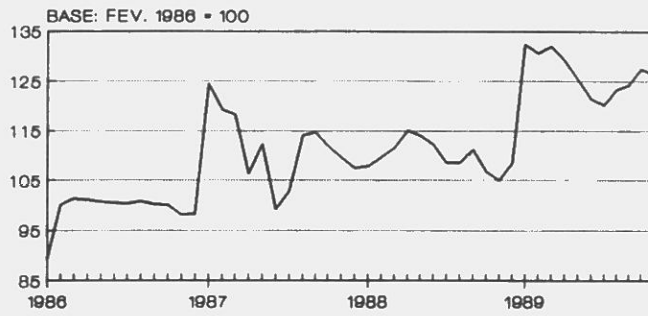
Notas: Base: Jan. 1986 = 100. Deflator: INPC .

Fonte: FIESP. Elaboração: IPEA/INPES.



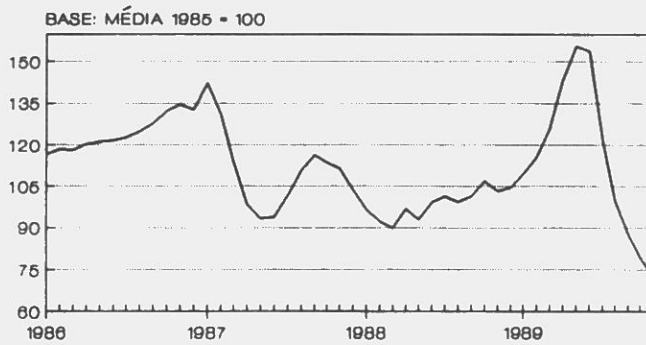
### III. INFLAÇÃO

GRÁFICO III.1G  
PREÇO RELATIVO DOS GRUPOS DO IPC  
DESPESAS PESSOAIS



FONTE: FIBGE  
ELABORAÇÃO: IPEA/INPES

GRÁFICO III.2  
RELAÇÃO DE TROCAS AGRICULTURA/INDÚSTRIA



FONTE: FGV  
ELABORAÇÃO: IPEA/INPES

## IV. Setor Externo

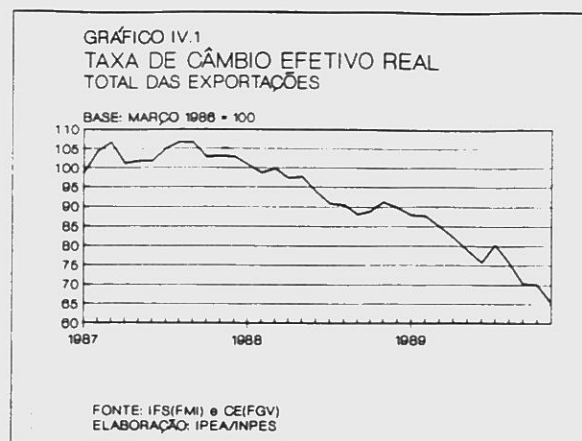


TABELA IV.1

Taxa de Câmbio Efetiva Real (Total das Exportações) e Taxa de Paridade

PERÍODO	ÍNDICE DA TAXA EFETIVA DE CÂMBIO REAL PARA O TOTAL DAS EXPORTAÇÕES	ÍNDICE DA TAXA DE PARIDADE DO CRUZADO EM RELAÇÃO AO DÓLAR	ÍNDICE DA TAXA EFETIVA DE CÂMBIO REAL PARA O TOTAL DAS EXPORTAÇÕES	ÍNDICE DA TAXA DE PARIDADE DO CRUZADO EM RELAÇÃO AO DÓLAR
	BASE: MÉDIA 1985 = 100		BASE: MARÇO 1986 = 100	
	JAN 1988	105.0	79.7	100.9
FEV	102.8	79.1	98.7	87.3
MAR	104.0	79.4	99.9	87.7
ABR	101.4	77.3	97.4	85.3
MAI	101.7	78.1	97.7	86.3
JUN	97.7	76.7	93.9	84.7
JUL	94.5	76.3	90.8	84.2
AGO	94.2	76.7	90.5	84.7
SET	91.6	74.3	88.0	82.0
OUT	92.7	74.0	89.0	81.7
NOV	95.1	74.1	91.4	81.8
DEZ	93.5	73.0	89.8	80.6
JAN 1989	91.5	73.1	87.9	80.7
FEV	91.3	73.3	87.7	81.0
MAR	88.5	71.7	85.0	79.1
ABR	86.2 <sup>1</sup>	69.9	82.8	77.2
MAI	82.3	68.5	79.0	75.6
JUN	78.9	66.4	75.8	73.3
JUL	83.7	68.7	80.4	75.8
AGO	78.9	64.9	75.8	71.6
SET	73.3	60.9	70.4	67.2
OUT	73.0	59.6	70.1	65.8
NOV	68.0	57.8	65.4	63.9

Fonte: IFS(FMI) e CE(FGV)

Observações: A cesta de moedas é ponderada pela participação normalizada das exportações para dez países industrializados nas exportações brasileiras totais no período 1981/83.



IV. SETOR EXTERNO

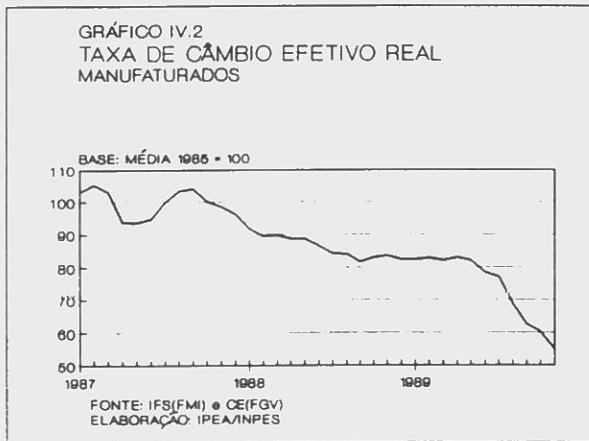


TABELA IV.2

Taxa de Câmbio Efetiva Real (Exportações de Manufaturados) e Taxa de Paridade

PERÍODO	ÍNDICE DA	ÍNDICE DA TAXA	ÍNDICE DA	ÍNDICE DA TAXA
	TAXA EFETIVA DE	DE PARIDADE DO	TAXA EFETIVA DE	DE PARIDADE DO
	CÂMBIO REAL	CRUZADO	CÂMBIO REAL	CRUZADO
	EXPORTAÇÕES DE	EM RELAÇÃO	EXPORTAÇÕES DE	EM RELAÇÃO
	MANUFATURADOS	AO DÓLAR	MANUFATURADOS	AO DÓLAR
	BASE: MÉDIA 1985=100		BASE: MARÇO 1986=100	
JAN 1988	91.8	75.7	88.5	88.4
FEV	89.4	74.3	86.2	78.9
MAR	89.8	74.2	86.6	78.8
ABR	88.7	73.2	85.5	77.7
MAI	88.7	73.4	85.5	78.0
JUN	86.6	72.7	83.5	77.2
JUL	84.3	72.2	81.3	76.7
AGO	84.2	72.5	81.2	77.0
SET	81.7	70.1	78.7	74.5
OUT	83.0	70.5	80.1	74.9
NOV	83.6	69.8	80.6	74.2
DEZ	82.4	68.9	79.4	73.2
JAN 1989	82.4	70.1	79.5	74.4
FEV	82.9	70.7	79.9	75.1
MAR	82.1	70.5	79.2	74.9
ABR	83.0	71.4	80.0	75.8
MAI	82.1	71.9	79.2	76.4
JUN	78.4	69.2	75.6	73.5
JUL	77.1	66.9	74.4	71.1
AGO	68.9	59.8	66.5	63.5
SET	62.6	54.7	60.3	58.1
OUT	60.3	52.2	58.2	55.4
NOV	54.9	50.3	53.0	53.4

Fonte: IFS(FMI), CE(FGV) e MAIN ECONOMIC INDICATORS(OECD)

Observações: A cesta de moedas é ponderada pela participação normalizada das exportações para dez países industrializados nas exportações brasileiras de manufaturados no período 1982/84.

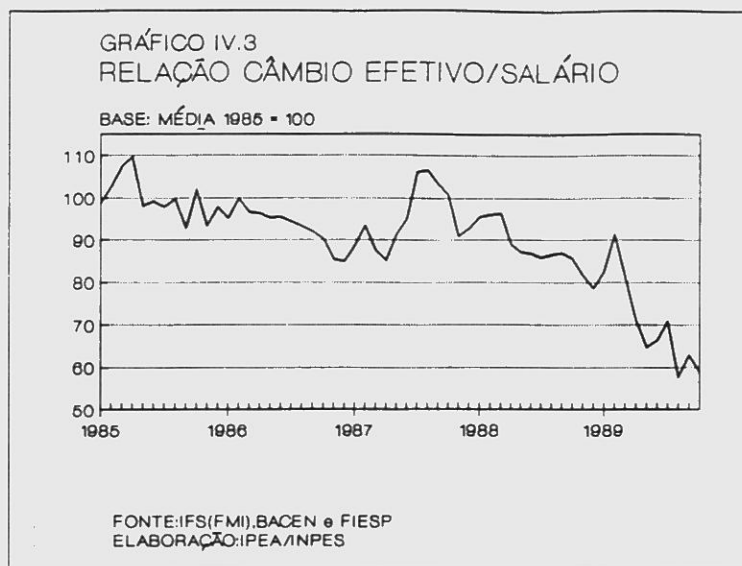


TABELA IV.3

## Relação Câmbio Efetivo/Salário

ANO:	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1985	98.7	102.7	107.5	109.8	98.2	99.2	97.9	99.8	92.8	102.1	93.4	97.9
1986	95.2	99.9	96.7	96.4	95.3	95.5	94.4	93.3	92.2	90.4	85.6	84.9
1987	88.5	93.5	87.6	85.3	91.4	95.0	106.2	106.6	103.4	100.9	91.0	92.7
1988	95.4	96.1	96.3	89.0	87.2	86.9	85.9	86.6	86.9	85.7	81.8	78.6
1989	82.5	91.4	81.5	71.2	64.8	66.5	70.9	57.7	63.0	59.0		

Notas: Base: Média 1985 = 100.

Fonte: IFS(FMI), BACEN e FIESP. Elaboração: IPEA/INPES

Observações: A cesta de moedas é ponderada pela participação normalizada das exportações para dez países industrializados nas exportações brasileiras de manufaturados no período 1982/84.

IV. SETOR EXTERNO

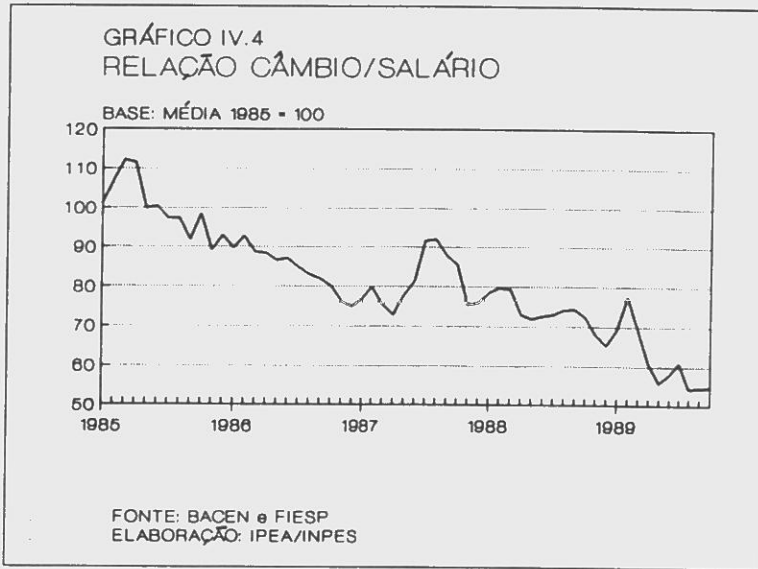


TABELA IV.4

Relação Câmbio/Salário

ANO:	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1985	101.3	106.9	112.2	111.6	99.9	100.4	97.4	97.0	91.8	98.5	89.3	93.0
1986	89.8	92.8	88.8	88.4	86.7	87.1	84.9	83.1	81.9	80.1	76.3	75.0
1987	76.8	79.9	75.4	72.9	77.7	81.4	91.6	92.0	88.0	85.7	75.5	76.0
1988	78.4	79.7	79.3	77.0	71.9	72.5	73.0	74.1	74.3	72.4	68.1	65.3
1989	69.4	77.6	69.2	60.8	55.8	58.0	60.9	54.5	54.6	54.7		

Notas: Base: Média 1985 = 100.

Fonte: BACEN E FIESP. Elaboração: IPEA/INPES.

## V. Política Monetária e Fiscal

TABELA V.1

Base Monetária e Haveres Financeiros  
Índices Reais (Final de Período)

MÊS/ANO	BASE MONETÁRIA	M1	DIV. INT.		DEPÓSITOS		DEPÓSITOS	
			EM PODER DO PÚBLICO	M2	DE POUPANÇA	M3	A PRAZO	M4
JAN 88	140.2	110.5	118.5	116.3	119.5	117.6	76.8	109.0
FEV	112.3	105.2	114.6	112.1	126.4	117.9	76.8	109.2
MAR	135.4	100.5	107.2	105.5	131.0	115.8	76.8	107.5
ABR	123.6	96.6	117.0	111.8	130.0	119.0	73.6	109.4
MAI	119.3	96.4	120.3	114.0	129.2	120.1	74.2	110.4
JUN	104.6	90.7	134.2	122.7	125.7	123.9	72.6	113.0
JUL	95.5	82.1	135.4	121.3	129.2	124.5	74.3	113.9
AGO	83.1	73.5	143.6	125.1	129.0	126.7	75.4	115.8
SET	85.9	74.7	134.5	118.7	125.8	121.6	71.9	111.1
OUT	87.8	75.5	129.2	115.0	124.2	110.7	70.4	108.5
NOV	81.0	71.9	128.9	113.9	122.6	117.4	68.9	107.1
DEZ	103.9	85.2	138.6	124.5	123.5	124.1	71.3	112.9
JAN 89	86.0	72.9	122.2	109.2	109.3	109.2	40.7	96.4
FEV	97.0	72.3	143.6	124.7	131.3	127.4	41.2	109.1
MAR	105.9	76.7	164.8	141.5	146.9	143.7	40.8	121.9
ABR	109.3	96.0	167.4	140.5	156.5	151.0	40.3	120.2
MAI	117.0	80.5	139.0	123.5	132.5	127.2	45.4	109.9
JUN	105.3	71.2	134.8	118.0	110.9	115.1	51.2	101.6
JUL	88.5	60.0	138.6	118.0	106.1	113.2	43.9	98.5
AGO	76.9	52.3	140.7	117.3	100.4	110.5	43.7	96.3
SET	74.0	51.5	138.5	115.6	91.6	105.9	38.0	91.5
OUT	67.8	50.0	139.2	115.7	87.2	104.2	43.7	91.4
NOV	74.1		131.6					

ÍNDICES ANUAIS	BASE MONETÁRIA	M1	DIV. INT.		DEPÓSITOS		DEPÓSITOS	
			EM PODER DO PÚBLICO	M2	DE POUPANÇA	M3	A PRAZO	M4
1985	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1986	235.1	256.1	107.3	146.6	100.6	128.0	112.2	124.7
1987	160.7	147.5	105.6	116.7	109.4	113.7	92.4	109.2
1988	106.0	80.6	126.8	116.7	126.3	120.6	73.6	110.7
1989(*)	92.8	68.4	142.9	123.2	117.3	120.8	43.7	104.5

Notas: Base: Média 1985 = 100. (\*) - Jan/Out.

Fonte: BANCO CENTRAL. Elaboração: IPEA/INPES.

OBS.1: A série foi elaborada deflacionando-se os saldos nominais no fim do mês pelo IPC de (t + 1), com ajuste nos meses de choque para evitar distorções estatísticas.

V. POLÍTICA MONETÁRIA E FISCAL

TABELA U.2

Coeficientes de Monetização e Haveres Financeiros como Proporção do PIB - Média Trimestral(%)

ANO	BASE MONETÁRIA	M1	DIV. INTERNA PODER PÚBLICO	DEP. CAP. POUPANÇA	DEP. A PRAZO	DIV. MOB. EST. MUN.
1987.I	3.2	6.7	9.0	8.3	7.3	1.3
II	1.7	3.7	8.6	8.0	4.8	1.4
III	1.8	3.8	9.4	9.4	4.5	1.5
IV	2.1	4.0	9.9	9.5	3.9	1.6
ANO	2.0	4.2	9.4	9.0	4.6	1.5
1988.I	1.7	3.2	9.9	9.9	4.1	1.7
II	1.3	2.5	9.4	9.3	3.6	1.6
III	1.2	2.2	10.9	9.3	3.6	1.5
IV	1.2	2.3	11.1	9.6	3.6	1.4
ANO	1.3	2.4	10.7	9.5	3.6	1.5
1989.I	1.4	2.5	12.0	10.6	2.7	1.9
II	1.6	2.6	13.1	11.1	2.2	2.1
III	1.1	1.6	11.2	7.5	2.0	1.8

FONTE: BANCO CENTRAL ELABORAÇÃO: IPEA/IMPES

OBS: Os numeradores correspondem à média aritmética dos saldos médios.

O PIB de cada trimestre foi multiplicado por 4 para tornar os dados compatíveis com o resultado anual.

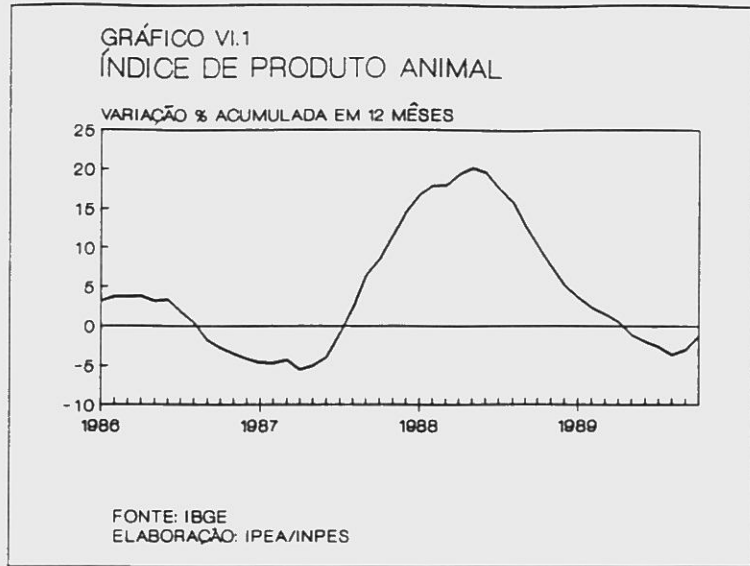
TABELA U.3

BASE MONETÁRIA E HAVERES FINANCEIROS  
(em dólares)

PERÍODO	VALORES EM MILHÕES							
	ESTOQUE DE MOEDA				HAVERES NÃO-MONETÁRIOS			
	COT. OFICIAL		COT. BLACK		COT. OFICIAL		COT. BLACK	
	BASE MONETÁRIA	M1	BASE MONETÁRIA	M1	DIV. INT. P. PÚBL.	DEP CAD. POUPANÇA	DIV. INT. P. PÚBL.	DEP CAD. POUPANÇA
1988. JAN	6055	11139	4156	7646	33285	38995	22848	21276
FEV	4772	10416	3070	6702	31635	32193	20353	20712
MAR	5090	10209	3606	6250	30349	34223	10579	20951
ABR	5284	9643	3200	5840	32540	33355	19705	20190
MAI	5144	9711	2907	5639	33755	33454	19600	19425
JUN	4601	9476	2702	5469	39049	33301	22536	19265
JUL	4154	8337	2209	4593	30300	32962	21101	10160
AGO	3703	7644	1858	3837	41621	34014	20009	17071
SET	3920	7972	2103	4431	39903	33796	22223	10704
OUT	3993	8010	1950	3911	38109	32290	10640	15767
NOV	3736	7744	1879	3895	38667	32940	19449	16573
DEZ	4007	9196	2457	4701	41669	33011	21302	16076
1989. JAN	4117	8145	2639	5221	30046	31395	24300	20125
FEV	4925	8566	2897	5039	47409	40026	27000	23545
MAR	5773	9751	3071	5107	57467	40024	30560	23545
ABR	6346	12998	2729	5509	63171	54521	27163	23444
MAI	7614	12216	2706	4470	50002	51737	21517	10932
JUN	6674	10525	3026	4773	55542	42197	25104	19134
JUL	5000	8160	2855	4579	51779	36500	29055	20526
AGO	4649	7300	2772	4400	55260	36403	32949	21702
SET	4540	7301	2394	3893	55260	33737	29142	17792
OUT	4271	7357	1954	3366	57065	33014	26109	15105
NOV	4902		2636		50763		31604	

Fonte: BANCO CENTRAL. Elaboração: IPEA/IMPES.

## VI. Política Agrícola



**INPES**  
**INDICADORES E PREVISÕES**

PREVISÕES ▶

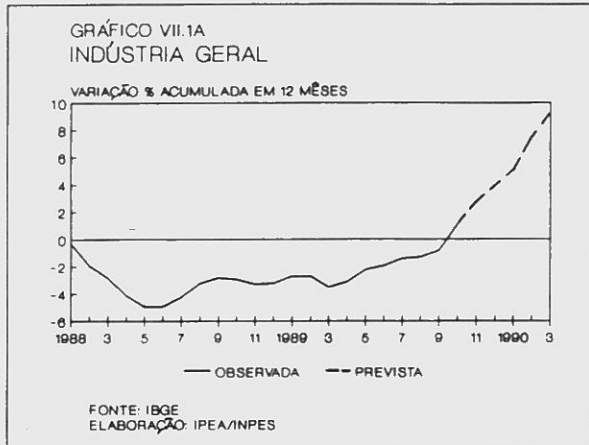


TABELA VII.1

**Produção Industrial - PIM-PF(\*)**  
**Taxa de Variação % Acumulada em 12 meses**

SETORES E CATEGORIAS DE USO	OBSERVADA						PREVISTA	
	JUN.88	SET.88	DEZ.88	MAR.89	JUN.89	SET.89	DEZ.89	MAR.90
INDÚSTRIA GERAL	-4.9	-2.8	-3.2	-3.5	-1.9	-0.8	3.9	9.3
EXTRATIVA MINERAL	-2.1	2.0	0.4	-2.0	-1.4	0.5	3.8	3.7
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	-5.2	-3.1	-3.4	-3.6	-1.9	-0.9	4.0	9.7
. BENS DE CAPITAL	-6.0	-2.6	-2.1	-4.4	-4.8	-2.3	1.6	9.8
. BENS INTERMEDIÁRIOS	-3.6	-2.1	-2.1	-2.7	-1.4	-0.8	3.0	7.1
. BENS DE CONSUMO	-5.8	-2.6	-3.5	-2.9	-0.7	-0.3	4.9	10.9
. BENS DURÁVEIS	-7.2	0.5	0.6	2.7	3.8	2.3	3.3	4.5
. BENS NÃO-DURÁVEIS	-5.4	-3.3	-4.5	-4.3	-1.7	-0.9	5.3	12.5

Nota: (\*) Utiliza dados disponíveis até 22-12-89.

Fonte: IBGE(PIM-PF)      Elaboração: IPEA/INPES



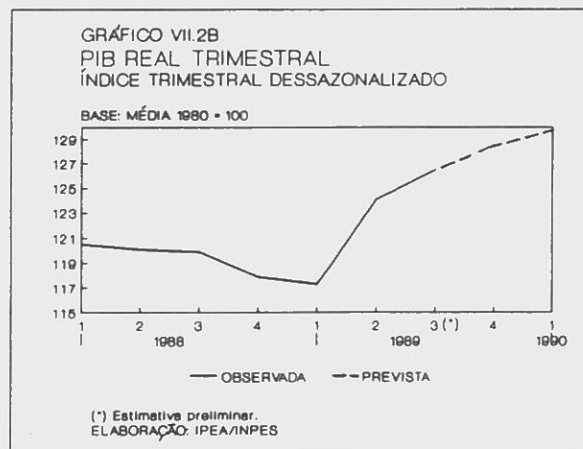
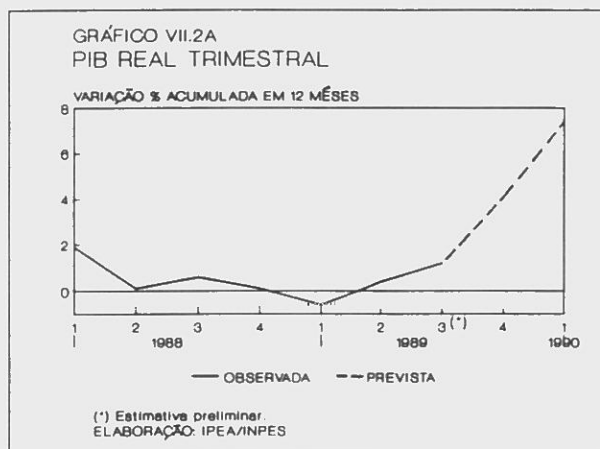


TABELA VII.2

Produto Interno Bruto Trimestral(\*)  
(Taxas de variação % acumulada em 12 meses)

Trimestre	Observada							Prevista	
	88.I	88.II	88.III	88.IV	89.I	89.II	89.III(**)	89.IV	90.I
PIB - Total	1.9	0.1	0.6	0.1	-0.6	0.4	1.2	4.1	7.4
AGROPECUÁRIA	17.6	10.4	3.8	1.5	-1.3	0.6	1.7	2.7	3.5
-Lavouras	17.3	5.3	-1.1	-1.0	-3.2	2.0	4.6	3.6	2.6
-Produção Animal	18.1	19.7	12.6	5.8	2.0	-1.7	-2.7	1.1	5.1
INDÚSTRIA	-2.6	-4.3	-2.2	-2.6	-3.0	-1.4	0.0	4.7	10.0
-Construção Civil	-2.9	-4.8	-2.2	-2.9	-3.7	-1.0	2.5	8.9	16.2
-Transformação	-3.0	-5.2	-3.1	-3.4	-3.6	-2.0	-0.9	4.0	9.7
-Extrativa Mineral	1.0	2.1	2.0	0.4	-2.0	-1.4	0.5	3.8	2.9
-Serv. Ind. Util. Pública	1.6	3.2	4.7	5.8	5.1	3.6	3.1	2.9	4.6
SERVIÇOS	2.4	2.0	2.6	2.4	2.0	2.1	2.3	3.9	5.9
-Comércio	-1.2	-3.2	-1.8	-2.6	-2.8	-1.8	-1.7	3.0	9.0
-Transporte	0.9	1.0	2.6	3.5	3.1	3.1	2.7	4.4	6.6
-Comunicações	0.1	0.1	0.7	11.2	13.2	14.3	18.1	18.6	17.9
-Instituições Financeiras	-1.7	-0.2	-0.3	0.3	0.5	1.0	1.4	1.2	0.8
-Governos	2.1	2.1	2.1	2.1	2.1	2.1	2.1	2.1	2.1
-Outros Serviços	5.1	5.6	5.4	4.7	3.7	3.0	2.8	3.1	3.6

Notas: (\*) Utiliza dados disponíveis até 22-12-89. (\*\*) Estimativa preliminar.

Elaboração: IPEA/INPES.

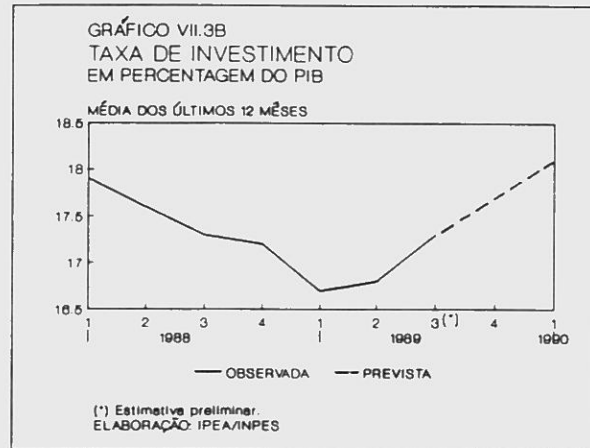


TABELA VII.3

Formação Bruta de Capital Fixo (\*)  
(Taxas de variação % acumulada em 12 meses)

Trimestre	Observada							Prevista	
	88.I	88.II	88.III	88.IV	89.I	89.II	89.III(***)	89.IV	90.I
Taxa de Investimento em % do PIB ( média dos últimos 12 meses) (**)	17.9	17.6	17.3	17.2	16.7	16.8	17.3	17.7	18.1
Formação Bruta de Capital Fixo	-4.8	-7.9	-6.8	-6.2	-7.4	-4.1	0.9	7.2	16.2
Construção Civil	-2.9	-4.8	-2.2	-2.9	-3.7	-1.0	2.5	8.9	16.2
Prod. Dom. Bens Capital	-4.9	-6.0	-2.6	-2.1	-4.4	-4.8	-2.3	1.6	9.8
Importação Bens Capital	18.7	13.4	-1.4	3.6	-1.2	-2.5	14.3	11.2	12.8
Exportação Bens Capital	44.7	56.4	57.4	42.3	30.5	17.4	11.6	8.5	1.5

Notas: (\*) Utiliza dados disponíveis até 22-12-89. (\*\*) A preços de 1980. (\*\*\*) Estimativa preliminar.  
Elaboração: IPEA/INPES.

NÍVEL DE ATIVIDADE

TABELA VII.4

**Produto Interno Bruto Trimestral**  
**Valores a preços correntes e constantes**

Trimestre	(milhões de NCZ\$ correntes)	Acumulado no ano	(mil NCZ\$ de 1985)	Acumulado no ano
1988.I	7357.0	7357.0	377.7	377.7
II	13557.0	20914.0	408.3	786.1
III	24689.9	45603.9	408.5	1194.9
IV	47389.2	92993.1	382.0	1576.6
1989.I	83665.7	83665.7	367.8	367.8
II	127756.7	211422.4	423.0	790.8
III(**)	307437.5	518859.9	431.1	1221.9
----- PREVISÃO -----				
IV	892504.4	1411364.3	419.5	1641.4
1990.IV	4149861.6	4149861.6	405.4	405.4

Notas: (\*) Utiliza dados disponíveis até 22-12-89. (\*\*) Estimativa preliminar.

Elaboração: IPEA/INPES.

TABELA VII.5  
Balança Comercial Brasileira 1988/89

Discriminação	1988	1989	Variação Percentual
	Efetivo (US\$ 10 <sup>6</sup> )	Previsão (US\$ 10 <sup>6</sup> )	
EXPORTAÇÕES	33 784	34 300	1.53
-Básicos	9 394	9 600	2.19
-Industrializados	24 090	24 300	0.72
.Semimanufaturados	4 890	5 900	20.65
.Manufaturados	19 200	18 400	-4.17
-Trans. Especiais	300	400	33.33
IMPORTAÇÕES	14 688	18 500	25.95
-Petróleo Bruto	3 194	3 400	6.45
-Trigo	97	200	106.18
-Demais	11 397	14 900	30.74
SALDO COMERCIAL	19 096	15 800	-17.26

Fonte: CACEX/Banco do Brasil.

Elaboração: IPEA/INPES.

PREVISÕES  
**Política Agrícola**

TABELA VII.6

Estimativa da Renda Agrícola para 1989  
 (Em Cruzados de Novembro/89)

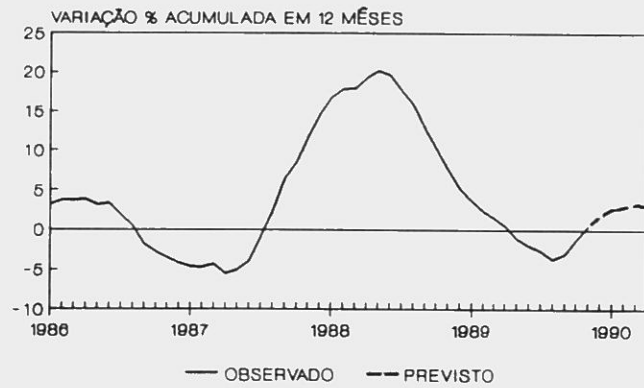
PRODUTOS	1988	1989		
	RENDA (NCZ\$ Mil)	RENDA (NCZ\$ Mil)	PREÇO (VAR. PERC. ANUAL)	QUANTIDADE (VAR. PERC. ANUAL)
Algodão Arbóreo	215 486	98 163	-6.43	-51.32
Algodão Herbáceo	5 282 942	3 654 682	-6.43	-26.07
Amendoim (em casca)	393 301	624 139	73.41	-8.49
Arroz (em casca)	12 739 337	11 479 161	-1.96	-8.09
Banana (em Caixa)	5 745 209	8 496 130	57.46	-6.08
Batata Inglesa	3 366 308	8 994 776	187.93	-7.20
Cacau (em amêndoas)	3 362 314	2 218 622	-38.12	6.64
Café (em Coco)	9 956 045	17 461 325	57.42	11.41
Cana de açúcar	19 927 011	15 951 049	-21.00	1.33
Cebola	2 875 277	1 306 416	-55.69	2.55
Feijão (em grão)	8 091 591	16 192 257	148.67	-19.53
Fumo em Folha	2 437 824	3 167 876	24.66	4.24
Laranja	13 055 664	10 484 281	-32.92	19.72
Mandioca	8 449 068	11 140 915	21.56	8.47
Milho em Grão	19 107 467	23 078 828	12.24	7.61
Pimenta do Reino	1 020 213	1 174 839	1.85	13.06
Soja em Grão	35 069 077	31 984 508	-31.79	33.72
Tomate	3 941 558	7 344 529	93.03	-3.47
Trigo em Grão	7 768 929	4 574 992	-34.11	-10.62
Uva	1 115 385	1 464 639	40.85	-6.77
<b>TOTAL:</b>	<b>163 920 005</b>	<b>180 892 127</b>		

Fontes: IBGE, FGV (Centro de Estudos Agrícolas). Elaboração: IPEA/INPES.

Nota: Variação percentual de renda 1989/1988 = 10.35%

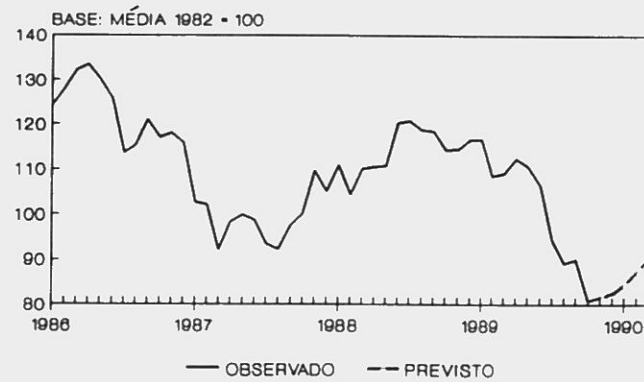
Deflator: IGP-DI

GRÁFICO VII.6  
ÍNDICE DE PRODUTO ANIMAL



FONTE: IBGE  
ELABORAÇÃO: IPEA/INPES

GRÁFICO VII.7  
ÍNDICES DE PREÇOS DE COMMODITIES  
18 PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS



ELABORAÇÃO: IPEA/INPES